

## ESTABELECIMENTO DO CONTEXTO PARA GESTÃO DE RISCOS

**Unidade:** Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI

**Responsável pelo Preenchimento:**

**Data:**

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo o estabelecimento do contexto para gestão de riscos da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI

O estabelecimento de contexto para gestão de risco refere-se ao entendimento do histórico da organização e de seus riscos. Em outras palavras, o estabelecimento do contexto captura os objetivos da organização, o ambiente em que ela persegue esses objetivos, suas partes interessadas e a diversidade de critérios de risco. Assim sendo, o correto estabelecimento do contexto permite uma melhor identificação dos riscos.

No contexto interno, o gerenciamento de riscos precisa levar em consideração a organização na qual está inserido, incluindo o sistema de governança, políticas, objetivos, estrutura organizacional, recursos (humanos, materiais e financeiros), conhecimento, sistemas de informação, processo decisório, valores, partes interessadas, cultura organizacional, normas, modelos e diretrizes da organização.

Já no contexto externo, considera-se o ambiente no qual a organização busca atingir seus objetivos. Inclui desde interdependências com outras organizações, dentro ou fora do governo, que formam sua cadeia de valor (Organização Estendida), assim como o macro ambiente externo que inclui economia, política, legislação, tanto nacional quanto internacional.

Ressalta-se que o processo de gestão de riscos a ser implementado foi definido com base no Processo de Gestão de Riscos sugerido pela norma ISO 31000:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO

Os elementos abaixo estão dentre os que devem ser definidos, assim sendo, trata-se de rol exemplificativo, devendo considerar outros elementos relevantes de acordo com a particularidade de cada Unidade:

### 1. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

- **Razão Social:** Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
- **CNPJ:** 03.318.233/0001-25
- **Endereço:** Parque Estação Ecológica - Asa Norte

- **Cidade:** Brasília
- **Estado:** Distrito Federal
- **CEP:** 70.770 – 914
- **Telefone:** (61) 3051-6300
- **Websites:** <http://www.agricultura.df.gov.br>
- **Natureza:** Órgão gestor de políticas públicas voltadas a atividade rurais agricultura, pecuária, piscicultura entre outras, com o intuito de apoiar e desenvolver a atividade agrícola do Distrito Federal, conforme competências descritas no Decreto nº 32.716/2011.

## 2. DESCRIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

A Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do Decreto nº 32.716, de 01 de janeiro de 2011, tem as seguintes competências:

I. formular diretrizes e políticas governamentais na área de agricultura e desenvolvimento rural e agrário, da assistência técnica e extensão rural e de abastecimento;

II. promover, coordenar e executar programa, projetos e ações para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas da agricultura no Distrito Federal;

III. coordenar a execução das políticas agrícolas de desenvolvimento rural e agrário, de assistência técnica e extensão rural e de abastecimento, ambientalmente sustentável;

IV. promover a universalização dos serviços públicos para a população da área rural em articulação com as demais Secretarias de Estado, Órgãos e Entidades da Administração do Distrito Federal e Órgãos Federais;

V. promover, coordenar e executar a administração e fiscalização fundiária das terras públicas rurais;

VI. contribuir com a segurança alimentar da população;

VII. promover ações de fiscalização, inspeção, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; VIII. promover ações de controle e fiscalização de trânsito e de apreensão de animais;

IX. promover, apoiar e executar a reabilitação ambiental das terras rurais; e

X. promover e executar pesquisas e experimentação vegetal, animal e socioambiental.

### **Missão**

Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

## Visão

Ser reconhecida como agente inovador e de excelência no desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária.

| <b>ESCRITÓRIOS DA SEAGRI/DF</b>                   |  |
|---|--|
| Diretoria de Sanidade Agropecuária e Fiscalização | SAIN Parque Rural – Defesa Agropecuária                        |
| Base de Brazlândia                                | Setor Tradicional, Alameda Veredinha – Qd. 24, Bl. A, Lt. 03   |
| Base do Gama                                      | Qd. 01, Lt. 14/24 – Comercial Setor Norte                      |
| Base de Planaltina                                | Av. Independência, Qd. 02, Bl. B, AE Central – Setor Comercial |
| Base de Sobradinho                                | Qd. 08, AE 03  |
| Base do Rio Preto                                 | Sede do Núcleo Rural do Rio Preto                              |
| Escritório EMATER de São Sebastião                | Somente às quartas-feiras pela manhã                           |

### **3. IDENTIFICAÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS, PROCEDIMENTOS, POLÍTICAS, INSTRUÇÕES NORMATIVAS E PROCESSOS**

| <b>Lei</b>  | <b>Data</b> | <b>Objetivo</b>   |
|---|-------------|---|
| Lei nº 5.288<br>Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural             | 30/12/2013  | Estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade; promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários; incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional; incentivar a organização associativa e cooperativa de seus beneficiários; estimular a produção agropecuária voltada para o abastecimento regional; desenvolver estratégias de superação da pobreza rural.   |
| Lei nº 5.224<br>Sanidade Animal                                       | 27/11/2013  | Estabelece ações e procedimentos de defesa sanitária animal do Distrito Federal.  |
| Lei nº 5.024<br>Fundo de Desenvolvimento Rural –FDR                   | 25/02/2013  | FDR Crédito-financiar as despesas de investimento e custeio da produção agropecuária, da agroindustrialização e do turismo rural e a comercialização de produtos agropecuários in natura ou processados dos produtores rurais ou suas organizações no Distrito Federal e na Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal – RIDE.<br>FDR Social – apoiar financeiramente a realização de estudos, a elaboração de projetos, a aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas e veículos utilitários e a implantação de projetos de infraestrutura social, produtiva, ambiental, hídrica, de transportes e de lazer comunitários na zona rural do Distrito Federal; |
| Lei nº 4.900  | 11/07/2012  | Organiza o funcionamento dos mercados de hortifrutigranjeiros geridos pelas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – CEASA-DF   |
| Lei nº 4.885<br>Sanidade Vegetal                                      | 11/07/2012  | Estabelece ações e procedimentos de defesa sanitária vegetal do Distrito Federal  |
| Lei nº 4.752<br>Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura-PAPA | 07/02/2012  | Cria a possibilidade de adquirir diretamente produtos agropecuários e extrativistas, in natura ou manufaturados, e de artesanato produzidos por agricultores ou suas organizações sociais rurais e urbanas, por povos e comunidades tradicionais e pelos beneficiários da reforma agrária.  |
| Lei nº 4.734<br>Reabilitação Ambiental                                | 29/12/2011  | Institui diretrizes para a implantação do Programa de Reabilitação Ambiental do Distrito Federal, com a finalidade de incentivar e apoiar a reabilitação ambiental dos produtores rurais do Distrito Federal.   |
| Lei nº 4.634<br>Banco de Alimentos                                    | 23/08/2011  | Cria o Programa de Coleta e Doação de Alimentos, no âmbito do Distrito Federal, o qual tem por objetivo recolher alimentos e promover a sua distribuição, diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas, às pessoas ou famílias em estado de vulnerabilidade nutricional.  |

| <b>Lei</b>  | <b>Data</b> | <b>Objetivo</b>  |
|---|-------------|--|
| Lei nº 4.082  | 04/01/2008  | Altera a denominação da Carreira de Desenvolvimento Agropecuário do Quadro de Pessoal do Distrito Federal  |
| Lei nº 2.689  | 19/02/2001  | Dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso das terras públicas rurais pertencentes do Distrito Federal e à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP  |
| Lei nº 2.725  | 19/06/2001  | Institui a Política de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Revoga a Lei nº 512, de 28 de julho de 1993   |
| Lei nº 2.652<br>Fundo de Aval                       | 27/12/2000  | Criação do Fundo de Aval do Distrito Federal- FADF, com a finalidade de conceder garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junto à instituições financeiras operantes do Crédito Rural no Distrito Federal a micro, mini e produtores rurais, inclusive em fase de implantação, de forma individual ou organizados em grupos associativos ou cooperativos |
| Lei nº 2.653<br>Fundo de Desenvolvimento Rural –FDR | 27/12/2000  | Destinado a financiar as despesas de investimentos e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal-RIDE-DF  |
| Lei nº 1.671  | 23/09/1997  | Prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal, produzidos no Distrito Federal e destinados ao consumo.   |
| Lei nº 1.567  | 15/07/1997  | Estabelece normas para abates de animais destinados ao consumo e dá outras providências  |
| Lei nº 1.157  | 19/07/1996  | Institui o Núcleo Rural Planaltina, na Região Administrativa de Planaltina   |
| Lei nº 674  | 17/03/1994  | Institui o Núcleo Rural Casa Grande/Ponte Alta Norte, na região do Gama  |
| Lei nº 828  | 27/12/1994  | Cria o Programa de Manejo Integrado de Micro-Bacias Hidrográficas no Distrito Federal  |
| Lei nº 504  | 22/07/1993  | Prevenção e combate da febre aftosa, brucelose, da raiva, da anemia infecciosa equina e das demais doenças de notificação obrigatória.   |
| Lei nº 259  | 05/05/1992  |  |

| <b>Decretos</b>   | <b>Data</b> | <b>Objetivo</b>  |
|-------------------|-------------|--|
| Decreto nº 37.583 | 30/08/2016  | Regulamenta a Lei nº 1.572, de 22 de julho de 1997, que cria o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT e dá outras providências.   |
| Decreto nº 36.589 | 07/07/2015  | Regulamenta a Lei nº 5.224, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal no Distrito Federal.   |
| Decreto nº 36.322 | 28/01/2015  | Decreto de Altera a Estrutura Administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal   |
| Decreto nº 35.775 | 03/09/2014  | Aprova o Regimento do Conselho de Regularização de Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal – COREG.  |
| Decreto nº 35.439 | 19/05/2014  | Dispõe sobre o Regimento Interno do Grupo de Trabalho de que trata o artigo 281 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, e dá outras providências.                                  |
| Decreto nº 35.438 | 19/05/2014  | Dispõe sobre a tramitação dos processos administrativos no âmbito do Grupo de Trabalho de que trata o artigo 281 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, e dá outras providências. |
| Decreto nº 34.984 | 19/12/2013  | Institui a Comissão Organizadora do Ano Internacional da Agricultura Familiar- COAIAF/DF, no Distrito Federal e Entorno.   |
| Decreto nº 34.931 | 06/12/2013  | Dispõe sobre a regularização das ocupações de imóveis rurais do Distrito Federal   |
| Decreto nº 34.568 | 14/08/2013  | Institui Grupo de Trabalho para formular estudos e propostas de atualização da legislação que versa sobre a regularização das ocupações em áreas públicas rurais do Distrito Federal           |
| Decreto nº 34.487 | 22/06/2013  | Institui o Programa de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Distrito Federal, dispõe sobre a criação de unidade de Preparação do Programa e dá outras providências                           |
| Decreto nº 34.388 | 22/05/2013  | Recompõe o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 31.086, de 26 de novembro de 2009 e dá outras providências.  |
| Decreto nº 34.387 | 22/05/2013  | Institui a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves do Distrito Federal- C-AVES/DF  |
| Decreto nº 34.386 | 22/05/2013  | Dispõe sobre nova redação do Decreto nº 28.198, de 16 de agosto de 2007, que institui a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados do Distrito Federal- CSL/DF                   |
| Decreto nº 34.385 | 22/05/2013  | Institui a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Suínos do Distrito Federal-CS-SUÍNOS-DF  |

| <b>Decretos</b>   | <b>Data</b> | <b>Objetivo</b>   |
|-------------------|-------------|---|
| Decreto nº 34.289 | 17/04/2013  | Cria o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais- PRAT   |
| Decreto nº 34.249 | 28/03/2013  | Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal   |
| Decreto nº 33.954 | 22/10/2012  | Institui a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Floricultura do Distrito Federal-CFLOR/DF   |
| Decreto nº 33.406 | 12/12/2012  | Dispõe sobre a composição, estrutura, competência e funcionamento dos Conselhos Rurais  |
| Decreto nº 32.886 | 27/04/2011  | Convoca a I Conferência de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Distrito Federal  |
| Decreto nº 28.106 | 09/07/2007  | Cria o Comitê Consultivo de Políticas Públicas, Normas e Ações de Fiscalização do Uso e Ocupação Irregular do Solo do Distrito Federal – COPPAF   |
| Decreto nº 27.694 | 07/02/2007  | Identifica o legítimo ocupante para fins de exercício do direito de preferência nas licitações para concessão do direito real de uso de terras rurais do Distrito Federal para uso de particulares , e dá outras providências |
| Decreto nº 19.339 | 19/06/1998  | Regulamenta a inspeção sanitária e industrial de origem dos produtos vegetal no Distrito Federal  |
| Decreto nº 19.341 | 19/06/1998  | Aprova novo regulamento da inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal no Distrito Federal  |
| Decreto nº 19.248 | 19/05/1998  | Estabelece normas de distribuição, administração e utilização de terras públicas rurais do Distrito Federal e dá outras providências  |
| Decreto nº 14.591 | 25/01/1993  | Aprova o regulamento que define as normas de implantação, funcionamento e fiscalização de abatedouros públicas.   |

| <b>Portarias</b> | <b>Data</b> | <b>Resumo</b>   |
|------------------|-------------|---|
| Portaria nº 61   | 16/08/2016  | Designa membros pro comitê Técnico Gestor intuído pelo Termo de Cooperação Técnica entre a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) e a Seagri-DF                                 |
| Portaria nº 60   | 12/08/2016  | Dispõe sobre o registro do nome social de travestis e transexuais no âmbito da Seagri-DF  |
| Portaria nº 59   | 02/08/2016  | Cria a Comissão de Ética no âmbito da Seagri-DF   |
| Portaria nº 57   | 06/07/2016  | Dispõe sobre a política de gestão de riscos da Seagri   |
| Portaria nº 56   | 29/07/2016  | Designação do Comitê Gestor do BPA  |
| Portaria nº 54   | 11/07/2016  | Alteração de membro do Grupo de Trabalho do Plano de Utilização (PU)  |
| Portaria nº 53   | 01/07/2016  | Altera o Art. 8 da Portaria nº35, de 12 de Maio de 2016, que dispõe sobre a instituição do Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) Brasília Qualidade no Campo                        |
| Portaria nº 52   | 30/06/2016  | Institui no âmbito da Seagri o comitê gestor do programa agenda ambiental A3P   |
| Portaria nº 51   | 28/06/2016  | Composição da CPAD  |
| Portaria nº 50   | 23/06/2016  | Instui a Comissão Permanente de Licitação - CPL, no âmbito da Seagri  |
| Portaria nº 49   | 21/06/2016  | Institui o Grupo de trabalho para elaboração de minuta de decreto que estabeleça diretrizes para implantação do programa de reabilitação ambiental da área rural do DF                      |
| Portaria nº 48   | 16/06/2016  | Dispõe sobre a criação da comissão permanente de sindicância - CPS e comissão permanente de processo disciplinar - CPPD   |
| Portaria nº 47   | 31/05/2016  | Dispõe sobre normas, critérios e procedimentos para elaboração dos subprograma de sustentabilidade organizacional com foco em capacitação e desnv. de pessoas SCDP dos servidores da Seagri |
| Portaria nº39    | 25/05/2016  | Nota técnica sobre a Cultura do Milho   |
| Portaria nº 35   | 12/05/2016  | Dispõe sobre a instituição do Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal - Brasília Qualidade no Campo   |
| Portaria nº 32   | 28/04/2016  | Institui a comissão de Eventos da Seagri-DF   |
| Portaria nº 30   | 15/04/2016  | Dispõe sobre a vacinação de bovinos e bubalinos contra a febre aftosa no Distrito Federal e dá outras providências.   |
| Portaria nº 29   | 15/04/2016  | Define normas para elaboração do Plano de Uso Familiar - PUF e estabelece procedimentos administrativos para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais no Distrito Federal.      |
| Portaria nº 28   | 14/04/2016  | Constituir a Comissão Setorial de Avaliação de Documentos - CSAD  |
| Portaria nº 25   | 13/02/2016  | Substituição de membro da Comissão de Processo Administrativa disciplinar   |
| Portaria nº 23   | 06/04/2016  | Segunda conferência distrital de ATER   |
| Portaria nº 20   | 04/04/2016  | Constituir a Comissão de Avaliação de Desempenho e Mérito.  |
| Portaria nº 19   | 04/04/2016  | Designa função de autoridade de Monitoramento da CGLAI  |
| Portaria nº 18   | 31/03/2016  | Constituir a Comissão julgadora de recursos administrativos   |

| Portarias               | Data       | Resumo   |
|-------------------------|------------|--|
| Portaria n° 15          | 08/03/2016 | Grupo gestor do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA-DF   |
| Portaria n° 12          | 23/02/2016 | Substituição de Membros da CGLAI   |
| Portaria n° 10          | 11/02/2016 | Dispõe sobre processo administrativo disciplinar no âmbito da Seagri.  |
| Portaria n° 09          | 11/02/2016 | Criação do Grupo de Trabalho para Regularização de Terras Rurais   |
| Portaria n° 04          | 27/01/2016 | Nomeação dos membros da Câmara Setorial de Suínos  |
| Portaria Conjunta n° 01 | 12/02/2015 | Instituir a Comissão de Coordenação para Implementação do Cadastro Ambiental Rural   |
| Portaria n° 01          | 13/01/2015 | Reajuste no valor do arrendamento/concessão de uso de área pública rural   |
| Portaria n° 03          | 23/01/2015 | GT para levantamento das edificações do Complexo do Parque de Exposições da Granja do Torto  |
| Portaria n° 06          | 04/02/2015 | GT para elaboração de proposta da Política Distrital de Produção Orgânica no DF  |
| Portaria n° 07          | 04/02/2015 | GT para elaboração de modelo de gestão do Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar  |
| Portaria n° 08          | 05/02/2015 | GT para elaboração do Plano de Manejo e Conservação de Água e Solo no DF   |
| Portaria n° 11          | 12/02/2015 | Composição da Comissão Permanente de Julgamento do PAPA-DF   |
| Portaria n° 21          | 18/03/2015 | Instituir Grupo de Trabalho em Educação Sanitária.   |
| Portaria n° 25          | 08/04/2015 | Criação do Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar, planejar, implementar e supervisionar a coleta seletiva solidária no âmbito desta Secretaria                                |
| Portaria n° 34          | 08/05/2015 | Equipe para elaboração da carta de serviços ao cidadão da Seagri-DF  |
| Portaria n° 35          | 08/05/2015 | Nomeação para composição do Grupo gestor da LAI  |
| Portaria n° 51          | 30/06/2015 | Institui a Comissão Permanente de Licitação da Seagri-DF   |
| Portaria n° 54          | 24/07/2015 | Institui a Comissão Julgadora de Recursos Administrativos relativos às Infrações da Lei de Inspeção Sanitária  |
| Portaria n° 55          | 24/07/2015 | Criação da Comissão de Coleta Seletiva Solidária   |
| Portaria n° 61          | 07/08/2015 | GT de trabalho previsto na LC 281  |
| Portaria n° 67          | 09/09/2015 | GT para regularização dos imóveis oriundos da extinta Fundação Zoobotânica   |
| Portaria n° 69          | 14/10/2015 | Institui comissão permanente para levantamento, conferência e recebimento dos bens imóveis do Parque de Exposições da Granja do Torto  |
| Portaria n° 84          | 23/12/2015 | Reajuste do valor da anuidade de Arrendamento/Concessão de Uso de Área Pública Rural   |
| Portaria Conjunta n° 03 | 21/08/2014 | Institui o grupo de Acompanhamento da Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar e dá outras providências.   |
| Portaria n° 33          | 28/05/2014 | Estabelece normas para implantação, registro e funcionamento de Miniagroindústria de produtos de origem animal no Distrito Federal.  |
| Portaria n° 32          | 28/05/2014 | Altera o artigo 1° da Portaria n° 46, de 16 de maio de 2013 que instituiu e estabeleceu procedimentos para o vazio sanitário do feijão no Distrito Federal.                            |
| Portaria n° 22          | 14/04/2014 | Composição da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados do Distrito Federal.  |
| Portaria n° 18          | 09/04/2014 | Estabelece critérios para o custeio e participação de servidores da Seagri-DF em cursos de Pós-Graduação   |
| Portaria n° 81          | 18/11/2013 | Autoriza a ocupação coletiva provisória de trabalhadores rurais em área destinada ao PRAT, no imóvel Papuda II – São Sebastião.  |
| Portaria n° 85          | 05/11/2013 | Composição da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Suínos do Distrito Federal.   |
| Portaria n° 84          | 05/11/2013 | Composição da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves do Distrito Federal.   |
| Portaria n° 71          | 02/10/2013 | Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Floricultura do Distrito Federal.   |
| Portaria n° 67          | 19/09/2013 | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos carimbos da inspeção dos estabelecimentos sujeitos a fiscalização da Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal. |
| Portaria n° 66          | 10/09/2013 | Dispõe sobre metodologia para apuração do preço dos produtos para efeito de aquisição no âmbito do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF.                         |
| Portaria n° 64          | 20/08/2013 | Estabelece critérios para o desenvolvimento das ações de fomento à agricultura familiar com a distribuição gratuita de insumos.  |
| Portaria n° 54          | 01/07/2013 | Altera a Portaria n° 46, de 16 de maio de 2013 que instituiu e estabeleceu procedimentos para o vazio sanitário do feijão no Distrito Federal.   |

| Portarias              | Data       | Resumo  |
|------------------------|------------|---|
| Portaria nº 46         | 16/05/2013 | Institui e estabelece procedimentos para o vazio sanitário do feijão no Distrito Federal  |
| Portaria Conjunta nº01 | 01/01/2009 | Define parâmetros para emissão do Certificado de Qualificação e Capacitação Técnica - CQCT, aos produtores de leite participantes do PróLeite.  |
| Portaria Conjunta nº02 | 26/01/2009 | Estabelece normas para funcionamento, Inspeção e fiscalização de Postos de Distribuição de Leite do Programa vida Melhor.   |
| Portaria Conjunta nº05 | 23/05/2008 | Estabelecer, as Especialidades e respectivas atribuições das Especialidades dos Cargos da Carreira Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.    |
| Portaria nº158         | 15/10/2003 | Trata da comercialização de mudas e de qualquer outro material de propagação vegetativa de plantas cítricas, bem como a implantação de novas áreas de plantio.                              |
| Portaria nº82          | 24/07/2001 | Trata da comercialização de mudas e de qualquer outro material de propagação vegetativa e/ou a implantação de novos plantios de goiabeira.  |
| Portaria nº21          | 25/03/1999 | Trata da transporte das frutas hospedeiras do Estado do Amapá para outras Unidades da Federação.  |
| Portaria nº06          | 09/07/1999 | Estabelece normas para implantação e o funcionamento de matadouro para abastecimento regionalizado  |
| Portaria nº125         | 03/08/1998 | Trata do trânsito de madeira bruta, serrada e beneficiada de Pinus sp entre os Estados citados.   |
| Portaria nº08          | 06/07/1998 | Estabelece normas para implantação e funcionamento de Estâncias Leiteiras.  |
| Portaria nº07          | 06/07/1998 | Estabelece normas para implantação e funcionamento de apiários.   |
| Portaria nº06          | 06/07/1998 | Estabelece normas para implantação e o funcionamento de matadouro para abastecimento regionalizado.   |
| Portaria nº05          | 06/07/1998 | Estabelece normas para a implantação e o funcionamento das Miniagroindústrias de produtos de origem vegetal do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola - PROVE              |
| Portaria nº04          | 06/07/1998 | Estabelece normas para a implantação e o funcionamento das Miniagroindústrias de produtos de origem animal do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola - PROVE.              |
| Portaria nº291         | 23/07/1997 | Trata de exigências, critérios e procedimentos, a serem adotados pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico — CANECC.  |
| Portaria nº84          | 11/07/1996 | Trata das exigências, critérios e procedimentos a serem adotados pelo programa Nacional de Prevenção e Controle da Cydia pomonella – PNPCC.   |
| Portaria nº84          | 24/04/1995 |   |
| Portaria nº185         | 10/11/1994 | Trata do trânsito para áreas indenes das seguintes frutas: pêra, maçã, pêssego, marmelo, nozes, nectarina, ameixas e damascos, procedentes de áreas de produção comprovadamente infestadas. |

#### 4. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

##### 4.1. PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019

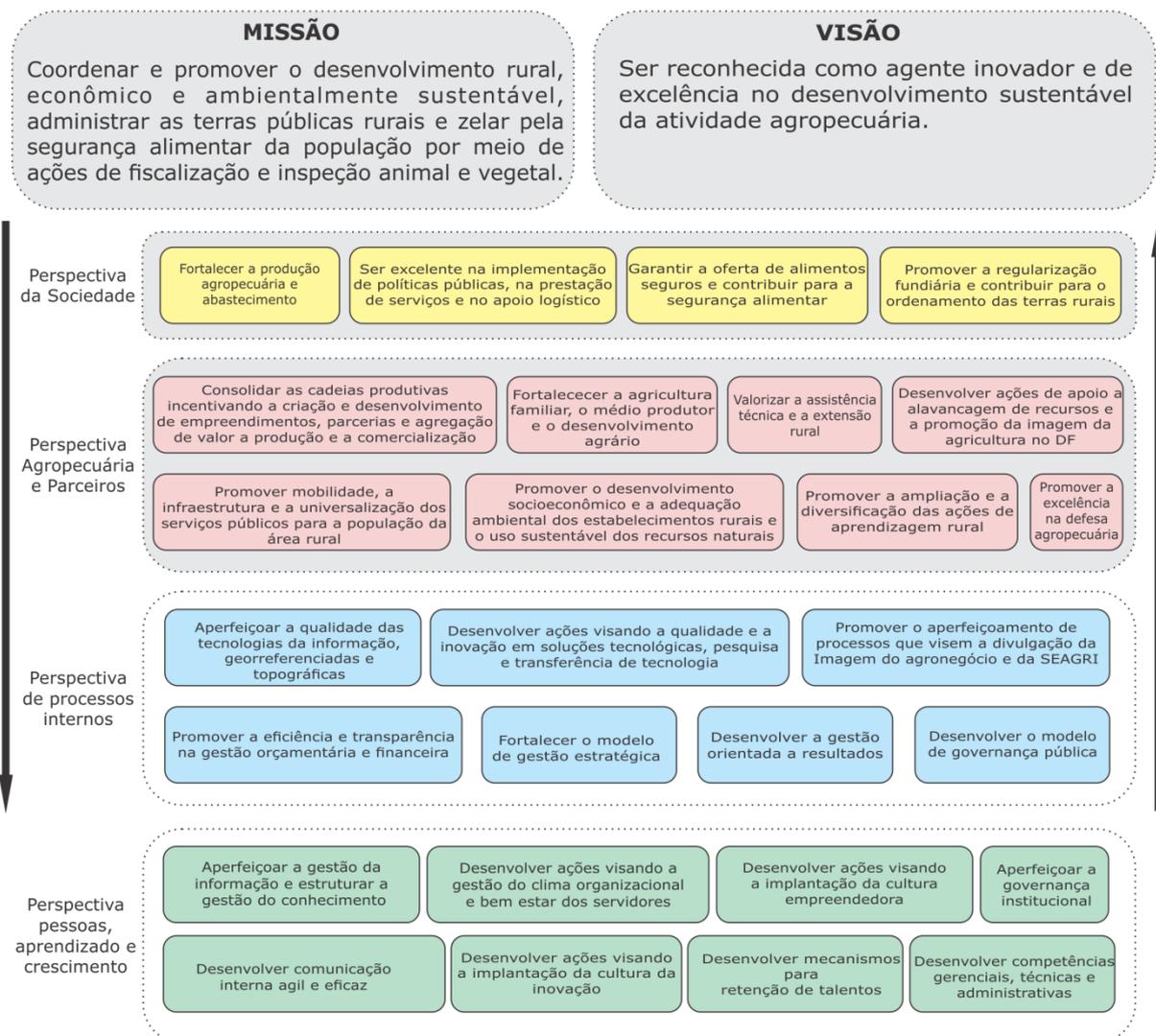
A seguir são apresentados os programas temáticos acompanhados de objetivos específicos e metas relativos às atividades a serem desempenhadas pela SEAGRI ao longo do ciclo do Plano Plurianual 2016-2019.

| PPA 2016-2019   |  | Metas 2016-2019 - SEAGRI   |
|---|--|--|
| <p><b>PROGRAMA TEMÁTICO:</b><br/><b>6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA</b></p> <p><b>OBJETIVO GERAL:</b><br/>Tornar Brasília competitiva por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda, e de inovação.</p>   | <p><b>OBJETIVO ESPECÍFICO:</b><br/><b>004 – ECONOMIA RURAL:</b> Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.</p> <p><b>UNIDADE RESPONSÁVEL: SEAGRI</b></p>  | <p>1. Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra; (SEAGRI)</p> <p>2. Implantar 02 polos agroindustriais no DF; (SEAGRI)</p> <p>3. Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE; (SEAGRI)</p> <p>4. Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA); (SEAGRI)</p> <p>5. Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF; (SEAGRI)</p> <p>9. Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/EMATER);</p> <p>12. Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/CEASA) CEASA);</p> |
| <p><b>PROGRAMA TEMÁTICO:</b><br/><b>6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA</b></p> <p><b>OBJETIVO GERAL:</b><br/>Tornar Brasília competitiva por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda, e de inovação.</p>   | <p><b>OBJETIVO ESPECÍFICO:</b><br/><b>007 – SANIDADE DOS REBANHOS E LAVOURAS:</b> Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.</p> <p><b>UNIDADE RESPONSÁVEL: SEAGRI</b></p> | <p>1. Prevenir 100% da febre aftosa e das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI)</p> <p>2. Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitas a controle oficial. (SEAGRI)</p>  |
| <p><b>PROGRAMA TEMÁTICO:</b><br/><b>6208 – TERRITÓRIO DA GENTE</b></p> <p><b>OBJETIVO GERAL:</b><br/>Resgatar a capacidade do Estado de planejar e projetar, fiscalizar e controlar, segundo uma concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, visando ao desenvolvimento sustentável, e assegurando a preservação do patrimônio cultural urbanístico e a promoção ambiental.</p> | <p><b>OBJETIVO ESPECÍFICO:</b><br/><b>001 – PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL:</b> Qualificar, disciplinar e reestabelecer o uso e ocupação sustentáveis do solo do DF conforme as diretrizes do ZEE, PDOT e planos diretores setoriais, bem como consolidar mecanismos interfederativos de articulação e governança metropolitana.</p>   | <p>12. Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);</p> <p>13. Construir 2 centros de comercialização, 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);</p> <p>14. Criar quatro projetos de assentamentos rurais, incluindo o CAR (cadastro ambiental rural) e PRA (programa de regularização ambiental) (SEAGRI);</p>   |
|   | <p><b>OBJETIVO ESPECÍFICO:</b><br/><b>002 – PACTO PELO LICENCIAMENTO INTEGRADO E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO:</b> Definir o regimento para os processos de licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência, a regulação do uso do solo, constantes às premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, tendo assegurado infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada.</p>                        | <p>2. Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito real de Uso; (SEAGRI)</p> <p>3. Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação; (SEAGRI)</p> <p>4. Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF; (SEAGRI)</p>  |

| PPA 2016-2019  |   | Metas 2016-2019 - SEAGRI  |
|--|---|---|
| <p><b>PROGRAMA TEMÁTICO:</b><br/>6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL</p> <p><b>OBJETIVO GERAL:</b><br/>Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.</p> | <p><b>OBJETIVO ESPECÍFICO:</b><br/>005 – BRASÍLIA VERDE: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.</p> | <p>8. Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais; (SEAGRI)</p> |

## 4.2. MAPA ESTRATÉGICO

**2015 - 2019**



### 4.3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015 – 2019

#### PREMISSAS

- ✓ Alinhamento das ações com as demandas de governo e da sociedade;
- ✓ Alocação das ações junto às perspectivas do Mapa estratégico, aos programas e seus objetivos específicos;
- ✓ Definição de indicadores visando permitir o conhecimento da realidade que está sendo desenvolvida/modificada e, quando possível, dentro da perspectiva do público alvo;
- ✓ Definição de metas que sejam possíveis de serem atingidas mas que permitam avanços nos objetivos propostos.
- ✓ Definição de pontos de relacionamento junto ao governo, sociedade e servidores;
- ✓ Monitoramento mensal;
- ✓ Momentos de relacionamento onde deverão ser realizadas ações de comunicação, eventos, etc;
- ✓ Reuniões de acompanhamento estratégico bimensais.

| OBJETIVO ESPECÍFICO 01:<br>FORTALECIMENTO E SEDIMENTAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DAS TERRAS PÚBLICAS RURAIS DO DF                         |   |                |      |      |      |      |   |
|--|---|----------------|------|------|------|------|---|
| SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SRF  |   |                |      |      |      |      |   |
| Ação   | Meta  | Anos/Orcamento |      |      |      |      | Indicador   |
|  |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Entrega de documento comprobatório da legítima ocupação  | Regularizar 26% dos produtores rurais sem documento comprobatório da legítima ocupação até dezembro de 2019 | 150            | 336  | 350  | 364  | 378  | Número total de documentos comprobatórios da legítima ocupação expedidos / Número total de Produtores sem documento comprobatório da legítima ocupação (6000) |
| Entrega do CDRU ou Escrituração a produtores rurais das unidades de produção   | Regularizar 50% dos produtores rurais sem CDRU até dezembro de 2019   | 250            | 500  | 500  | 500  | 750  | Número total de CDRU expedidos/ Número total de Produtores sem CDRU (6000)  |
| Monitorar o cumprimento do Plano de Utilização da Unidade de Produção - PU das áreas com contratos firmados., através da realização de vistorias | Realizar 36% de vistorias nas áreas contratadas até dezembro de 2019  | 180            | 212  | 221  | 230  | 239  | Número total de contratos vistoriados / Número total de contratos existentes (3000)   |
| Entrega do CDRU/Contrato de Concessão aos ocupantes de áreas inseridas na Macrozona Urbana   | Regularizar 100% de ocupantes de áreas inseridas na Macrozona Urbana até dezembro de 2019                   | 50             | 50   | 100  | 100  | 100  | Número total de ocupantes de áreas inseridas na Macrozona regularizados / Número total de ocupantes de áreas inseridas na Macrozona existentes (400)          |
| Promover o acesso de no mínimo 6000 produtores rurais a consulta online sobre os processos de regularização fundiária                            | Consulta online sobre os processos de regularização fundiária implantada até dezembro de 2015               | x              |      |      |      |      | Consulta implantada   |

**OBJETIVO ESPECÍFICO 02:**  
**APRIMORAR PROCESSOS E ATIVIDADES RELACIONADAS AO PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS ESTABELECIDAS PELA SEAGRI, VISANDO PROMOVER, INCLUSIVE, REGULAMENTAÇÕES E ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS NECESSÁRIAS AO ESTÍMULO AO AGRICULTOR FAMILIAR, INCLUINDO A UNIFICAÇÃO DE POLÍTICAS QUE ENVOLVAM MUNICÍPIOS DA RIDE, ESTADOS E O GOVERNO FEDERAL.**

**SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SRF**

| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador               |
|---|--|----------------|------|------|------|------|-------------------------|
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |                         |
| Elaborar proposta de alteração da Portaria 25                                 | Alteração da Portaria 25 até dezembro de 2015                                | x              |      |      |      |      | Nova portaria elaborada |
| Elaborar proposta de revisão do Decreto nº 34.931/2013                        | Revisão do Decreto nº 34.931/2013 até dezembro de 2015                       | x              |      |      |      |      | Decreto Revisado        |
| Elaborar e lançar a Política de regularização das áreas públicas rurais do DF | Política de regularização das áreas públicas rurais do DF elaborada até 2015 | x              |      |      |      |      | Política Elaborada      |

**SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR**

| Ação   | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|--|---|----------------|------|------|------|------|--|
|  |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Elaborar e lançar a Política de agroecologia e produção orgânica | Elaboração da Política de agroecologia e produção orgânica até dezembro de 2015 | x              |      |      |      |      | Política de agroecologia e produção orgânica elaborada |

**SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA**

| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador                |
|---|--|----------------|------|------|------|------|--------------------------|
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |                          |
| Elaborar e lançar o Programa de Boas Práticas Agropecuárias, incluindo a criação do Selo Brasília Alimento seguro | Programa Boas Práticas Agropecuárias elaborado até dezembro de 2015                  | x              |      |      |      |      | Programa elaborado       |
| Elaborar e Implantar o Programa de Gestão Integrada de defensivos agrícolas( embalagens, obsoletos e vencidos).   | Programa de Gestão Integrada dos Resíduos Rurais elaborado até dezembro de 2016      |                | x    |      |      |      | Programa elaborado       |
| Revisão e aprovação da Lei de agrotóxicos do DF   | Lei de agrotóxicos do DF revisada e regulamentada até dezembro de 2016               |                | x    |      |      |      | Lei regulamentada        |
| Aprovação da lei de inspeção de produtos de origem animal e vegetal   | Lei de inspeção de produtos de origem animal e vegetal aprovada até dezembro de 2016 |                | x    |      |      |      | Lei regulamentada        |
| Elaboração do programa de monitoramento de pragas   | Programa de monitoramento de pragas elaborado até dezembro de 2015                   | x              |      |      |      |      | Programa elaborado       |
| Elaboração do programa de educação sanitária em defesa agropecuária   | Programa de educação sanitária em defesa agropecuária elaborado até junho de 2016*   | x              | x *  |      |      |      | Programa elaborado       |
| Elaboração de projeto de lei de apreensão de animais  | Projeto de lei de apreensão de animais elaborado até dezembro de 2016                |                | x    |      |      |      | Projeto de lei elaborado |

| SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF   |   |                |      |      |      |      |  |
|---|---|----------------|------|------|------|------|--|
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Elaboração do modelo de compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar visando a ampliação do programa de compras governamentais diretamente do produtor rural.   | Modelo de compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar visando a ampliação dos programas de compras governamentais diretamente do produtor rural elaborado até dezembro de 2015 | x              |      |      |      |      | Modelo elaborado   |
| Elaborar decreto estabelecendo percentual mínimo para aquisição de produção do DF e do entorno pelos órgãos públicos que compram produtos agropecuários   | Decreto estabelecendo percentual mínimo para aquisição de produção do DF e do entorno pelos órgãos públicos que compram produtos agropecuários elaborado até dezembro de 2015                       | x              |      |      |      |      | Decreto de lei elaborado                                   |
| Elaborar e lançar a política de assentamento rural  | Política de assentamento rural elaborada até dezembro de 2015   | x              |      |      |      |      | Política de assentamento rural lançada                     |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 03:<br/>APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS VISANDO MELHOR EFICIÊNCIA E EFICÁCIA</b>   |   |                |      |      |      |      |  |
| SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SRF   |   |                |      |      |      |      |  |
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Implementar o sistema integrado de informações sobre regularização e arrecadação  | Sistema integrado de informações sobre regularização e arrecadação implementado até dezembro de 2015  | x              |      |      |      |      | Sistema implantado   |
| Mapear e aperfeiçoar o processo de fiscalização das terras públicas rurais do DF  | Processo de fiscalização das terras públicas rurais do DF aperfeiçoado até dezembro de 2015   | x              |      |      |      |      | Relatório Final com a análise e aperfeiçoamentos propostos |
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Realizar a individualização cartorial da Fazenda Várzeas até dezembro de 2015   | Individualização cartorial da Fazenda Várzeas realizada até dezembro de 2015  | x              |      |      |      |      | Unidade Mobiliária Gerada                                  |
| Mapear e aperfeiçoar o processo de regularização das áreas públicas rurais  | Processo de regularização das áreas públicas rurais aperfeiçoado até dezembro de 2015   | x              |      |      |      |      | Relatório Final com a análise e aperfeiçoamentos propostos |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 04:<br/>DESENVOLVER E APERFEIÇOAR PROCESSOS QUE PROMOVAM A EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, COMO TAMBÉM, ATINGIR E MANTER O EQUILÍBRIO FISCAL, POR MEIO DO AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA GERAÇÃO DE RECEITA, DA QUALIDADE DO GASTO E DA GESTÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA</b> |   |                |      |      |      |      |  |
| SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG   |   |                |      |      |      |      |  |
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Mapear e aperfeiçoar o processo de gestão de compras e serviços da SEAGRI   | Processo de gestão compras e serviços SEAGRI aperfeiçoado dezembro de 2015 de da até  | x              |      |      |      |      | Relatório Final com a análise e aperfeiçoamentos propostos |

| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 05:<br/>PROMOVER AÇÕES QUE POSSIBILITEM O ESTABELECIMENTO DE CANAIS QUE FAVOREÇAM O<br/>RELACIONAMENTO, ÁGIL E TRANSPARENTE, DA DIREÇÃO COM O PÚBLICO INTERNO E ENTRE OS PRÓPRIOS<br/>ELEMENTOS QUE INTEGRAM ESTE PÚBLICO</b> |  |                |      |      |      |      |  |
|--|--|----------------|------|------|------|------|--|
| <b>SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG</b>   |  |                |      |      |      |      |  |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Elaborar e implantar a proposta de modelo de gestão documental da SEAGRI   | Modelo de gestão documental da SEAGRI elaborado até junho de 2016  |                | x    |      |      |      | Gestão documental implantada   |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 06:<br/>PROMOVER A AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS QUE PERMITAM O AVANÇO TÉCNICO E QUALITATIVO E QUE DÊM O DEVIDO SUPORTE AOS OBJETIVOS DA SEAGRI.</b>   |  |                |      |      |      |      |  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG</b>   |  |                |      |      |      |      |  |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Elaborar, lançar e implantar a Intranet  | Intranet implantada até dezembro de 2015   | x              |      |      |      |      | Intranet implantada  |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 07:<br/>DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL E BEM ESTAR DOS EMPREGADOS</b>   |  |                |      |      |      |      |  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG</b>   |  |                |      |      |      |      |  |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Elaborar e lançar o Programa de Qualidade de Vida - PQVT   | Elaboração do PQVT até dezembro de 2015  | x              |      |      |      |      | Programa de QV Elaborado   |
| Realizar Pesquisa de Clima Organizacional  | Pesquisa de Clima Organizacional até dezembro de 2015  | x              |      |      |      |      | Pesquisa de CO realizada   |
| Implantar a agenda ambiental da Administração Pública – A3P  | Agenda ambiental da Administração Pública – A3P até dezembro de 2016   |                | x    |      |      |      | Agenda Implantada  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR</b>  |  |                |      |      |      |      |  |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Projeto e Obra de implantação de elevador para o edifício sede da Seagri   | Projeto e Obra de implantação de elevador para o edifício sede da Seagri realizado até 2016                  |                | x    |      |      |      | Obra realizada   |
| Projeto e Obra de implantação de elevador para o prédio da SDR   | Projeto e Obra de implantação de elevador para o edifício sede da Seagri realizado até 2016                  |                | x    |      |      |      | Obra realizada   |
| Projeto, reforma e adequação do prédio da SDR  | Projeto, reforma e adequação do prédio da Seagri-SDR realizado até 2016                                      |                | x    |      |      |      | Obra realizada   |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 08:<br/>DESENVOLVER MECANISMOS PARA RETENÇÃO DE TALENTOS VISANDO IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA DE PESSOAS QUE VALORIZA A PRODUTIVIDADE, O MÉRITO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>  |  |                |      |      |      |      |  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG</b>   |  |                |      |      |      |      |  |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Realizar estudo para realização de concurso público para a carreira de desenvolvimento e fiscalização agropecuária   | Estudo para realização de concurso público até dezembro de 2015  | x              |      |      |      |      | Estudo para realização do concurso realizado   |
| Criar e implantar o Banco de Talentos Internos - BTI   | Banco de Talentos Internos – BTI implantado até dezembro de 2016   |                | x    |      |      |      | Banco de Talentos Implantado   |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 09:<br/>DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS, TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS VISANDO IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS FOCADA NA MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</b>                                    |  |                |      |      |      |      |  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG</b>   |  |                |      |      |      |      |  |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Elaborar, lançar e implantar o Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas – PCPD, alinhado ao modelo de gestão estratégica  | Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas – PCPD implantado até dezembro de 2015                     | x              |      |      |      |      | PCPD Implantado  |
| Capacitar e treinar servidores e gestores nos temas definidos pelo Mapa estratégico  | Capacitar e treinar 100% do quadro de servidores (gestores, técnicos e administrativos) até dezembro de 2019 | 0              | 25%  | 25%  | 25%  | 25%  | Número total de servidores capacitados – treinados nos temas definidos pelo Mapa Estratégico/Número total de servidores existentes |

| SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA  |  |                |      |      |      |      |   |
|---|--|----------------|------|------|------|------|---|
| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Capacitar servidores no uso do SIDAGRO visando fortalecer as ações previstas no projeto Defesa On-line quanto ao atendimento à sociedade  | Capacitar 24 servidores até dezembro de 2017   | 24             | 0    | 0    | 0    | 0    | Número de servidores capacitados no SIDAGRO / Número total de servidores previsto para capacitação (24)   |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 10:<br/>PROMOVER AÇÕES QUE CONTEMPLAM A UTILIZAÇÃO, A INSTITUIÇÃO, O INCREMENTO DE LINHAS DE FINANCIAMENTO, MECANISMOS DE SEGURO RURAL, A CAPTAÇÃO DE RECURSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E DISPONIBILIDADE DE LINHAS DE CREDITO QUE VISEM DAR SEGURANÇA, APOIAR E ESTIMULAR FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS QUE CONTEMPLAM O PRODUTOR RURAL, O FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS E EMPREENDIMENTOS RURAIS.</b> |  |                |      |      |      |      |   |
| SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG   |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Ampliar a Tomada de crédito do FDR e PROSPERA   | Ampliar para 587 o número de produtores rurais tomadores de crédito do FDR e PROSPERA até dezembro de 2019 | 40             | 128  | 133  | 139  | 147  | Número total de produtores rurais tomadores de crédito do FDR e PROSPERA ampliada / Número total de produtores rurais tomadores de crédito do FDR previstos |
| SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Criação do Plano Safra para o DF  | Plano Safra para o DF criado até setembro de 2015  | x              |      |      |      |      | Plano criado  |
| Adequação do ICMS para os produtores agropecuários e Agroindustriais  | Adequação do ICMS para os produtores agropecuários e Agroindustriais realizada até dezembro de 2015        | x              |      |      |      |      | Adequação do ICMS para os produtores agropecuários e Agroindustriais implantada   |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 11:<br/>DESENVOLVER UM CONJUNTO DE MELHORIAS NAS PRÁTICAS DE GESTÃO VISANDO, ALAVANCAR A CAPACIDADE DA INSTITUIÇÃO DE PRODUZIR, MEDIR E COMUNICAR RESULTADOS RELEVANTES PARA O SEU PÚBLICO-ALVO</b>  |  |                |      |      |      |      |   |
| SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG   |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Finalização da liquidação da SAB  | Finalização da liquidação da SAB até dezembro de 2015  | x              |      |      |      |      | SAB liquidada   |
| Revitalização do parque de exposições da granja do torto  | Parque de exposições da granja do torto revitalizado até dezembro de 2015                                  | x              |      |      |      |      | Parque de exposições da granja do torto revitalizado  |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 12:<br/>AMPLIAR, APOIAR E ASSEGURAR A INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO E DO MEIO RURAL</b>   |  |                |      |      |      |      |   |
| SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG   |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Inauguração do auditório do parque da AgroBrasília  | Auditório do parque da AgroBrasília inaugurado até dezembro de 2015  | x              |      |      |      |      | Auditório do parque da AgroBrasília inaugurado  |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 13:<br/>PROMOVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS, INCLUINDO ÁGUA E ENERGIA, ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DOS REQUISITOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIAS</b>  |  |                |      |      |      |      |   |
| SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Implantação do Plano de Manejo e Conservação da Água e do solo em áreas de produção rural do DF   | Implantação do Plano em 9 unidades hidrográficas do Distrito Federal até dezembro de 2019                  | 1              | 2    | 2    | 2    | 2    | Número de unidades hidrográfica implantadas / Número total de unidades hidrográficas existentes (41)  |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 14:<br/>PROMOVER A EXCELÊNCIA, QUALIDADE, PRESTEZA E INOVAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA SEAGRI</b>   |  |                |      |      |      |      |   |
| SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação  | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|   |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Recuperação, manutenção e adequação de estradas rurais de terra do DF   | Recuperar, manter e adequar 1.650 km de estradas rurais de terra do DF até dezembro de 2019                | 250            | 350  | 350  | 350  | 350  | Número total (km) de estradas rurais recuperadas / Número total de Estradas rurais (km) existentes (800km)  |

| Entrega de equipamentos agrícolas, através de convênios, visando preparo e conservação de solos através das associações de produtores rurais do DF  | Entregar 100 equipamentos agrícolas, através de convênios, visando preparo e conservação de solos através das associações de produtores rurais do DF até dezembro de 2018 | 0              | 34   | 34   | 32   | 0    | Número de equipamentos agrícolas entregues / Número total de equipamentos agrícolas previstos para entrega (100)               |
|---|---|----------------|------|------|------|------|--|
| Realizar serviços mecanizados para os assentamentos da reforma agrária e público prioritário  | Realizar a prestação de serviços mecanizados em assentamentos da reforma agrária e público prioritário até dezembro de 2019   | 14             | 16   | 12   | 12   | 12   | Número total em Km de serviços prestados / Número total de serviços em Km previstos nos assentamentos da reforma agrária       |
| Recuperar canais visando o aumento da eficiência na distribuição de água e melhoria nas condições de manutenção   | Recuperar 56 km de canais visando o aumento da eficiência na distribuição de água e melhoria nas condições de manutenção até dezembro de 2019                             | 5,5            | 15   | 15   | 15   | 5,5  | Número total de canais recuperados / Numero total de canais que necessitam de recuperação (180km)                              |
| Realizar serviços mecanizados de levantamento de terraços   | Realizar a prestação de serviços mecanizados de levantamento de terraços até dezembro de 2019   | 100            | 100  | 40   | 16   | 16   | Número total em Km de serviços prestados / Número total em Km de serviços previstos nos assentamentos da reforma agrária (272) |
| <b>SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA</b>   |   |                |      |      |      |      |  |
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Elaborar, lançar e implantar o Projeto "Defesa On-line" – Emissão eletrônica de documentos sanitários   | Disponibilizar os serviços on-line à 50% dos produtores rurais até dezembro de 2019   | 10%            | 10%  | 10%  | 10%  | 10%  | Número total de produtores credenciados ao uso do serviço / Número total de produtores passíveis de credenciamento (3.500)     |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 15:<br/>APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS EM RELAÇÃO À INFRAESTRUTURA</b>  |   |                |      |      |      |      |  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR</b>   |   |                |      |      |      |      |  |
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Melhoria e aperfeiçoamento do processo de gestão de patrulhas mecanizadas conveniadas e de maquinário   | Melhoria e aperfeiçoamento do processo de gestão de patrulhas mecanizadas conveniadas e de maquinário até dezembro de 2016  |                | x    |      |      |      | Relatório com a proposta de melhoria e aperfeiçoamento do processo.  |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 16:<br/>PROMOVER A REABILITAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA RURAL DO DF</b>  |   |                |      |      |      |      |  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR</b>   |   |                |      |      |      |      |  |
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Promover a reabilitação ambiental, na área rural do DF, por meio de revegetação nativa  | Promover a adequação ambiental de 500 ha da área rural do DF até dezembro de 2019   | 100            | 100  | 100  | 100  | 100  | Número total em ha de área reabilitada ambientalmente / Número total de áreas, em ha, prevista para reabilitação ambiental     |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 17:<br/>PROMOVER AÇÕES QUE VISEM A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA DE FORMA A PROPORCIONAR A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA, ATRAVÉS DA GARANTIA DE RENDA AOS PRODUTORES AGRÍCOLAS</b> |   |                |      |      |      |      |  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR</b>   |   |                |      |      |      |      |  |
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Ampliar e adequar os pontos de comercialização dos produtos rurais em áreas públicas do DF  | Ampliação e adequação de 40 pontos de comercialização dos produtos rurais em áreas públicas do DF até dezembro de 2019  | 10             | 15   | 15   | 0    | 0    | Número total de pontos de comercialização instalados e adequados / Número total de pontos de comercialização previstas         |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 18:<br/>PROMOVER AÇÕES QUE VISEM A EXPANSÃO COMPETITIVA DA BASE INDUSTRIAL NO SETOR AGROPECUÁRIO.</b>  |   |                |      |      |      |      |  |
| <b>SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR</b>   |   |                |      |      |      |      |  |
| Ação  | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|   |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Criação de Polos Agroindustriais  | Criação dos polos agroindustriais de Rio Preto e do PADF até dezembro de 2015   | x              |      |      |      |      | Polos agroindustriais criados  |

**OBJETIVO ESPECÍFICO 19:  
PROMOVER ESTUDOS PARA MELHORIA E O APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS QUE VISEM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEGMENTO RURAL, DE MODO A PROPICIAR O AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA, A GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DE RENDA.**

**SUBSECRETARIA DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR**

| Ação   | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador        |
|--|---|----------------|------|------|------|------|------------------|
|  |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |                  |
| Elaboração de estudo para identificação das potencialidades de desenvolvimento das cadeias produtivas prioritárias ligadas ao setor agropecuário | Estudo para identificação das cadeias produtivas ligadas ao setor agropecuário realizado até dezembro de 2016 |                | X    |      |      |      | Estudo realizado |

**SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA**

| Ação   | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador        |
|--|---|----------------|------|------|------|------|------------------|
|  |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |                  |
| Realizar estudo da qualidade microbiológica dos produtos de origem vegetal produzidos nas agroindústria sob serviços de inspeção distrital | Estudo da qualidade microbiológica dos produtos de origem vegetal produzidos nas agroindústria sob serviços de inspeção distrital realizado até dezembro 2018 |                |      |      | x    |      | Estudo realizado |

**SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF**

| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador                                 |
|--|--|----------------|------|------|------|------|---|
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Realizar estudo visando a redução/isenção/compensação da carga tributária que incide sobre os produtos comercializados no âmbito do PAPA-DF                              | Estudo visando a redução/isenção/compensação o da carga tributária que incide sobre os produtos comercializados no âmbito do PAPA-DF realizado até dezembro de 2015                            | x              |      |      |      |      | Relatório apresentando o estudo realizado |
| Realizar estudo visando levantar a demanda de produtos agrícolas do DF que poderiam ser comprados da agricultura familiar no âmbito das Compras Institucionais (PAPA-DF) | Estudo visando levantar a demanda de produtos agrícolas do DF que poderiam ser comprados da agricultura familiar no âmbito das Compras Institucionais (PAPA-DF) realizado até dezembro de 2015 | x              |      |      |      |      | Relatório apresentando o estudo realizado |

**OBJETIVO ESPECÍFICO 20:  
PROMOVER A UTILIZAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADEQUADOS EM TODAS AS ETAPAS DA OBTENÇÃO, PRODUÇÃO, PROCESSAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS, INSUMOS E PRODUTOS AGROALIMENTARES DESDE OS ELOS PRIMÁRIOS DE PRODUÇÃO, DEVENDO SER MANTIDOS AO LONGO DE TODAS AS ETAPAS E DEMAIS ELOS DAS CADEIAS E SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ANIMAIS.**

**SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA**

| Ação                                       | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|--|--|----------------|------|------|------|------|---|
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Concessão do Selo Brasília Alimento seguro | Certificar 200 propriedades rurais através da concessão do selo até 2019 | 0              | 50   | 50   | 50   | 50   | Número total de propriedades rurais certificadas / Número total de propriedades rurais existentes (6.500) |

**OBJETIVO ESPECÍFICO 21:  
DESENVOLVER AÇÕES DE CAPACITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE NOVAS COMPETÊNCIAS QUE SERÃO REQUERIDAS EM MÉDIO E LONGO PRAZOS, DETERMINANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, DE NOVOS MERCADOS, DA RENDA RURAL E DA QUALIDADE DE VIDA.**

**SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA**

| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|--|--|----------------|------|------|------|------|--|
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Capacitar produtores rurais e profissionais da área e empresários do setor e público infantil em educação sanitária em defesa agropecuária | Capacitar 20.000 produtores rurais e profissionais da área e empresários do setor e público infantil em educação sanitária em defesa agropecuária até dezembro de 2019 | 2000           | 4000 | 4500 | 4500 | 5000 | Número total de produtores rurais e profissionais da área de empresários do setor e público infantil capacitados em educação sanitária em defesa agropecuária/Número total de produtores rurais e profissionais da área e empresários do setor e público infantil previstos para capacitação em educação sanitária em defesa agropecuária (20.000) |

| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 22:<br/>APERFEIÇOAR PROCESSOS DE DEFESA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA E INSPEÇÃO</b>   |  |                |      |      |      |      |   |
|--|--|----------------|------|------|------|------|---|
| <b>SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA</b>  |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Mapeamento, Redesenho e integração dos processos da defesa agropecuária que apresentam rotinas em comum  | Processos da defesa agropecuária que apresentam rotinas em comum mapeados, redesenhados e integrados até dezembro de 2016*                 | x              | x *  |      |      |      | Mapeamento, redesenho e integração dos processos realizadas   |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 23:<br/>DESENVOLVER E APRIMORAR PROCESSOS E FERRAMENTAS DE MARKETING E COMUNICAÇÃO APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL</b>   |  |                |      |      |      |      |   |
| <b>SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA</b>  |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Criação de vídeo institucional da Defesa Agropecuária focando educação sanitária visando apoiar as ações do Programa de Educação Sanitária   | Criação de vídeo institucional da Defesa Agropecuária até dezembro de 2016   |                | x    |      |      |      | Video elaborado   |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 24:<br/>PROMOVER AÇÕES VISANDO O FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA E A INSPEÇÃO SANITÁRIA AOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL.</b>   |  |                |      |      |      |      |   |
| <b>SUBSECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA</b>  |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Inclusão das Agroindústrias do DF no SISB  | Incluir 30 Agroindústrias do DF no SISB  | 30             | 0    | 0    | 0    | 0    | Agroindústrias incluídas  |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 25:<br/>PROMOVER E APOIAR O ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORAS E A REGULARIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS, PRÉ-ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEGMENTO RURAL CONSTITUÍDO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES, DE MODO A PROPICIAR-LHES O AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA, A GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DE RENDA</b>  |  |                |      |      |      |      |   |
| <b>SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF</b>   |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Implantar projetos de assentamentos rurais , resguardada a capacidade de suporte ambiental, observado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA)   | Implantar 6 projetos de assentamentos rurais até dezembro de 2018  | 2              | 2    | 1    | 1    | 0    | Número total de assentamentos rurais implantados / Número total de assentamentos previstos para implantação (6)Número total de áreas consolidadas / Número total de áreas previstas para consolidação (6) |
| Promover o assentamento de famílias, resguardada a capacidade de suporte ambiental, observado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA)   | Assentar 365 famílias até dezembro de 2019   | 105            | 60   | 100  | 100  | 0    | Número total de famílias assentadas / Número total de famílias para assentamento previstas (365)  |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO 26:<br/>PROMOVER O ACESSO À ALIMENTOS SEGUROS, EM QUANTIDADE, QUALIDADE E REGULARIDADE NECESSÁRIAS ÀS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, CONTRIBUINDO, TAMBÉM, PARA A INCLUSÃO ECONÔMICA E SOCIAL, COM FOMENTO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, COMERCIALIZAÇÃO E AO CONSUMO, POR MEIO DO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AMPLIAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DIRETAS DE PRODUTOS DA AGRICULTURA DO DF E RIDE.</b> |  |                |      |      |      |      |   |
| <b>SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF</b>   |  |                |      |      |      |      |   |
| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador   |
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |   |
| Implantar e lançar o modelo de compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar nas regionais de ensino do DF  | Implantar o Novo Modelo de compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar em uma regional de ensino até dezembro de 2015 | x              |      |      |      |      | Numero total de regionais com modelo de compras implantado / Número total de regionais existentes (14)  |

|  |  |     |     |     |     |     |  |
|--|--|-----|-----|-----|-----|-----|--|
| Aumentar o volume de recursos à serem apropriados em compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar nas regionais de ensino do DF    | Atingir 70% do volume total de recursos à serem apropriados em compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar nas regionais de ensino do DF até dezembro de 2019     | 10% | 25% | 45% | 55% | 70% | Número total (R\$) apropriado pela agricultura familiar do DF / Número total (R\$) apropriação pela agricultura familiar do DF base 2014 (PNAE)  |
| Aumentar o número de produtores rurais participantes de compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar nas regionais de ensino do DF | Aumentar para 1.300 o número de produtores rurais participantes de compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar nas regionais de ensino do DF até dezembro de 2019 | 200 | 200 | 250 | 300 | 350 | Número total de agricultores participantes nas compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar / Número total de agricultores participantes das compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar previstos. |
| Implantação de unidades de recepção e distribuição de alimentos regionais  | Implantação de 5 Unidades de recepção e distribuição de alimentos regionais até dezembro de 2019   | 0   | 5   | 0   | 0   | 0   | Número total de unidades implantadas / Número total de unidades previstas para implantação (5)   |

**OBJETIVO ESPECÍFICO 27:**

**FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA VISANDO ESTIMULAR A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NAS ÁREAS URBANAS, APROVEITANDO AS ÁREAS OCIOSAS PARA PROMOVER O PLANTIO DE: HORTALIÇAS, ERVAS MEDICINAIS, ERVAS AROMÁTICAS E PLANTAS ORNAMENTAIS, VISANDO O AUTO CONSUMO E/OU TAMBÉM PARA ABASTECER AS COZINHAS COMUNITÁRIAS; RESTAURANTES POPULARES; PAA; E VENDA O EXCEDENTE NO MERCADO LOCAL – FEIRA POPULAR, RESULTANDO EM INCLUSÃO SOCIAL, MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO; GERAÇÃO TRABALHO E RENDA DOS ENVOLVIDOS.**

**SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF**

| Ação   | Meta  | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador  |
|--|---|----------------|------|------|------|------|--|
|  |   | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |  |
| Implantar de hortas peri urbanas em áreas públicas e escolas | Implantação de 320 hortas peri-urbanas em áreas públicas e escolas até dezembro de 2019 | 0              | 27   | 59   | 96   | 138  | Número de áreas públicas e escolas implantadas / Número total de áreas públicas e escolas previstas para implantação (320) |

**OBJETIVO ESPECÍFICO 28:**

**DESENVOLVER E APRIMORAR PROCESSOS E FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM RURAL**

**SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF**

| Ação   | Meta   | Anos/Orçamento |      |      |      |      | Indicador                        |
|--|--|----------------|------|------|------|------|----------------------------------|
|  |  | 2015           | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |                                  |
| Implantação do centro de capacitação de produtores rurais na CEASA | Centro de capacitação de produtores rurais na CEASA até dezembro de 2015 | x              |      |      |      |      | Centro de Capacitação Implantado |

(\*) Corrigir períodos no Planejamento Estratégico 2015 – 2019 (Original)

**4.4. COMPATIBILIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS (DECRETO Nº 32.716, DE 01 DE JANEIRO DE 2011) COM OS PROGRAMAS, ATIVIDADES E PROJETOS EM EXECUÇÃO**

| SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI/DF  |  |   |                   |                                    |            |                |  |  |   |
|--|--|---|-------------------|------------------------------------|------------|----------------|--|--|---|
| Competências   | Setor Responsável                                      | Programas Atividades Projetos em Execução | Normas Vinculadas | Público Alvo                       | Metas 2016 | Indicadores    | Agentes/Órgãos Financiadores   | Órgãos Envolvidos Direta ou Indiretamente        |   |
|  |  |   |                   |                                    |            |                |  | Internos (GDF)                                   | Externos (Instituições Privadas/ Órgãos Públicos) |
| 1 - formular diretrizes e políticas governamentais na área de agricultura e desenvolvimento rural e agrário, da assistência técnica e extensão rural e | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural | Plano Safra 2016/2017                     |                   | Produtores Rurais                  | 1          | Valor Unitário | GDF, MDSA, MAPA, BANCO CENTRAL, BANCO DO BRASIL, SUDECO, BNDES, SNCR | GDF (PROSPERA E FDR), SEAGRI, BRB, EMATER, CEASA | PRONAF, FCO/SUDECO, BNDES E SNCR                  |
|  | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural | Polo Agroindustrial do Rio Preto          |                   | Produtores Rurais e Agroindústrias | 1          | Valor Unitário |  | SEAGRI, IBRAM, TERRACAP                          |   |

## SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI/DF

| Competências  | Setor Responsável   | Programas Atividades Projetos em Execução   | Normas Vinculadas | Público Alvo  | Metas 2016 | Indicadores  | Agentes/Órgãos Financiadores   | Órgãos Envolvidos Direta ou Indiretamente |   |
|---|---|---|-------------------|---|------------|--|--|---|---|
|   |   |   |                   |   |            |  |  | Internos (GDF)                            | Externos (Instituições Privadas/ Órgãos Públicos) |
| de abastecimento;   | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural          | Polo Agroindustrial PAD/DF  |                   | Produtores Rurais e Agroindústrias  |            | Valor Unitário   |  | SEAGRI, IBRAM, TERRACAP                   |   |
|   | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural          | Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO                                      |                   | Produtores e trabalhadores Rurais   |            | Valor Unitário   |  | SEAGRI, EMATER, CEASA                     |   |
|   | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural          | Projeto de Comercialização Direta   |                   | Produtores e trabalhadores Rurais   | 15         | Número de Pontos de Comercialização  |  | SEAGRI, EMATER, CEASA                     |   |
|   | Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário | Revisão da Política de Assentamento Rural   |                   | Movimentos Sociais  |            | Valor Unitário   |  | SEAGRI, IBRAM, TERRACAP, EMATER           |   |
|   | Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário | Projeto de Assentamento Rural - Assentamento Patrícia e Aparecida, no PAD/DF, Paranoá               |                   | Movimentos Sociais  |            | Número total de famílias assentadas  |  | IBRAM, TERRACAP, EMATER                   |   |
|   | Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário | Projeto de Assentamento Rural - Polo de Cinema José Wilker, em Sobradinho                           |                   | Movimentos Sociais  |            | Número total de famílias assentadas  |  | IBRAM, TERRACAP, EMATER, SEC. CULTURA     |   |
|   | Subsecretaria de Defesa Agropecuária                            | lei de inspeção de produtos de origem animal e vegetal  |                   | Produtores Rurais e Agroindústrias  |            | Valor Unitário   |  | GDF - SEAGRI                              |   |
|   | Subsecretaria de Defesa Agropecuária                            | Programa de monitoramento de pragas   |                   | Produtores Rurais   |            | Valor Unitário   |  | GDF - SEAGRI                              |   |
|   | Subsecretaria de Defesa Agropecuária                            | Projeto de lei de apreensão de animais  |                   | Produtores Rurais   |            | Valor Unitário   |  | GDF - SEAGRI                              |   |
|   | Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário | Estabelecimento de percentual mínimo para as aquisições - compra direta da agricultura              |                   | Produtores Rurais   |            | Valor Unitário   |  | GDF - SEAGRI                              |   |
|   | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural          | Edital de chamada pública para estabelecimento de Parceria Público Privada – Parque Granja do Torto |                   |   |            | Valor Unitário   |  | GDF - SEAGRI                              |   |
|   | Unidade de Gestão dos Fundos                                    | Revisão da lei do fundo de desenvolvimento rural  |                   | Produtores e empresas rurais, associações e cooperativas que desenvolvem atividades rurais no Distrito Federal e RIDE |            | Valor Unitário   | GDF - SEAGRI   | GDF - SEAGRI                              |   |
|   | Unidade de Gestão dos Fundos                                    | Revisão da lei do fundo de Aval do DF - FADF  |                   | Produtores Rurais e Cooperativas  |            | Valor Unitário   | GDF - SEAGRI   | GDF - SEAGRI                              |   |
| II - promover, coordenar e executar programas, projetos e ações para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas da agricultura no Distrito Federal; | Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural   | Modelo de Compras Diretas do Produtor Rural nas Unidades Públicas de Ensino do DF                   |                   | Produtores Rurais   | 200        | Aumentar o número de produtores rurais participantes de compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar nas regionais de ensino do DF | GOVERNO FEDERAL (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), GDF (Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA-DF) | EMATER, SEC. DE EDUCAÇÃO, CEASA           | MEC - FNDE  |

## SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI/DF

| Competências  | Setor Responsável                                       | Programas Atividades Projetos em Execução   | Normas Vinculadas | Público Alvo  | Metas 2016  | Indicadores  | Agentes/Órgãos Financiadores | Órgãos Envolvidos Direta ou Indiretamente                       |  |
|---|---|---|-------------------|---|-------------|--|------------------------------|---|--|
|   |   |   |                   |   |             |  |                              | Internos (GDF)  | Externos (Instituições Privadas/Órgãos Públicos) |
| III - coordenar a execução das políticas agrícolas de desenvolvimento rural e agrário, de assistência técnica e extensão rural e de abastecimento, ambientalmente sustentáveis;                                     | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural  | Programa de Boas Práticas Agropecuárias - Brasília Qualidade no Campo   |                   | Produtores Rurais   |             |  |                              | GDF - SEAGRI, EMATER, CEASA                                     |  |
| IV - promover a universalização dos serviços públicos para a população da área rural em articulação com as demais Secretarias de Estado, Órgãos e Entidades da Administração do Distrito Federal e Órgãos Federais; | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural  | Promover a melhoria das condições do abastecimento de água, energia elétrica e serviços de iluminação pública, serviço de mobilidade, implantação de Código de Endereçamento Postal, de esporte e lazer, etc, necessários junto ao espaço rural do DF                       |                   | Sociedade Rural   | Por demanda | Número total de demandas atendidas/Número de demandas encaminhadas aos órgãos responsáveis pelas ações |                              | CAESB, CEB, DFTRANS, SEC. DO ESPORTE, SEC. EDUCAÇÃO, SEC. SAUDE |  |
|   | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural  | Executar diretamente serviços de adequação e manutenção de estradas rurais, serviços mecanizados para os assentamentos da reforma agrária e público prioritário, serviços mecanizados de levantamento de terraços, serviços de preparo de solos e serviços de terraplanagem |                   | Área Rural  | Por demanda | Número total de demandas atendidas   |                              | GDF - SEAGRI  |  |
| V - promover, coordenar e executar a administração e fiscalização fundiária das terras públicas rurais;   | Subsecretaria de Regularização e Fiscalização Fundiária | Vistorias do cumprimento do Plano de Utilização da Unidade de Produção - PU das áreas com contratos firmados  |                   |   |             |  |                              | GDF - SEAGRI  | TERRACAP   |
| VI - contribuir com a segurança alimentar da população;   | Subsecretaria de Defesa Agropecuária                    | Programa de Gestão Integrada de defensivos agrícolas (embalagens, obsoletos e vencidos).  |                   | Produtores Rurais e Agroindústrias  |             |  |                              | GDF - SEAGRI  | MAPA   |
| VII - promover ações de fiscalização, inspeção, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;   | Subsecretaria de Defesa Agropecuária                    | Declaração On line de Vacinação contra Febre Aftosa   |                   | Produtores Rurais   |             |  |                              | GDF - SEAGRI  | MAPA   |
| VIII - promover ações de controle e fiscalização de trânsito e de apreensão de animais;   | Subsecretaria de Defesa Agropecuária                    | Implantação da emissão da GTA eletrônica  |                   | Produtores Rurais   |             |  |                              | GDF - SEAGRI  | MAPA   |
| IX - promover, apoiar e executar a reabilitação ambiental das terras rurais; e  | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural  | Plano de Manejo e Conservação da Água e do solo em áreas de produção rural do DF  |                   | UH Rodeador, na bacia hidrográfica do Descoberto - Brazlândia, e UH Extrema, na bacia hidrográfica do Rio Preto - Planaltina. | 2           | Número de unidades hidrográficas revitalizadas   |                              | GDF - SEAGRI  |  |

| SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI/DF              |  |  |                   |                   |            |   |                              |   |   |
|--|--|--|-------------------|-------------------|------------|---|------------------------------|---|---|
| Competências   | Setor Responsável                                      | Programas Atividades Projetos em Execução  | Normas Vinculadas | Público Alvo      | Metas 2016 | Indicadores                                       | Agentes/Órgãos Financiadores | Órgãos Envolvidos Direta ou Indiretamente |   |
|  |  |  |                   |                   |            |   |                              | Internos (GDF)                            | Externos (Instituições Privadas/ Órgãos Públicos) |
|  | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural | Programa – Reflorestar - Promover a reabilitação ambiental, na área rural do DF, por meio de revegetação nativa                            |                   | Produtores Rurais | 90         | Hectares de área rural reabilitada ambientalmente |                              | GDF - SEAGRI                              | IBRAM, TERRACAP                                   |
|  | Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural | Recuperar canais visando o aumento da eficiência na distribuição de água e melhoria nas condições de manutenção                            |                   | Produtores Rurais | 15         | Km de canais recuperados                          |                              | GDF - SEAGRI                              |   |
| X - promover e executar pesquisas e experimentação vegetal, animal e socioambiental. | Subsecretaria de Defesa Agropecuária                   | Realizar estudo da qualidade microbiológica dos produtos de origem vegetal produzidos nas agroindústria sob serviços de inspeção distrital |                   | Agroindústrias    |            |   |                              | GDF - SEAGRI                              |   |

#### 4.5. RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE PONTOS POSITIVOS/FORTES E/OU NEGATIVOS/FRACOS

Para melhor percepção sobre as facilidades e/ou dificuldades identificadas na execução das ações previstas no Planejamento Estratégico e dos serviços prestados ao público-alvo da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI apresentamos em anexo os resultados apurados em resposta aos questionários encaminhados:

- ✓ ANEXO I – Diretoria de Sanidade Agropecuária e Fiscalização.
- ✓ ANEXO II – Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal.
- ✓ ANEXO III - Servidores (DIPOVA e DISAF):
  - A: Pontos Positivos - Área Meio.
  - B: Pontos Negativos - Área Meio
  - C: Pontos Comentados - Área Meio.
  - D: Pontos Positivos - Área Fim.
  - E: Pontos Negativos - Área Fim.
  - F: Pontos Comentados - Área Fim.
- ✓ ANEXO IV – Diretoria de Fiscalização Fundiária.
- ✓ ANEXO V – Diretoria de Assentamentos Rurais.
- ✓ ANEXO VI – Diretoria de Compras Institucionais.
- ✓ ANEXO VII – Diretoria de Regularização Fundiária.
- ✓ ANEXO VIII – Diretoria de Infraestrutura Rural e Serviços.

#### 4.6. ACORDO DE RESULTADOS SEAGRI/ 2016

O Acordo de Resultados – 2016, assinado em 29 de fevereiro de 2016, entre o Governo do Distrito Federal e as Unidades Administrativas: Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Central de Abastecimento do Distrito Federal e Empresa de Assistência Técnica E Extensão Rural Do Distrito Federal, apresenta em sua cláusula segunda as obrigações dos compromissários quanto ao alcance das metas a seguir apresentadas

#### 4.6.1. METAS PARA OS PROJETOS ESTRATÉGICOS

- ✓ Projeto: Dinamização de Cadeias Produtivas da Economia Rural, do Programa Brasília Competitiva.
  - Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
    - Elaboração de projeto de Criação do Polo Agroindustrial de Rio Preto – até 31/10/2016.
    - Elaboração de projeto de Criação do Polo Agroindustrial PADF – até 31/10/2016.
  
- ✓ Projeto: Elaboração e Implementação da Política de Assentamento Rural, do Programa Território da Gente.
  - Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
    - Elaboração da política de assentamento rural – até 30/06/2016.
    - Implantação de 2 projetos de assentamento rural - em Sobradinho (Polo de Cinema José Wilker) e no PADF do Paranoá (assentamento Patrícia e Aparecida) – até 31/10/2016.
  
- ✓ Projeto: Otimização do Processo de Regularização Fundiária de Áreas Públicas Rurais, do Programa Território da Gente.
  - Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
    - Redesenho dos processos de regularização fundiária das áreas públicas rurais – até 30/06/2016.
    - Elaboração de política de regularização das áreas públicas rurais do DF – até 31/08/2016.
  
- ✓ Projeto: Criação e Implementação da Política de Agroecologia e Agricultura Orgânica, do Programa Brasília Competitiva.
  - Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
    - Regulamentação e Lançamento da política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – até 30/04/2016.
  
- ✓ Projeto: Ampliação dos Programas de Compras Governamentais Diretamente do Produtor Rural, do Programa Brasília Competitiva.
  - Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
    - Implementação do Projeto Piloto de compra direta do produtor nas unidades públicas de Ensino do Recanto das Emas – até 31/08/2016.

- Apresentação da proposta de modelo de compra direta do produtor rural para Unidades Públicas de Ensino – até 30/09/2016.
- ✓ Projeto: Fortalecimento da Agricultura Urbana e Peri-Urbana, do Programa Brasília Competitiva.
  - Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
    - Implantação de 27 hortas peri-urbanas em áreas de escolas públicas e unidades de internação – até 30/11/2016.
- ✓ Projeto: Criação e Implementação de Certificação de Excelência para Propriedades Rurais, do Programa Brasília Competitiva.
  - Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
    - Lançamento e divulgação do Selo de Certificação na feira de negócios agropecuários – AgroBrasília – até 31/05/2016.
- ✓ Projeto: Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Rurais no DF e Rêde, do Programa Brasília Competitiva.
  - Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
    - Lançamento do programa de Boas Práticas Agropecuárias na feira de negócios agropecuários – AgroBrasília – até 31/05/2016.
    - Contratação de empresa para finalização das obras do auditório do parque AgroBrasília – até 31/10/2016.
    - Ampliação e adequação de 15 pontos de comercialização dos produtos rurais em áreas públicas do DF – até 30/11/2016.
  - Responsável - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER:
- ✓ Execução de 70% do serviço de Assistência Técnica em gestão do Programa Empreender e Inovar com atendimento a 7 empreendimentos rurais – até 31/12/2016.
  - Responsável - Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA:
    - Licitação e construção de um pavilhão de apoio à comercialização de produtos na Ceasa – até 30/11/2016.
    - Criação e apresentação do projeto de construção do Mercado Central de Brasília – até 30/11/2016.
- ✓ Projeto: Implantação de Medidas de Incremento da Receita, do Programa Gestão para Resultados.

➤ Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- Finalização da Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB e definição da alocação dos empregados – até 30/03/2016.

✓ Projeto: Recupera Cerrado, do Programa Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental.

➤ Responsável - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- Implantação do Plano de manejo de águas e solo em 2 unidades hidrográficas – até 30/11/2016.
- Recuperação ambiental de áreas rurais - 90 hectares – até 30/11/2016.

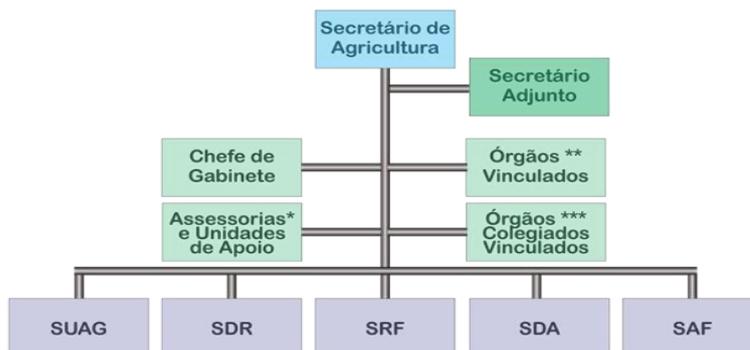
#### 4.6.2. METAS PARA OS INDICADORES RELACIONADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

| <b>OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</b>         |             |  |               |               |               |
|--|-------------|--|---------------|---------------|---------------|
| Indicador  | Responsável | Unidade de Medida                              | Periodicidade | Linha Base    | Meta 2016     |
| Produção Agrícola do Distrito Federal  | SEAGRI      | Reais (R\$)                                    | Anual         | 1.680.196.963 | 1.852.417.151 |
| <b>OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER O PLANEJAMENTO, ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL DE FORMA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL</b> |             |  |               |               |               |
| Indicador  | Responsável | Unidade de Medida                              | Periodicidade | Linha Base    | Meta 2016     |
| Número de regularização fundiária de propriedades rurais   | SEAGRI      | Documentos comprobatórios de legítima ocupação | Trimestral    | 339           | 336           |
| <b>OBJETIVO ESTRATÉGICO: GARANTIR A PROTEÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DO MEIO AMBIENTE</b>  |             |  |               |               |               |
| Indicador  | Responsável | Unidade de Medida                              | Periodicidade | Linha Base    | Meta 2016     |
| Hectares de área rural reabilitada ambientalmente  | SEAGRI      | Hectares                                       | Trimestral    | 106           | 90            |
| Número de unidades hidrográficas revitalizadas   | SEAGRI      | Unidades Hidrográficas                         | Anual         | 0             | 2             |

#### 4.6.3. METAS PARA OS INDICADORES DE PROCESSOS CRÍTICOS À ESTRATÉGIA

| OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA |             |                   |               |            |           |
|---|-------------|-------------------|---------------|------------|-----------|
| Processo Crítico: Oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)                             |             |                   |               |            |           |
| Indicador   | Responsável | Unidade de Medida | Periodicidade | Linha Base | Meta 2016 |
| Público rural atendido/assistido por políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)          | EMATER      | Atendimento       | Trimestral    | 93.488     | 100.000   |
| Processo Crítico: Regularização Fundiária de Propriedades Rurais  |             |                   |               |            |           |
| Indicador   | Responsável | Unidade de Medida | Periodicidade | Linha Base | Meta 2016 |
| Tempo médio para execução das atividades de regularização fundiária sob responsabilidade da SEAGRI              | SEAGRI      | Dias              | Anual         | N.D.       | 120       |
| OBJETIVO ESTRATÉGICO: GARANTIR A PROTEÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DO MEIO AMBIENTE                                  |             |                   |               |            |           |
| Processo Crítico: Manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural                             |             |                   |               |            |           |
| Indicador   | Responsável | Unidade de Medida | Periodicidade | Linha Base | Meta 2016 |
| Km de canais recuperados/construídos  | SEAGRI      | Km                | Trimestral    | 11         | 15        |

#### 4.7. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



**\*Assessorias e Unidades de Apoio:**

AJL - Assessoria Jurídico-Legislativa  
 ASCOM - Assessoria de Comunicação  
 AGEPE - Assessoria de Gestão Estratégicas e Projetos  
 UCI - Unidade de Controle Interno  
 Ouvidoria  
 UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos  
 UGF - Unidade de Gestão de Fundos

**Siglas:**

SUAG - Subsecretaria de Administração Geral  
 SDR - Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
 SRF - Subsecretaria de Regularização Fundiária  
 SDA - Subsecretaria de Defesa Agropecuária  
 SAF - Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

**\*\*Órgãos Vinculados:**

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF  
 Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S. A. – CEASA/DF

**\*\*\*Órgãos Colegiados Vinculados:**

Conselho de Políticas de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – CPDR;  
 Conselho de Regularização das Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal – COREG;  
 Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal – CDRS;  
 Conselho de Política de Assentamento Rural do Distrito Federal – CPA; e  
 Conselho Gestor do Parque de Exposições Agropecuárias Granja do Torto – CGPEA

#### 4.8. RECURSOS UTILIZADOS (HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS)

##### 4.8.1. FORÇA DE TRABALHO EM 30/09/2016

| Órgão: Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural |   |            |
|---|---|------------|
| Servidor do Quadro da Unidade   | A - sem Cargo em Comissão                                 | 381        |
|   | B - com Cargo em Comissão                                 | 61         |
|   | C - com Função Gratificada                                | 0          |
| Requisitado de Órgão/Entidade do GDF  | D - sem Cargo em Comissão                                 | 2          |
|   | E - com Cargo em Comissão                                 | 10         |
|   | F - com Função Gratificada                                | 0          |
| Sem vínculo com o GDF   | G - Requisitado Fora do GDF sem Cargo em Comissão         | 0          |
|   | H - Requisitado Fora do GDF com Cargo em Comissão         | 3          |
|   | H1 - Servidor sem vínculo com o GDF com Cargo em Comissão | 25         |
| Cedidos   | I - para órgão ou entidade do GDF                         | 66         |
|   | J - para órgão ou entidade fora do GDF                    | 8          |
| <b>K - Total</b>  |   | <b>556</b> |
| L - Total de Ocupantes de Cargo em Comissão                                       |   | 99         |
| M - % de Cargos em Comissão Ocupados por Servidores sem Vínculo com o GDF         |   | 28%        |
| N - % de Servidores sem Vínculo com o GDF em Relação ao Total                     |   | 5%         |

Quadro de composição de preenchimento de cargos/empregos em comissão e de funções de confiança mês de referência: Setembro de 2016.

Cumpra registrar informações relevantes obtidas do Relatório de Atividade – Exercício 2015, a saber:

✓ No exercício de 2014 a Pasta contava com 603 servidores efetivos, tendo reduzido esse número, em 2015, para 557, em decorrência das vacâncias provenientes de aposentadorias, exonerações e óbitos.

✓ Do mesmo modo, em relação os exercícios de 2014 e 2015, houve diminuição no quantitativo de terceirizados, de 176 para 165; bem como de jovens candangos, de 58 para 40. Com relação aos estagiários, os contratos não foram renovados em 2015.

✓ Está sendo observada a crescente diminuição da força de trabalho, principalmente em relação ao quadro efetivo, revelando a urgente necessidade de realização de novo concurso público para assegurar a manutenção, eficiência e eficácia dos serviços públicos ofertados ao cidadão.

✓ Para o ano de 2016 aproximadamente 70 servidores devem se aposentar.

##### 4.8.2. BENS IMÓVEIS E MÓVEIS (MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS) À DISPOSIÇÃO

Os bens imóveis e móveis (máquinas e implementos agrícolas) à disposição da SEAGRI constam no Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat, onde a seguir são apresentadas informações consolidadas.

| <b>BENS IMÓVEIS</b>  |                   |
|--|-------------------|
| <b>CLASSIFICAÇÃO</b>   | <b>QUANTIDADE</b> |
| BENS IMÓVEIS INCORPORADOS<br>TEIs: 17/74; 2029/94; 2180/96; 2316/97 e 3265/03.   | 05                |
| BENS IMÓVEIS NÃO INCORPORADOS<br>Pastas: 0008/01; 01011/08; 01280/09; 01951/11; 02428/13; 02714/14; 0472/05; 0496/06; 0267/01; 0450/05; 0495/06 e 0544/06. | 12                |
| BENS IMÓVEIS NÃO REGISTRADOS NO SISGEPAT<br>Obs.: os imóveis são objetos de regularização por meio da decisão 5500/12 TCDF                                 | 334 itens         |
| <b>BENS MÓVEIS – MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS</b>  |                   |
| <b>LOCAIS</b>  | <b>QUANTIDADE</b> |
| LOCAL: 004.97.01.00.00.00 - Empresa de Assistência Técnica e Rural - EMATER  | 16                |
| LOCAL: 004.97.02.00.00.00 - Associação Comunitária da Col. Agrícola Buriti Vermelho  | 6                 |
| LOCAL: 004.97.03.00.00.00 - Associação dos Trab. Rurais da Reforma Agrária Três Conquista  | 81                |
| LOCAL: 004.97.04.00.00.00 - Cooperativa Agropecuária de São Sebastião  | 6                 |
| LOCAL: 004.97.05.00.00.00 - Associação dos Prod. Rurais e Agric. Familiares de Sobradinho  | 29                |
| LOCAL: 004.97.06.00.00.00 - Associação dos Produtores Moradores e Artesãos da Barra Alta   | 11                |
| LOCAL: 004.97.07.00.00.00 - Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pipiripau I e II  | 11                |
| LOCAL: 004.97.08.00.00.00 - Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga  | 7                 |
| LOCAL: 004.97.09.00.00.00 - Associação Mista de Agric. Familiares, Órgânicos, Prod. Rurais do DF e Entorno   | 12                |
| LOCAL: 004.97.10.00.00.00 - Associação dos Trab. Rurais da Agricultura Familiar da Fazenda Chapadinha  | 7                 |
| LOCAL: 004.97.11.00.00.00 - Associação dos Feirantes, Prod. Rurais e Atac. da Feira de Ceilândia e Entorno   | 8                 |
| LOCAL: 004.97.12.00.00.00 - Associação dos Produtores Rurais da Reserva "A"  | 6                 |
| LOCAL: 004.97.13.00.00.00 - Associação Agro-Ecológica Palmas e Rodeador de Brazlândia  | 7                 |
| LOCAL: 004.97.14.00.00.00 - Associação dos Prod. Rurais e Agric. Familiares Esperança  | 12                |
| LOCAL: 004.97.15.00.00.00 - Associação Rural dos Morad. e Prod. do Núcleo Rural Morada dos Pássaros e Adjacências  | 6                 |
| LOCAL: 004.97.16.00.00.00 - Associação dos Produtores Rurais de Alexandre de Gusmão  | 8                 |
| LOCAL: 004.97.17.00.00.00 - Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Currallinho  | 9                 |
| LOCAL: 004.97.18.00.00.00 - Central das Associações dos Prod. Rurais de Agricultura Familiar de S. Sebastião - CENTRAL-AP                                  | 5                 |
| LOCAL: 004.97.19.00.00.00 - Associação dos Produtores do Projeto Contagem - APPROCON   | 9                 |
| LOCAL: 004.97.20.00.00.00 - Associação dos Prod. Rurais do Capão Comprido e Áreas Adj. de S. Sebastião-APRCCAASS   | 8                 |
| LOCAL: 004.97.21.00.00.00 - Associação dos Produtores Rurais de Santa Maria - ASPROSANTA   | 5                 |
| LOCAL: 004.97.22.00.00.00 - Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do D. Federal – MULTIFLOR   | 1                 |
| LOCAL: 004.97.23.00.00.00 - Associação dos Assentados do Núcleo Rural Monjolo - AARM   | 4                 |
| LOCAL: 004.97.24.00.00.00 - Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA  | 6                 |
| LOCAL: 004.97.25.00.00.00 - Associação dos Produtores Rurais de Palmeiras - ASPPA  | 3                 |
| LOCAL: 004.97.26.00.00.00 - Associação dos Produtores Rurais de Quintas do Maranhão - APRUQUIMA  | 6                 |

### 4.8.3. HISTÓRICO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS – SEAGRI

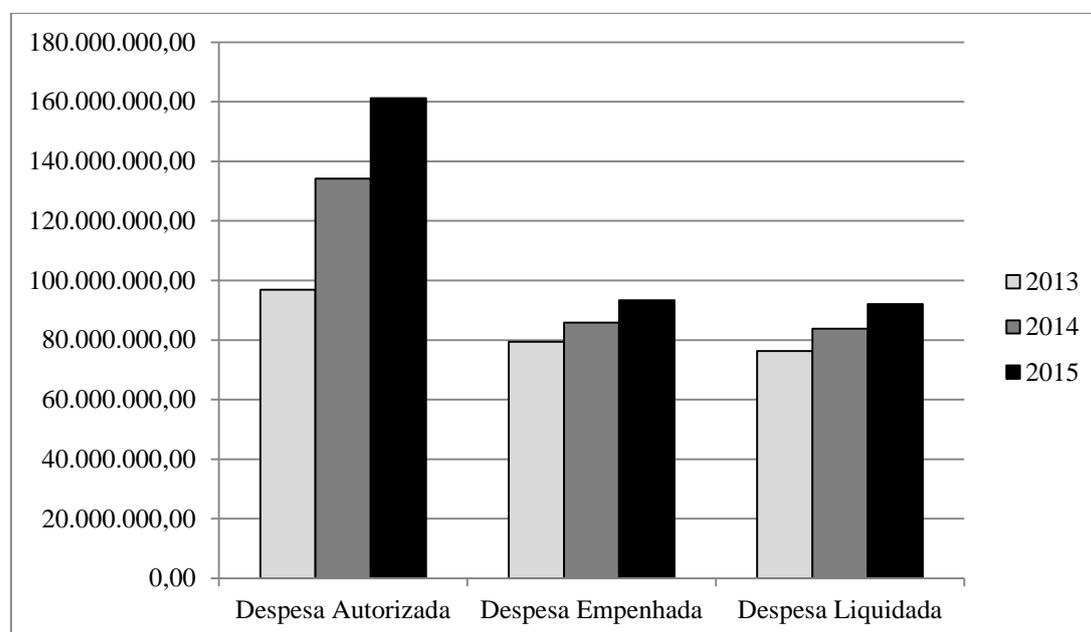
A seguir é apresentada a execução orçamentária referente aos últimos três exercícios financeiros, 2013, 2014 e 2015, da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal:

Em R\$

| Exercício | Despesa Autorizada | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada |
|-----------|--------------------|-------------------|-------------------|
| 2013      | 96.933.225,96      | 79.388.939,82     | 76.349.532,00     |
| 2014      | 134.215.701,08     | 85.821.894,72     | 83.761.780,00     |
| 2015      | 161.160.534,20     | 93.371.502,00     | 92.069.491,56     |

Abaixo, apresenta-se gráfico comparativo da evolução dos totais de despesa autorizados, empenhados e liquidados nos exercícios de 2013, 2014 e 2015:

Gráfico XX – Comparativo da Execução da Despesa relativa ao período de 2013 a 2015



### 4.8.4. AGENTES/ÓRGÃOS FINANCIADORES

- ✓ Governo do Distrito Federal: Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF.
- ✓ MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- ✓ MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- ✓ Banco Central.
- ✓ Banco do Brasil.
- ✓ SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
- ✓ BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- ✓ SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural.
- ✓ Governo Federal: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
- ✓ GDF-SEAGRI: Dotação Orçamentária para o Exercício de 2016 por Fonte de Recursos:

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE TRABALHO   |  |                  |                       |                                  |                             |
|--|--|------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------------|
| EXERCÍCIO 2016 - Data: 29/09/16  |  |                  |                       |                                  |                             |
| UO: 14101  |  |                  |                       |                                  |                             |
| Nome da UO: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL |  |                  |                       |                                  |                             |
| Descrição Grupo  | Descrição  | Fonte de Recurso | Despesa Autorizada    | % Em Relação ao Grupo de Despesa | % em Relação ao Total Geral |
| INVESTIMENTO   | APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)        | 321000000        | 839.380,00            | 6%                               | 1%                          |
|  | AQUISIÇÃO DE EQUIP. PARA TRANSPORTE E PRODUÇÃO       | 132007769        | 0                     | 0%                               | 0%                          |
|  | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS                 | 332008671        | 0                     | 0%                               | 0%                          |
|  | AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (PATRULHA MOT.) | 332008672        | 0                     | 0%                               | 0%                          |
|  | CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS-EXERCÍCIOS ANTERIORES        | 332000000        | 4.261.267,84          | 32%                              | 3%                          |
|  | CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS(NÃO-INTEGRANTES DO GDF)      | 132000000        | 4.000.000,00          | 30%                              | 3%                          |
|  | CONV.771226/2012 MAARA/SEAPA                         | 321006966        | 0                     | 0%                               | 0%                          |
|  |  | 332006966        | 185.499,03            | 1%                               | 0%                          |
|  | DIRETAMENTE ARRECADADOS                              | 120000000        | 15.000,00             | 0%                               | 0%                          |
|  | ORDINÁRIO NÃO VINCULADO                              | 100000000        | 2.128.443,80          | 16%                              | 2%                          |
|  |  | 300000000        | 1.850.089,00          | 14%                              | 2%                          |
| <b>Total por Grupo</b>   |  |                  | <b>13.279.679,67</b>  |                                  |                             |
| <b>Percentual do Grupo de Despesa</b>  |  |                  | <b>13.279.679,67</b>  | <b>100%</b>                      |                             |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)                  | 907000000        | 0                     | 0%                               | 0%                          |
|  | APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)        | 121000000        | 228.228,00            | 2%                               | 0%                          |
|  |  | 321000000        | 313.976,18            | 3%                               | 0%                          |
|  | CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS-EXERCÍCIOS ANTERIORES        | 332000000        | 1.121.183,00          | 12%                              | 1%                          |
|  | CONV.771226/2012 MAARA/SEAPA                         | 121006966        | 0                     | 0%                               | 0%                          |
|  |  | 321006966        | 10.350,79             | 0%                               | 0%                          |
|  |  | 332006966        | 0                     | 0%                               | 0%                          |
|  | DIRETAMENTE ARRECADADOS                              | 120000000        | 272.460,00            | 3%                               | 0%                          |
|  | ORDINÁRIO NÃO VINCULADO                              | 100000000        | 7.210.955,16          | 78%                              | 6%                          |
|  |  | 300000000        | 47.206,00             | 1%                               | 0%                          |
| <b>Total por Grupo</b>   |  |                  | <b>9.204.359,13</b>   |                                  |                             |
| <b>Percentual do Grupo de Despesa</b>  |  |                  | <b>9.204.359,13</b>   | <b>100%</b>                      |                             |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS   | ORDINÁRIO NÃO VINCULADO                              | 100000000        | 100.099.845,00        | 100%                             | 82%                         |
|  | <b>Total por Grupo</b>                               |                  |                       | <b>100.099.845,00</b>            |                             |
|  | <b>Percentual do Grupo de Despesa</b>                |                  |                       | <b>100.099.845,00</b>            | <b>100%</b>                 |
| <b>Totais</b>  |  |                  | <b>122.583.883,80</b> |                                  |                             |
| <b>Percentual</b>  |  |                  | <b>122.583.883,80</b> |                                  | <b>100%</b>                 |

Fonte: Siggo/Discoverer

## **4.9. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

### **4.9.1. PROGRAMAS PRIORITÁRIOS**

#### **4.9.1.1. Brasília mais alimentos e menos desperdício**

Promoção e ampliação do abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, para a população do Distrito Federal e Entorno.

Diminuir os índices de desperdício de alimentos no DF envolvendo ações promovidas na produção, comercialização e consumo.

#### **4.9.1.2. Brasília Qualidade e Inovação Rural**

Promover a excelência, qualidade, presteza e inovação na prestação de serviços de responsabilidade da SEAGRI.

Promover estudos e avaliações, junto a sociedade e a comunidade agropecuária, sobre os resultados e impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelas políticas públicas implantadas.

#### **4.9.1.3. Brasília Terra Legal**

Fortalecer e sedimentar a regularização das ocupações das terras públicas rurais do Distrito Federal.

Promover o levantamento de informações relativas às propriedades tais como: dados pessoais do produtor, de sua família, condições da propriedade em termos de posse de uso, situação econômica e de exploração do imóvel, tornando-se um instrumento pra o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica.

#### **4.9.1.4. Brasília Alimentos Seguros**

Promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Fortalecimento da Agricultura Urbana e Peri-Urbana visando estimular a produção de alimentos orgânicos nas áreas urbanas, aproveitando as áreas ociosas para promover o plantio de: hortaliças, ervas medicinais, ervas aromáticas e plantas ornamentais, visando o auto consumo e/ou também para abastecer as Cozinha Comunitárias; Restaurantes Populares; PAA; e venda o excedente no mercado local – Feira Popular, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação; geração trabalho e renda dos envolvidos.

Promover o acesso à alimentos seguros, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuindo, também, para a inclusão econômica e social, com fomento à produção

sustentável, comercialização e ao consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e ampliação das aquisições diretas de produtos da agricultura do DF e RIDE.

Promover a utilização e a implementação de procedimentos adequados em todas as etapas da obtenção, produção, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de matérias-primas, insumos e produtos agroalimentares desde os elos primários de produção, devendo ser mantidos ao longo de todas as etapas e demais elos das cadeias e sistemas de produção de alimentos e animais.

Articular políticas e ações de incentivos ao cultivo de alimentos orgânicos e com base agroecológica visando incentivar a produção orgânica por agricultores familiares, aumentando sua renda e ampliando a oferta de alimentos saudáveis.

#### **4.9.1.5. Brasília Competitividade Rural**

Promover ações que visem a comercialização dos produtos oriundos da agricultura de forma a proporcionar a melhoria na qualidade de vida, através da garantia de renda aos produtores agrícolas.

Promoção da Agregação de Valor aos Produtos da Agricultura através da inovação tecnológica e melhoria da gestão do setor agropecuário.

Promover e estimular parcerias entre os agentes rurais visando o desenvolvimento de projetos e/ou solução de problemas específicos do meio rural.

Apoiar o fortalecimento das cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, da capacitação, do fomento à inovação tecnológica e à criação e ampliação de empreendimentos no meio rural e as boas práticas agropecuárias.

Apoiar e sensibilizar a população rural para as iniciativas de organização, em especial de associativismo e cooperativismo, de forma a contribuir para a geração de renda e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e agricultores.

Promover ações que contemplem a utilização, a instituição, o incremento de linhas de financiamento, mecanismos de seguro rural, a captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de linhas de crédito que visem dar segurança, apoiar e estimular financiamentos e investimentos que contemplem o produtor rural, o financiamento de atividades industriais e empreendimentos rurais.

Promover ações que visem a expansão competitiva da base industrial no setor agropecuário.

#### **4.9.1.6. Brasília Inclusão Rural**

Promover e apoiar o assentamento de famílias de agricultoras e a regularização dos assentamentos, pré-assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária e o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a proporcionar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria de renda.

Fomentar a geração de renda no campo e promover a inclusão produtiva da população rural, com a estruturação de canais de comercialização de produtos e serviços da agricultura, a agregação de valor e possibilitando o acesso ao crédito e aos mercados.

#### **4.9.1.7. Brasília Excelência Produtiva**

Promover a prevenção, controle e erradicação das doenças em animais de interesse socio-econômico para nosso estado através de seus pilares de sustentação: vacinação de animais, base cadastral sólida e auditável do sistema agroprodutivo, atenção veterinária com vigilância epidemiológica ativa e passiva bem como o monitoramento, controle e erradicação de focos de doenças; controle do trânsito de animais e educação sanitária.

Prevenir e evitar a introdução e a disseminação de pragas vegetais, assegurando e preservando a qualidade e sanidade de vegetais, suas partes, produtos, subprodutos, materiais biológicos e resíduos de valor econômico.

Promover ações visando o fortalecimento da vigilância e a inspeção sanitária aos produtos de origem animal e vegetal.

Elaborar e desenvolver ações educativas a partir da identificação dos graus de conhecimento, atitudes e comportamento de uma comunidade frente a um problema sanitário, identificado, dimensionado, priorizado e acompanhado pela Defesa Agropecuária.

#### **4.9.1.8. Brasília Aprendizagem Rural**

Desenvolver ações de capacitação visando a aquisição de novas competências que serão requeridas em médio e longo prazos, determinantes para o desenvolvimento do aumento da produtividade, de novos mercados, da renda rural e da qualidade de vida.

Desenvolver ações de capacitação orientadas para o presente, focalizando a melhoria do desempenho atual e buscando melhorar habilidades e competências gerando ganho de produtividade, de renda e de qualidade de vida.

#### **4.9.1.9. Brasília Crescimento Rural**

Promover ações que visem o uso de princípios e técnicas para induzir ideias e novas atitudes, dar ao acesso a informações através das ferramentas de marketing e comunicação aplicadas ao desenvolvimento rural e divulgar as potencialidades e particularidades do DF e da RIDE para atração de negócios.

Promover ações que visem o conhecimento, a utilização e a captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de crédito que visem apoiar e estimular o desenvolvimento de planos, programas, projetos, ações e eventos.

#### **4.9.1.10. Brasília Rural Sustentável**

Promover a Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF

Promover a gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo água e energia, através da integração dos requisitos de proteção ambiental às políticas de desenvolvimento agropecuárias.

Promover a correta destinação de dejetos animais, embalagens de agrotóxicos, materiais recicláveis, resíduos sólidos e outros resíduos gerados pela atividade agrícola.

Incentivar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

#### **4.9.1.11. Brasília Infraestrutura e Mobilidade Rural**

Ampliar e assegurar a infraestrutura do setor agropecuário e do meio rural.

Apoiar ações que visem melhorar a mobilidade rural, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico local e regional.

#### **4.9.1.12. Qualidade Tecnológica**

Aprimorar a produção de informações de valor agregado e de conhecimento em tempo adequado e com confiabilidade visando subsidiar necessidades específicas, reduzir incertezas e apresentar soluções propiciando uma atuação e tomada de decisão mais eficiente e efetiva.

Promover a aquisição de recursos tecnológicos que permitam o avanço técnico e qualitativo e que deem o devido suporte aos objetivos da SEAGRI.

#### **4.9.1.13. Soluções Tecnológicas Rurais**

Aperfeiçoar os processos de prestação de serviços agrícolas em relação à infraestrutura.

Aprimorar processos e atividades relacionadas ao planejamento, elaboração e acompanhamento da execução das políticas estabelecidas pela SEAGRI, visando promover, inclusive, regulamentações e alterações legislativas necessárias ao estímulo ao agricultor familiar, incluindo a unificação de políticas que envolvam municípios da RIDE, Estados e o Governo Federal.

Aprimorar e desenvolver os processos de gestão ambiental e sustentabilidade rural.

Aperfeiçoar os processos de regularização de terras públicas rurais visando melhor eficiência e eficácia. Promover a melhoria e o aperfeiçoamento de processos que visem o desenvolvimento sustentável do segmento

rural, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria de renda. Aperfeiçoar processos de defesa e vigilância sanitária e inspeção.

Desenvolver ações de aperfeiçoamento da infraestrutura física da SEAGRI, visando promover melhorias nas condições de trabalho, melhoria da qualidade no atendimento aos usuários e nos níveis de serviços à serem prestados.

Promover o desenvolvimento de tecnologias (processos, produtos e serviços) que garantam o aumento da produção agropecuária e o abastecimento de produtos

hortifrutigranjeiros, garantindo alimentos de qualidade, assegurando ao produtor preços que permitam sua manutenção na atividade rural.

#### **4.9.1.14. Desenvolvendo Parcerias**

Promover o aperfeiçoamento dos processos de captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de crédito que visem apoiar e estimular o desenvolvimento de planos, programas, ações, projetos e eventos.

Promover a organização e sistematizar a integração e o uso de parcerias estratégicas visando fortalecer os espaços de participação popular e as instâncias de controle social com o objetivo de implantar a gestão colaborativa e consolidar um governo ético, democrático e transparente.

Desenvolver e aprimorar processos e ferramentas de aprendizagem rural.

Desenvolver e aprimorar processos e ferramentas de marketing e comunicação aplicadas ao desenvolvimento rural.

#### **4.9.1.15. Excelência Administrativa**

Desenvolver e aperfeiçoar processos que promovam a eficiência e transparência na gestão orçamentária e financeira, como também, atingir e manter o equilíbrio fiscal, por meio do aumento da eficiência da geração de receita, da qualidade do gasto e da gestão da máquina administrativa.

Promover ações que garantam o desenvolvimento de uma cultura institucional voltada para a obtenção de resultados através da prática da conciliação das políticas públicas com as demandas do agronegócio para melhorar a competitividade do setor, incluindo o diálogo prévio com o setor produtivo, sociedade civil, instituições públicas.

Desenvolver um conjunto de melhorias nas práticas de gestão visando, alavancar a capacidade da instituição de produzir, medir e comunicar resultados relevantes para o seu público-alvo.

Desenvolver ações visando a aumentar a capacidade de ação da instituição de atuar em parceria e em rede com outras organizações e com a sociedade, na formulação, implementação e execução de políticas públicas, no alcance dos objetivos.

#### **4.9.1.16. Sustentabilidade Organizacional**

Aperfeiçoamento da gestão da informação e estruturação da gestão do conhecimento visando garantir a gestão integrada de sistemas e da informação com foco na melhoria dos serviços, e com aumento da transparência e do controle.

Desenvolver ações visando a gestão do clima organizacional e bem estar dos empregados.

Desenvolver ações que possam contribuir para que os servidores sugiram novas direções e/ou um diferencial competitivo, aprimorar a habilidade de definir e alcançar objetivos, capacidade de manter um alto nível de consciência do ambiente em que vive,

usando-o para detectar oportunidades de negócio à inovação e desenvolvimento da capacidade criativa.

Promover ações que possibilitem o estabelecimento de canais que favoreçam o relacionamento, ágil e transparente, da direção com o público interno e entre os próprios elementos que integram este público.

Promover a introdução de métodos de gestão do setor privado e ações que viabilizem o alinhamento estratégico entre os processos que compõem a governança.

Desenvolver mecanismos para retenção de talentos visando implementar uma política de pessoas que valorize a produtividade, o mérito e a qualidade dos serviços prestados.

Desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e administrativas visando implementar uma política de desenvolvimento de pessoas focada na melhoria dos serviços públicos.

## **4.9.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO**

### **4.9.2.1. ADMINISTRAÇÃO GERAL**

#### **Apresentação**

Após o Decreto nº 33.679, de 25 de maio de 2012, a unidade de Administração Geral (UAG) passou a denominar-se Subsecretaria de Administração Geral. Com as mesmas atribuições, ela é a unidade de apoio e suporte técnico, subordinada diretamente ao secretário. Ao setor compete planejar e executar as atividades de administração financeira e orçamentária, de material, de recursos humanos, de transportes, de tecnologia da informação, de telecomunicações, de serviços gerais, patrimônio e de administração imobiliária.

A SUAG tem o papel importante com a responsabilidade de conduzir processos licitatórios, contratos, convênios e outros acordos. Três diretorias estão ligadas ao subsecretário, lhe fornecendo informações sobre a execução dos trabalhos do setor – Diretoria de Logística, Diretoria de Orçamento e Finanças e Diretoria de Gestão de Pessoas.

#### **Protocolo**

As atividades de protocolo estão sob responsabilidade da Gerência de Atendimento ao Público, Protocolo e Documentação Núcleo de Protocolo, que tem por função prestar informações gerais ao público, autuar processos, receber, registrar e expedir documentos, assim como receber e distribuir jornais, revistas e correspondências em geral.

### **4.9.2.2. OUVIDORIA**

#### **A Ouvidoria é um espaço para a comunicação entre o cidadão e o Governo**

Ao atender o cidadão, o governo promove a participação popular, a transparência e a eficiência na prestação dos serviços públicos. Serve para que os cidadãos apresentem reclamações, sugestões, elogios, informações e denúncias, representando seus interesses perante o Governo de forma democrática.

### **4.9.2.3. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

#### **✓ Regularização de Ocupação de Gleba Pública Rural, e Com Características Rurais Inserido em Zona Urbana**

É um processo que tem por objetivo tornar regular a ocupação das glebas públicas rurais, e com características rurais inserido em Zona Urbana pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal e da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP). O requerente deverá ser ocupante da gleba, e comprovar a ocupação da mesma desde 09 de dezembro de 2008, ou por sucessão desde 27 de agosto de 2004. Além disso, deve existir na gleba cultura rural afetiva, a ser verificada em vistoria por agentes fiscais da SEAGRI, sendo que, considera-se atividade rural a agricultura, a pecuária, a agroindústria, o turismo rural, o artesanato e outras atividades relacionadas ao meio rural como atividade principal. Ainda, o ocupante da gleba não pode ser proprietário ou concessionário de imóvel rural no Distrito Federal.

As glebas inseridas em Zona Rural deverão ter área de no mínimo 2 (dois) hectares e no máximo de 150 (cento e cinquenta) hectares.

O processo de regularização fundiária da Secretaria de Agricultura se limitará ao ato declaratório de legítimo ocupante, que é o documento público exarado em processo administrativo o qual atesta que o requerente é efetivamente o legítimo ocupante da gleba requerida.

Em relação à assinatura do contrato de concessão de uso oneroso de imóvel rural, ou do contrato de direito real de uso, ambos são de responsabilidade da TERRACAP.

#### **✓ Normas e Regulamentações sobre Regularização Fundiária no Distrito Federal**

**Lei Federal nº 12.024, de 27 de agosto de 2009** - O artigo 18 desta Lei estabelece critérios para se regularizar as glebas públicas rurais diretamente àqueles que as estejam ocupando.

**Lei Complementar nº 803, de 25 abril de 2009** – Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. Nesta lei são definidas quais áreas do DF são rurais.

**Lei Distrital nº 2.689, de 19 de fevereiro de 2001** - Dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso das glebas públicas rurais pertencentes ao Distrito Federal e à Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP).

**Decreto Distrital nº 36.428, de 30 de março de 2015** - Altera o inciso I do art. 2º, o §1º do art. 7º, o art. 8º-A, o art. 9º-B e o inciso I do art. 9º-C do Decreto nº 34.931, de 6 de dezembro de 2013.

**Decreto Distrital nº 34.931, de 06 de dezembro de 2013** - Dispõe sobre a regularização das ocupações das glebas públicas rurais pertencentes ao Distrito Federal e à Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) e dá outras providências. (Atualizado com as alterações dos Decretos nº 36.186/2014; 36.195/2014; 35.867/2014; e, 34.867/2014).

**Portaria nº 25, de 10 de março de 2011** - Aprova procedimentos administrativos visando à instrução de processos de regularização fundiária de glebas públicas rurais no Distrito Federal.

**Resolução TERRACAP nº 234, de 14 de novembro de 2014** - Dispõe sobre os critérios e a uniformização dos procedimentos legais para concessão de uso e de direito real de uso de imóveis rurais de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, com ou sem opção de compra, diretamente ou por meio de Licitação Pública, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 12.024/2009, Lei Distrital nº 2.689/2001, Decreto Distrital nº 34.931/2013, alterado pelo Decreto nº 35.867/2014, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Orgânica do Distrito Federal, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009), do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do Decreto nº 26.196, de 9 de setembro de 2005 e do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

**Resolução TERRACAP nº 224, de 17 de março de 2011** - Dispõe sobre os critérios e a uniformização dos procedimentos legais para concessão de direito real de uso de imóveis rurais de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, com ou sem opção de compra, diretamente ou por meio de Licitação Pública, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 12.024/2009, Decreto Distrital nº 31.084/2009, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Orgânica do Distrito Federal, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009), do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do Decreto nº 26.196, de 9 de setembro de 2005 e do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

#### ✓ **Acesso À Informação ou Processo de Regularização Fundiária**

A Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentada pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, elaborada nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011, estabelece procedimentos e prazos para que todos os órgãos públicos prestem informações aos cidadãos, seja por meio da Internet ou por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, que funcionam nas ouvidorias do GDF.

#### ✓ **Certidão de Inteiro Teor do Processo**

Essa certidão é um documento emitido aos cidadãos que estejam em processo de regularização fundiária, este documento tem a finalidade de certificar a existência de processo, além de descrever a situação processual em que o mesmo se encontra. Essa certidão é um direito previsto no art. 46 da Lei Federal nº 9.784/1999, recepcionada pela Lei Distrital nº 2.834/2001.

No entanto, essa certidão não gera nenhum vínculo de domínio e nenhum tipo de autorização para alienação, seja de direito e/ou de domínio, na mesma forma, não faz comprovação de legítimo ocupante da área.

#### ✓ **Parcelamento e Reparcimento**

O Parcelamento e Reparcimento são feitos através de um contrato emitido ao ocupante de gleba pública rural que se encontre em débito com o pagamento da taxa de ocupação, com base na Lei Complementar Distrital nº 833, de 27.05.2011, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 33.239, de 04.10.2011, e alterado pelo Decreto Distrital nº 34.771,

de 30.10.2013, onde os valores referentes ao débito da taxa de ocupação poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) meses.

O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor apurado correspondente ao total do débito da taxa de ocupação pelo número de parcelas concedidas e não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

O valor total do débito será calculado acrescido dos encargos e acréscimos legais vencidos até a data da consolidação, monetariamente atualizado.

A concessão do parcelamento fica condicionada ao pagamento de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor total do débito da taxa de ocupação.

A falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou não, ou de qualquer parcela por mais de 90 (noventa) dias, acarretará o cancelamento do parcelamento ou do reparcelamento e efetivar-se-á com a inscrição do débito da taxa de ocupação em dívida ativa.

É facultada a SEAGRI a concessão de até dois reparcelamentos do débito da taxa de ocupação objeto de parcelamento cancelado, observadas as seguintes condições:

Quando se tratar de primeiro reparcelamento, o pagamento a que se refere o art. 5º será de, no mínimo, 10% (dez por cento);

Quando se tratar de segundo reparcelamento, o pagamento a que se refere o art.5º será de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento).

O saldo devedor remanescente poderá ser objeto de reparcelamento por período nunca superior a 60 (sessenta) meses, deduzidos os meses correspondentes ao número de prestações efetivamente pagas nos parcelamentos anteriores.

As parcelas serão mensais e sucessivas, e terão vencimento nos dias 5 (cinco), 10 (dez) ou 25 (vinte e cinco) de cada mês, conforme opção do interessado.

Quando a data do vencimento ocorrer em dia não útil, fica prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

É assegurado ao contribuinte o direito de efetuar o pagamento antecipado de quaisquer débitos integrantes de parcelamento ou reparcelamento.

O pagamento do sinal configura:

- Confissão extrajudicial irrevogável e irretratável do débito;
- Adesão ao parcelamento previsto;
- Desistência e renúncia a qualquer ação ou impugnação, imposta em instância administrativa ou judicial, referente ao débito parcelado; e,
- Aceitação plena e irrestrita das demais condições estabelecidas no Decreto 33.239/2011.

#### ✓ **Carta de Anuência**

A Carta de Anuência é um documento emitido pela SEAGRI aos produtores rurais do Distrito Federal para que possam ter acesso ao crédito rural por meio das agências oficiais de financiamento, Banco do Brasil (BB), Banco de Brasília (BRB), entre outras. O requerente deverá ter autuado processo de regularização da gleba ocupada, e ainda, deverá estar adimplente em relação ao pagamento da taxa de ocupação.

#### ✓ **Certidão para fins de Aposentadoria pelo INSS como Trabalhador Rural**

A Certidão para fins de aposentadoria pelo INSS como trabalhador rural é um documento emitido pela SEAGRI, com base nos processos de regularização fundiária que foram autuados nesta Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural ou na extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF). A

certidão apenas atestará que o requerente é parte de processo de regularização de ocupação da gleba pública rural.

A Certidão é emitida com base no período em que o processo de regularização fundiária foi autuado, onde comprovará o exercício da atividade rural destes trabalhadores.

#### ✓ **Declaração do Ente Público Titular do Bem para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**

A declaração para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) será emitida pela SEAGRI ao ocupante de gleba pública rural o qual requeira a emissão desta, e assim, possa ter acesso ao crédito junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para reformar ou construir uma unidade habitacional por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), regulamentado pela Portaria nº 594, de 13.12.2012, do Ministério das Cidades do Governo Federal.

Para que o ocupante da área consiga o financiamento, o mesmo deverá possuir processo de regularização fundiária no qual tenha sido exarado o ato de legitimação da ocupação da gleba pública rural.

### **4.9.2.4. ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Coordena os planos e ações voltados ao desenvolvimento e abastecimento rural sustentável, de acordo com as políticas públicas do Distrito Federal. Promove a manutenção e ampliação da infraestrutura pública no espaço rural, além de monitorar a execução de programas e projetos de manejo e conservação do solo e da água. Apoia a reabilitação ambiental da área rural planejando as atividades de engenharia e mecanização agrícola para o auxílio à produção agropecuária.

#### ✓ **Fornecimento de Mudanças Nativas do Cerrado**

É o apoio à reabilitação ambiental das áreas rurais do DF. O programa fornece mudas nativas do Cerrado para recuperar e proteger os recursos hídricos e a conservação do solo. Busca sensibilizar, por meio da educação ambiental, os produtores para a adequação ambiental dos lotes rurais, com a recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e recomposição de reserva legal (RL).

#### ✓ **Emissão da Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária – DCAA**

A DCAA é uma declaração para a realização de atividades dispensadas de licenciamento pelo órgão ambiental, a qual poderá ser concedida às atividades listadas na Resolução Nº 04, de 22 de julho de 2014, que possuam reduzido potencial poluidor/degradador, desde que não impliquem em supressão de vegetação nativa, na intervenção em área de preservação permanente ou de reserva legal. As atividades não listadas na Resolução deverão ter Licença Ambiental solicitada junto ao IBRAM.

#### ✓ **Comercialização de Alevinos (Filhotes de Peixes) para Produtores do Distrito Federal**

Programa que desenvolve diversas ações para o fomento da piscicultura e da pesca artesanal no DF. Com foco nos pequenos produtores e produtores familiares, destacam-se a produção e comercialização de alevinos a preço de custo; a assistência

técnica, treinamentos e capacitação em piscicultura; e a oferta de serviços de moto mecanização para construção de tanques.

✓ **Cursos de Capacitação em Tecnologias de Piscicultura**

São cursos de capacitação e desenvolvimento dos produtores do DF a fim de implementar a piscicultura. Os cursos abrangem os temas 1-Piscicultura Básica, 2-Reprodução de Peixes e 3- Produção de Isca-Viva (Lambari). Além dos cursos, a SEAGRI-DF, em parceria com outras instituições, promove eventos destinados ao setor, como, por exemplo, o Encontro de Piscicultores do Distrito Federal e Entorno, que vem sendo realizado anualmente desde 2000.

✓ **Apoio na Manutenção e Adequação Ambiental das Estradas Rurais do DF**

Ação que busca manter as estradas rurais do DF em condições ideais para o tráfego de carros, ônibus e para o escoamento da produção agrícola, especialmente, na época das chuvas.

✓ **Apoio nos Serviços de Roçagem nas Vilas e Escolas dos Núcleos Rurais do Distrito Federal**

Busca a permanente limpeza dos Núcleos Rurais do DF, evitando, sobretudo, a proliferação de insetos nocivos.

✓ **Apoio na Limpeza, Reparo E Revitalização de Canal de Irrigação dos Núcleos Rurais do DF**

Busca garantir ao produtor a disponibilização de água durante o ano todo, com melhoria na condição dos canais.

✓ **Preparo do Solo nos Núcleos Rurais do DF**

Busca preparar o solo nos núcleos rurais do DF para plantio.

✓ **Boas Práticas Agropecuárias**

É o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal - Brasília Qualidade no Campo, com o propósito de promover as Boas Práticas Agropecuárias nos estabelecimentos rurais produtores de alimentos in natura, promover a capacitação em Boas Práticas Agropecuárias - BPA dos agricultores e trabalhadores rurais, estimular a produção e o consumo de alimentos seguros, a promoção de ações que visem melhorar a qualidade sanitária da produção de alimentos in natura e promover a saúde da população no âmbito do Distrito Federal.

✓ **Cadastro Ambiental Rural do Distrito Federal – CAR**

É o registro de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais. O cadastro serve para promover a regularização ambiental dos imóveis rurais que permitirá a

identificação, o controle, o monitoramento da vegetação nativa e em recuperação e o planejamento ambiental e econômico de imóveis rurais.

#### **4.9.2.5. DEFESA AGROPECUÁRIA**

##### **✓ Emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA**

A GTA é um documento oficial e de emissão obrigatória para o trânsito intradistrital e interestadual de animais para qualquer finalidade (abate, recria, engorda, reprodução, exposição, leilão, esporte e outros). Apenas cães e gatos não necessitam transitar com GTA. Porém, isto não tira a obrigatoriedade do proprietário de procurar o médico veterinário para obter um atestado sanitário do animal a ser transportado. A partir de novembro de 2016 será possível emitir a GTA (situações específicas) pelo sistema on line, para tal, o produtor deverá procurar o SVO/DF para solicitar o cadastro.

##### **✓ Atendimento às notificações obrigatórias de doenças de animais**

Todo cidadão é obrigado a comunicar a defesa agropecuária, quando verificar que seus animais ou de terceiros estiverem com sinais clínicos compatíveis com as doenças de notificação obrigatória constantes numa lista preconizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

##### **✓ Emissão de Licenciamento Sanitário para Eventos Pecuários**

O licenciamento sanitário é o documento obrigatório para a realização de eventos pecuários no DF. Por representar um risco sanitário, pelo trânsito e aglomeração de animais, qualquer evento em que ocorra aglomeração de animais com finalidade específica, tais como rodeios, provas de laço, tambor, enduro, provas de hipismo, exposições, realizados em propriedades rurais, parques de exposição, centros hípicas entre outros, necessita de licenciamento sanitário expedido pelo serviço de Defesa Agropecuária da SEAGRI/DF. Os demais documentos necessários para realização de eventos agropecuários devem ser verificados junto à Administração Regional da localidade.

##### **✓ Cadastramento de Médicos Veterinários para Vacinação Contra Brucelose**

Cadastramento de médicos veterinários para desempenharem atividades de vacinação ou como Responsáveis Técnicos pela vacinação contra brucelose.

##### **✓ Cadastramento de Médicos Veterinários para Colheita de Sangue para Realização de Exames de Mormo**

Cadastramento de médicos veterinários para realizarem colheita de sangue destinado à laboratório credenciado para realização de exames de mormo.

##### **✓ Recebimento de Documentação para Realização de Testes de Diagnóstico Para Brucelose e Tuberculose**

A habilitação de médicos veterinários para realização de testes de diagnóstico para brucelose e tuberculose junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

constitui processo com apresentação de requerimento na Diretoria de Defesa Sanidade Agropecuária (DISAF) da SEAGRI-DF.

✓ **Recebimento de Declaração de Vacinação contra Brucelose**

É a comprovação, pelo produtor, junto ao Serviço de Defesa Agropecuária da SEAGRI-DF, da vacinação contra brucelose das fêmeas bovinas e/ou bubalinas de 3 e 8 meses de idade existentes em seu rebanho, realizada por médico veterinário cadastrado na Diretoria de Defesa Agropecuária da SEAGRI-DF.

✓ **Recebimento de Declaração de Vacinação Contra Febre Aftosa**

É a comprovação, pelo produtor rural, da vacinação contra febre aftosa dos bovinos e/ou bubalinos existentes na propriedade durante as campanhas de vacinação de maio e novembro. Em maio, todos os bovídeos, de qualquer idade, deverão ser vacinados. Em novembro, é obrigatória a vacinação somente dos bovídeos de até 24 meses de idade. Nos meses de maio, aproveitando o manejo do gado, realiza-se também a vacinação anual obrigatória contra raiva. Além da comprovação da vacinação, a declaração do criador também é importante para a atualização de dados cadastrais e do rebanho existente na propriedade, inclusive de outras espécies como ovinos, caprinos, suínos e equídeos. A partir da campanha de novembro de 2016 será possível realizar a declaração on line, para tal, o produtor deverá procurar o SVO/DF para solicitar o cadastro.

✓ **Cadastro de Lojas para Venda de Vacinas contra Febre Aftosa**

Qualquer estabelecimento interessado em comercializar vacinas contra febre aftosa deverá estar autorizado pela SEAGRI-DF. A atividade será acompanhada pelo serviço oficial.

✓ **Captura de Animais de Interesse Pecuário Soltos em Via Pública**

É a captura de animais de interesse pecuário (bovinos, equinos, suínos, ovinos e caprinos) soltos nas vias e logradouros públicos, sendo posteriormente transportados para a Gerência de Apreensão de Animais onde permanecem apreendidos até realização de exames e pagamento de multa e despesas pelo proprietário dos animais. Nos finais de semana, feriados e período noturno o serviço é realizado em esquema de plantão.

✓ **Captura de Morcegos Hematófagos**

É a atividade de controle populacional, quando devidamente justificada, de morcegos que se alimentam de sangue e em evidências de altas taxas de mordeduras nos animais de interesse pecuário, principalmente nos bovinos e equídeos, após a avaliação técnica dos servidores do SVO/DF.

✓ **Palestras em Educação Sanitária**

A educação sanitária é uma atividade desempenhada pela Defesa Agropecuária que visa inserir a participação da comunidade no sistema agropecuário. Palestras e demais atividades são realizadas com o intuito de trazer conhecimento sobre sanidade animal e vegetal, inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal bem como sobre o uso correto de agrotóxicos e afins.

### ✓ **Cadastramento de Propriedades com Exploração Agropecuária**

É o cadastro da propriedade pertencente ao cidadão/produtor rural que possua atividade agropecuária, mesmo que a criação seja para sua subsistência.

### ✓ **Serviço de Expedição de Registro para Comercialização de Agrotóxicos**

Todo comerciante de agrotóxicos no Distrito Federal é obrigado a promover seu registro na SEAGRI-DF, conforme prevê a Lei nº 7.802/89. O registro terá validade de dois anos, quando deverá ser renovado.

### ✓ **Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos e Afins**

A comercialização de agrotóxicos deve obedecer aos preceitos constantes da Lei Federal nº 7.802/89 e seu Decreto regulamentador. A observância das exigências legais é de extrema importância para reduzir o risco de contaminação humana e ambiental, bem como assegurar que os agrotóxicos sejam comercializados apenas para os casos necessários e com as recomendações adequadas para o uso responsável desses produtos.

A fiscalização do comércio de agrotóxicos visa garantir o cumprimento da legislação vigente, coibindo a venda irregular e inconsequente.

### ✓ **Fiscalização do Uso de Agrotóxicos e Afins**

O uso de agrotóxicos deve obedecer aos preceitos constantes da Lei Federal nº 7.802/89 e seu Decreto. A observância das exigências legais é de extrema importância para reduzir o risco de contaminação humana e ambiental, bem como assegurar que os agrotóxicos sejam aplicados apenas para os casos necessários, de forma responsável desde a aquisição do produto até o descarte de suas embalagens.

A fiscalização do uso de agrotóxicos visa garantir o cumprimento da legislação vigente, estimulando a agricultura sustentável e coibindo o uso irregular e indiscriminado de tais produtos.

### ✓ **Serviço de Expedição do Certificado do RENASEM para Comercialização de Sementes e Mudanças**

Todo comerciante de sementes e mudas estabelecido no Distrito Federal, pessoa física ou jurídica, fica obrigado a efetuar sua inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, junto à SEAGRI-DF. O Certificado de Registro tem validade de 3 (três) anos.

### ✓ **Serviço de Emissão de Permissão para Trânsito de Vegetais**

A Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV é a documentação exigida para acompanhar o trânsito interestadual de vegetais que sejam potenciais hospedeiros de pragas quarentenárias regulamentadas (como banana, citros, pinus e uva). O controle do trânsito de vegetais visa conter a disseminação daquelas pragas regulamentadas que possuem ocorrência restrita a alguns estados do país.

Como exemplo, o Cancro Cítrico é uma doença que causa prejuízos às culturas cítricas (limão, laranja, tangerinas...) que ocorre em estados como São Paulo e Minas Gerais, mas não ocorre no Distrito Federal.

A PTV é fundamentada no certificado fitossanitário emitido por um responsável técnico habilitado e visa atestar que uma carga vegetal está livre de determinada praga quarentenária, podendo ser transportada para outras Unidades da Federação, sem o risco de disseminar pragas para áreas indenens.

### ✓ **Serviço de Habilitação de Responsáveis Técnicos para Emissão de Certificado Fitossanitário de Origem**

O Certificado Fitossanitário de Origem - CFO é o documento emitido na unidade de produção por um Engenheiro Agrônomo ou Florestal habilitado por curso específico que atesta que a carga vegetal está livre de praga quarentenária.

Já o Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC é emitido na unidade de consolidação a partir de lotes consolidados de produtos vegetais inspecionados pelo profissional habilitado por curso específico.

Praga quarentenária presente é uma doença, inseto ou planta daninha que tenha ocorrência restrita a determinadas Unidades Federativas. São exemplos o Cancro-cítrico, o Cancro-da-videira, a Sigatoka-negra e o Moko-da-bananeira que têm ocorrências registradas em algumas Unidades da Federação, mas não ocorrem no Distrito Federal.

Para que uma carga composta por vegetais que são potenciais hospedeiros de pragas quarentenárias possa transitar entre os estados, ela deve ser certificada por um profissional habilitado a emitir CFO ou CFOC. O CFO e o CFOC são os documentos que fundamentarão a PTV.

A certificação das cargas vegetais visa garantir a sanidade da agricultura do país.

### ✓ **Serviço de Atendimento a Ocorrências na Sanidade Vegetal**

Todo cidadão pode comunicar ao Órgão de Defesa Sanitária Vegetal a detecção de sintomas ou sinais de pragas quarentenárias presentes ou “ausentes” no país definidos em listas oficiais publicadas por meio de Instruções Normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Atualmente, a Instrução Normativa vigente é a de nº 59/2013.

Descumprimentos de medidas fitossanitárias obrigatórias também podem ser comunicados à Seagri/DF. Atualmente, são medidas fitossanitárias obrigatórias no DF:

- VAZIO SANITÁRIO DA SOJA: durante o período de 1º de julho a 30 de setembro é proibido ter plantas vivas de soja no território do Distrito Federal.

- VAZIO SANITÁRIO DO FEIJÃO: durante o período de 20 de setembro a 20 de outubro é proibido ter plantas vivas de feijão no território do Distrito Federal.

A rápida detecção de possíveis focos de praga viabiliza a adoção de medidas de controle que assegurem a sanidade vegetal no Distrito Federal.

### ✓ **Registro de Agroindústrias de Produtos de Origem Animal**

Emissão de certificado de registro de Agroindústrias que beneficiam, manipulam, fabricam, fracionam, industrializam ou armazenam produtos de origem animal que atuam no âmbito do Distrito Federal segundo a Lei nº 229, de 10 de Janeiro de 1992 (Portaria nº 33, de 28 de Maio de 2014 para Mini Agroindústrias de produtos de origem animal).

Com o registro, as agroindústrias são habilitadas a operar em todo o território do Distrito Federal, conforme sua classificação como:

- Matadouros ou abatedouros (das espécies de animais de açougue ou aprovadas para abate);
- Entrepósitos de carne e derivados;
- Fábrica de conservas, de embutidos, de produtos gordurosos, e, charqueadas;
- Entrepósitos de ovos e derivados;
- Fábrica de conservas de ovos;
- Entrepósito de pescados,
- Fábrica de conservas de pescado;
- Usinas de beneficiamento de leite,
- Entrepósitos de leite e derivados,
- Fábricas de laticínios,
- Entrepósitos de mel e derivados;
- Mini Agroindústria;
- Artesanal;

#### ✓ **Registro de Agroindústrias de Produtos de Origem Vegetal**

Emissão de certificado de registro de Agroindústrias que beneficiam, manipulam, fabricam, fracionam, industrializam ou armazenam produtos de origem animal que atuam no âmbito do Distrito Federal segundo a Lei nº 1671, de 23 de Setembro, de 1997 – (Portaria nº 3, de 17 de Janeiro de 2012 para Mini Agroindústrias de produtos de origem vegetal).

Com o registro, as agroindústrias são habilitadas a operar em todo o território do Distrito Federal, conforme sua classificação como:

- Entrepósito de Vegetais;
- Fábrica de Produtos de Origem Vegetal;
- Estabelecimento Industrial;
- Mini Agroindústria

#### ✓ **Registro de Agroindústrias Artesanal**

É o registro de Agroindústrias que produzem, processam e comercializam produtos comestíveis de origem animal, vegetal e de microorganismo ou fungo, sob forma artesanal, no Distrito Federal, sujeitos às normas estabelecidas na Lei nº 4096, de 11 de Fevereiro de 2008.

#### ✓ **Laboratório de Análise de Alimentos**

São as análises microbiológicas e físico-químicas realizadas nas amostras de alimentos e água coletadas e recebidas Gerência de Inspeção (GI), seguindo a \*Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011 - Ministério da Saúde; \*Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997 – ANVISA; \*Resolução Diretoria Colegiada nº 12, de 02 de janeiro de 2001; \*Instrução Normativa nº 62/2003; \*Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos produtos de origem vegetal e animal, entre outras.

#### ✓ **Fiscalização de Trânsito de Produtos de Origem Vegetal e Animal**

São as operações de fiscalização realizadas nas principais rodovias e vias de acesso ao Distrito Federal, bem como nas vias urbanas e rurais nas Regiões Administrativas que visam coibir o trânsito irregular de produtos de origem vegetal e animal.

#### ✓ **Atendimento às Denúncias**

São as ações fiscais realizadas mediante a informação da população e/ou entidades governamentais acerca das irregularidades higiênico-sanitárias, tais como: abate clandestino de animais, processamentos clandestinos de produtos de origem animal/vegetal não conformidades em indústrias de produtos de origem animal/vegetal, trânsito irregular desses produtos entre outros.

#### ✓ **Serviço de Educação Sanitária – Indústrias Alimentícias**

A educação sanitária é uma atividade desempenhada pela Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal que visa à promoção de melhorias no setor produtivo e na qualidade dos produtos disponibilizados ao consumidor, mediante ação orientativa. Palestras são ministradas nas indústrias, fábricas e entrepostos com o intuito de trazer conhecimento sobre a produção, manipulação, comercialização, transporte e armazenamento de produtos de origem animal, vegetal, microrganismos ou fungo.

#### ✓ **Análise de Rotulagem de Produtos de Origem Vegetal e Animal e de Planta Baixa - Indústria Alimentícia**

A Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal – DIPOVA oferece o serviço de análise de formulário de rotulagem e croquis de rótulos de produtos de origem animal e vegetal, bem como análise e avaliação de plantas baixas e de memoriais econômicos sanitários e descritivos de construção, com a finalidade de registrar estabelecimentos que produzam alimentos de origem vegetal e animal no território do Distrito Federal, ou, que efetuem obras de ampliação e reformas em sua estrutura física.

Este **não** é um serviço de consultoria. Portanto, cabe ao responsável técnico e ao proprietário dos estabelecimentos a responsabilidade sobre o preenchimento correto dos formulários e croquis dos produtos pleiteados para registro junto ao Serviço de Inspeção Distrital (SID), os quais serão analisados pela DIPOVA.

### **4.9.2.6. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

#### ✓ **Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF**

O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF viabiliza a compra direta pelo GDF de alimentos e produtos artesanais de agricultores familiares e suas organizações sociais do setor agrícola, conforme preconiza a Lei Distrital nº 4.752/2012, Decreto Distrital nº 33.642/2012 e Decreto Distrital nº 36.201/2014. O programa fortalece ainda mais o campo, pois abre o mercado governamental local para a comercialização de

seus produtos, contribuindo para a geração de empregos na propriedade e renda para a família.

### ✓ **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

O PAA é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria – BSM do Governo Federal, programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI/DF.

O Programa possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação saudável a quem se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional, e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às entidades socioassistenciais, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

### ✓ **Regularização de Áreas para fins de Assentamento Rural no Distrito Federal**

O serviço tem o objetivo dar efetividade e publicidade ao Programa de Assentamento dos Trabalhadores Rurais (PRAT) que se destina a fomentar a integração das políticas de desenvolvimento dos assentamentos rurais do Distrito Federal, unificando procedimentos e a atuação dos órgãos do Governo do Distrito Federal no atendimento das demandas dos trabalhadores rurais.

As ações do PRAT serão desenvolvidas de acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária, devendo os órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal, atuarem de forma integrada com as diretrizes e ações do Governo Federal.

O PRAT tem como objetivo permitir a efetiva implantação de assentamento rural no Distrito Federal mediante a implementação de políticas públicas buscando o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento.

## **5. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS**

### **5.1. ÓRGÃOS ENVOLVIDOS DIRETA OU INDIRETAMENTE – INTERNOS GDF**

- ✓ PROSPERA – Programa de Microcrédito do Governo Distrital
- ✓ FDR – Fundo de Desenvolvimento Rural
- ✓ SEAGRI – Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
- ✓ BRB – Banco de Brasília
- ✓ EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
- ✓ CEASA – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A
- ✓ IBRAM – Instituto Brasília Ambiental
- ✓ TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília
- ✓ Secretaria de Estado de Cultura
- ✓ Secretaria de Estado de Educação
- ✓ DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal
- ✓ Secretaria de Estado de Esporte

- ✓ Secretaria de Estado de Saúde

## **5.2. ÓRGÃOS ENVOLVIDOS DIRETA OU INDIRETAMENTE – EXTERNOS (INSTITUIÇÕES PRIVADAS/ÓRGÃOS PÚBLICOS)**

- ✓ PRONAF
- ✓ FCO/SUDECO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
- ✓ BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- ✓ SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
- ✓ MEC – FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- ✓ MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## **5.3. DEMAIS INTERESSADOS**

- ✓ População Rural
- ✓ Agricultores
- ✓ Pecuáristas
- ✓ Piscicultores
- ✓ Consumidores
- ✓ Estudante da área do agronegócio
- ✓ Universidades
- ✓ Instituições de Pesquisa

## **6. IDENTIFICAÇÃO DOS FLUXOS DE INFORMAÇÃO E PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO**

Comunicação entre setores e do comando da SEAGRI ocorre por meio de:

- ✓ Reuniões periódicas de Gabinete toda segunda feira.
- ✓ Discussões semanais com as Subsecretarias.
- ✓ Circulação de documentos internos.
- ✓ Protocolo, onde não há Sistemas de informação.
- ✓ Intranet.

## **7. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS E INTERNAS E EXTERNAS**

A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI possui um Plano de Comunicação da Ouvidoria/SEAGRI, atualizado para 2016, sendo apresentados a seguir seus principais pontos:

- ✓ **Diagnóstico**

- **Situação Interna:**

A Ouvidoria da SEAGRI possui relação estreita com o Gabinete de modo a facilitar a implementação das ações necessárias ao papel da ouvidoria. Está ligada diretamente à Chefia de Gabinete e participa, semanalmente, das reuniões com o Secretário de Estado da Agricultura.

Verifica-se, no entanto, restrição quanto à implementação de ações que dependam de recursos financeiros, haja vista que o orçamento da SEAGRI é insuficiente para todas as demandas dos subprogramas e projetos estratégicos contemplados no Planejamento Estratégico 2016-2019. Desse modo, apesar de a equipe da Ouvidoria da SEAGRI ser bastante enxuta, dispõe de criatividade para buscar alternativas que possam viabilizar a implementação das ações possíveis fora da dependência financeira e orçamentária.

➤ **Situação externa:**

O crescente acesso do cidadão à internet e a disponibilização de serviços como o OUV/DF e o e - SIC, bem como de informações nos sites oficiais e redes sociais são situações que favorecem a implementação deste Plano de Comunicação da Ouvidoria pela rapidez da disponibilização e disseminação da informação e pelo baixíssimo custo para a rede de Ouvidorias. A maior dificuldade observada guarda relação direta com as ações que dependem de recursos financeiros, uma vez que para atender aquela parcela da população que ainda não tem acesso à rede mundial de computadores é necessário implantar ações que utilizam outros canais de comunicação e, muitas vezes, esses canais mais tradicionais necessitam de aporte financeiro.

✓ **Produtos**

| <b>PRODUTOS</b>   | <b>DESCRIÇÃO</b>  |
|---|---|
| <b>Material de identificação do ambiente interno</b>        | Confeccionar placas de porta e corredor e cartazes para eventos internos.   |
| <b>Material de identificação do ambiente externo</b>        | Confeccionar banners para eventos externos  |
| <b>Carta de Serviços</b>                                    | Disponibilizar versão impressa e para download da Carta de Serviços da SEAGRI   |
| <b>Canais de divulgação on-line</b>                         | Disponibilizar links de acesso aos serviços da Ouvidoria e informações da Transparência Ativa no site da SEAGRI, no Facebook, na Intranet e na App da SEAGRI. |
| <b>Relatório da Ouvidoria</b>                               | Destacar os indicadores de desempenho qualitativos presentes no relatório da Ouvidoria  |
| <b>Divulgação interna</b>                                   | Divulgar aos servidores da SEAGRI o papel e os serviços da ouvidoria  |
| <b>Reuniões com o Secretário de Estado e Subsecretários</b> | Apresentar o relatório da Ouvidoria durante as reuniões com o Secretário de Estado  |
| <b>Unidades Operacionais</b>                                | Equipar as unidades operacionais para ampliar o acesso aos serviços da Ouvidoria  |

✓ **Iniciativas**

➤ **MATERIAL DE IDENTIFICAÇÃO DO AMBIENTE INTERNO**

Responsável: ASCOM

Tipo: Publicidade Institucional

| Ação  | Qtd | Custo estimado | Prazo estimado | Responsável |
|---|-----|----------------|----------------|-------------|
| Desenvolver layout das placas de porta e corredor                     | 02  | -              | 03/04          | ASCOM       |
| Confeccionar placas de porta e corredor                               | 02  |                | 10/05          |             |
| Desenvolver layout de cartaz (Ouvidoria-SEAGRI e Acesso à Informação) | 15  | -              | 15/04          | ASCOM       |
| Confeccionar cartaz (Ouvidoria-SEAGRI e Acesso à Informação)          | 15  |                | 29/05          |             |

➤ **MATERIAL DE IDENTIFICAÇÃO DO AMBIENTE EXTERNO**

| Responsável: ASCOM                          |     | Tipo: Publicidade Institucional |                |             |
|---|-----|---------------------------------|----------------|-------------|
| Ação  | Qtd | Custo estimado                  | Prazo estimado | Responsável |
| Desenvolver layout do banner – 1,80m x 0,9m | 02  | -                               | 03/05          | ASCOM       |
| Confeccionar banner                         | 02  |                                 | 31/12          |             |

➤ **CARTA DE SERVIÇOS DA SEAGRI**

| Responsável: ASCOM  |      | Tipo: Utilidade Pública         |       |             |
|---|------|---------------------------------|-------|-------------|
| Ação  | Qtd  | Custo estimado                  | Prazo | Responsável |
| Impressão da Carta de Serviços da SEAGRI                            | 2000 | R\$ 15,00<br>Total = R\$ 30.000 | 23/05 |             |
| Versão on-line da Carta de Serviços para download no site da SEAGRI | -    | -                               | 30/11 | ASCOM       |

➤ **CANAIS DE DIVULGAÇÃO ON-LINE**

| Responsável: ASCOM  |     | Tipo: Utilidade Pública |                |             |
|---|-----|-------------------------|----------------|-------------|
| Ação  | Qtd | Custo estimado          | Prazo estimado | Responsável |
| Levantamento dos canais de comunicação disponíveis para divulgação on-line                      | 04  | -                       | 18/04          | ASCOM       |
| Criação de espaço para inserção do link de acesso ao serviço de ouvidoria no site               | 01  | -                       | 10/04          | ASCOM       |
| Criação de espaço para inserção do link de acesso ao serviço de ouvidoria na intranet           | 01  | -                       | 28/04          | ASCOM       |
| Criação de espaço para inserção do link de acesso ao serviço de ouvidoria na App da SEAGRI      | 01  | -                       | 31/12          | TI/SUAG     |
| Criação de espaço para inserção do link de acesso ao serviço de ouvidoria no Facebook da SEAGRI | 01  | -                       | 20/05          | ASCOM       |

➤ **RELATÓRIO DA OUVIDORIA**

| <b>Responsável: Ouvidoria SEAGRI</b>                          |            | <b>Tipo: Transparência Ativa</b> |                          |                    |
|---|------------|----------------------------------|--------------------------|--------------------|
| <b>Ação</b>   | <b>Qtd</b> | <b>Custo estimado</b>            | <b>Prazo estimado</b>    | <b>Responsável</b> |
| Criar indicadores de desempenho qualitativos                  |            | -                                | 28/04                    | Ouvidoria          |
| Publicar os indicadores mensalmente no relatório da Ouvidoria |            | -                                | Até o dia 07 de cada mês | Ouvidoria          |

➤ **DIVULGAÇÃO INTERNA**

| <b>Responsável: Ouvidoria</b>   |            | <b>Tipo: Transparência Ativa</b> |                       |                    |
|---|------------|----------------------------------|-----------------------|--------------------|
| <b>Ação</b>   | <b>Qtd</b> | <b>Custo estimado</b>            | <b>Prazo estimado</b> | <b>Responsável</b> |
| Realizar encontros para orientar os todos os servidores da SEAGRI quanto ao papel e serviços da ouvidoria | 03         | -                                | 31/12                 | Ouvidoria          |

➤ **REUNIÕES COM O SECRETÁRIO DE ESTADO E SUBSECRETÁRIOS**

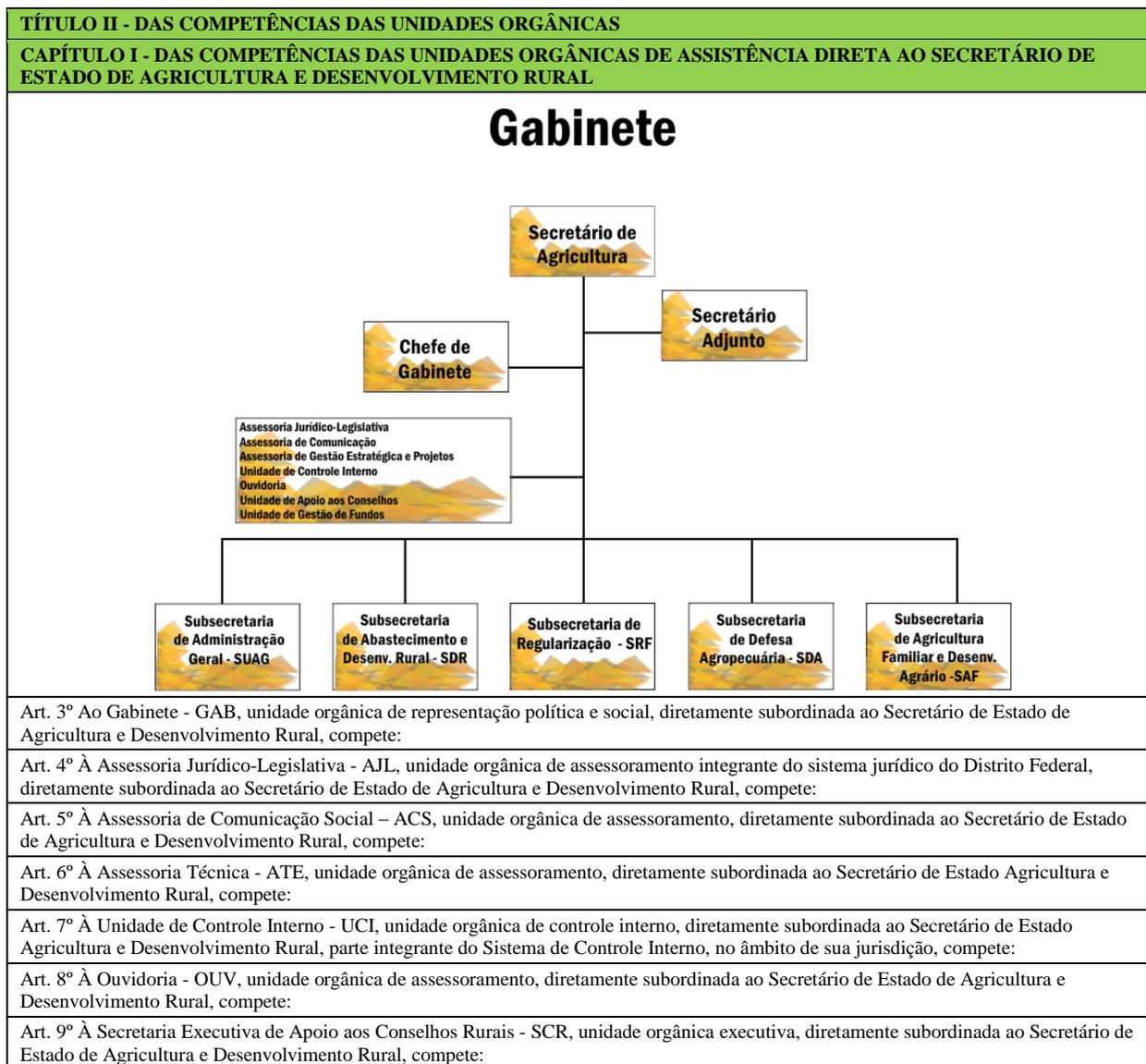
| <b>Responsável: Ouvidoria</b>  |            | <b>Tipo: Transparência Ativa</b> |                       |                    |
|--|------------|----------------------------------|-----------------------|--------------------|
| <b>Ação</b>  | <b>Qtd</b> | <b>Custo estimado</b>            | <b>Prazo estimado</b> | <b>Responsável</b> |
| Agendar pauta de apresentação do relatório na reunião com o Secretário de Estado | -          | -                                | 01/04                 | Ouvidoria          |
| Apresentação do relatório durante as reuniões                                    | 09         | -                                | 31/12                 | Ouvidoria          |

➤ **UNIDADES OPERACIONAIS**

| <b>Responsável: Ouvidoria</b>  |            | <b>Tipo: Transparência Ativa</b> |                       |                    |
|--|------------|----------------------------------|-----------------------|--------------------|
| <b>Ação</b>  | <b>Qtd</b> | <b>Custo estimado</b>            | <b>Prazo estimado</b> | <b>Responsável</b> |
| Disponibilização de computador com acesso à internet nas unidades operacionais da SEAGRI | 10         | -                                | 31/12                 | TI/SUAG            |
| Identificação de pessoal de apoio ao atendimento ao cidadão na SEAGRI                    | 10         | -                                | 31/03                 | Ouvidoria          |
| Promoção de treinamento ao pessoal de apoio na SEAGRI                                    | 02         | -                                | 31/12                 | Ouvidoria          |

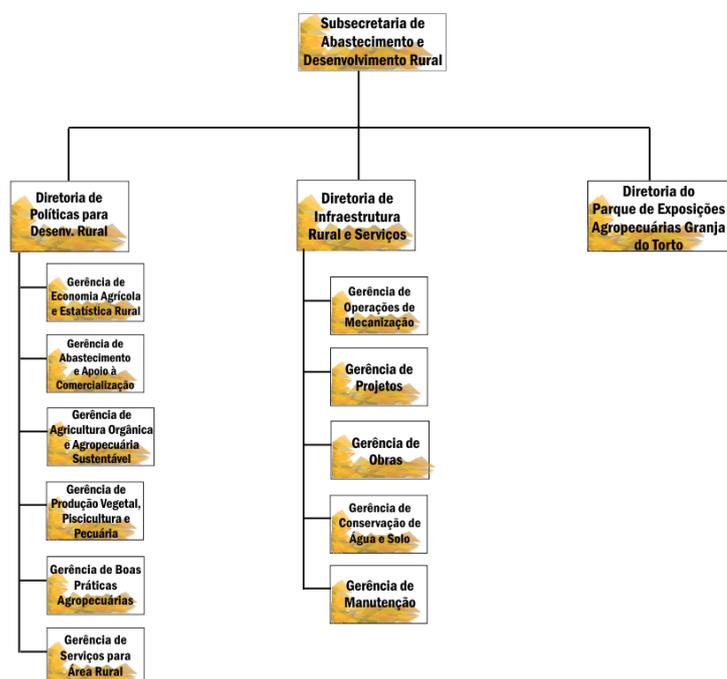
## 8. IDENTIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE AUTORIDADES E RESPONSABILIDADES

Os níveis de autoridades e responsabilidades estão dispostos no Regimento Interno da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito (Decreto nº 34.249, de 28 de março de 2013), conforme tabelas a seguir.



**CAPÍTULO II - DA SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

**SDR**



Art. 10. À Subsecretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, compete:

Art. 11. À Diretoria de Desenvolvimento Rural - DDR, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Desenvolvimento Rural, compete:

Art. 12. À Gerência de Apoio aos Eventos Rurais - GEV, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Rural, compete:

Art. 13. À Gerência de Desenvolvimento Agropecuário - GDA, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Desenvolvimento

Art. 14. Ao Núcleo de Produção Vegetal – NPV, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Desenvolvimento Agropecuário, compete:

Art. 15. Ao Núcleo de Reabilitação Ambiental - NRA, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Desenvolvimento Agropecuário, compete:

Art. 16. Ao Núcleo de Tecnologia em Piscicultura e Pecuária – NTP, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Desenvolvimento Agropecuário, compete:

Art. 17. À Diretoria de Engenharia – DIENGE, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Desenvolvimento Rural, compete:

Art. 18. À Gerência de Obras – GOB, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Engenharia, compete:

Art. 19. Ao Núcleo de Projetos – NPR, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Obras, compete:

Art. 20. Ao Núcleo de Acompanhamento e Fiscalização de Obras – NAF, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Obras, compete:

Art. 21. À Diretoria de Mecanização Agrícola – DEMA, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Desenvolvimento Rural, compete:

Art. 22. À Gerência de Operações – GOP, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Mecanização Agrícola, compete:

Art. 23. Ao Núcleo de Preparo de Solo e Terraplanagem – NPS, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Operações, compete:

Art. 24. Ao Núcleo de Controle de Movimentação de Máquinas – NCM, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Operações, compete:

Art. 25. À Gerência de Manutenção – GMA, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Mecanização Agrícola, compete:

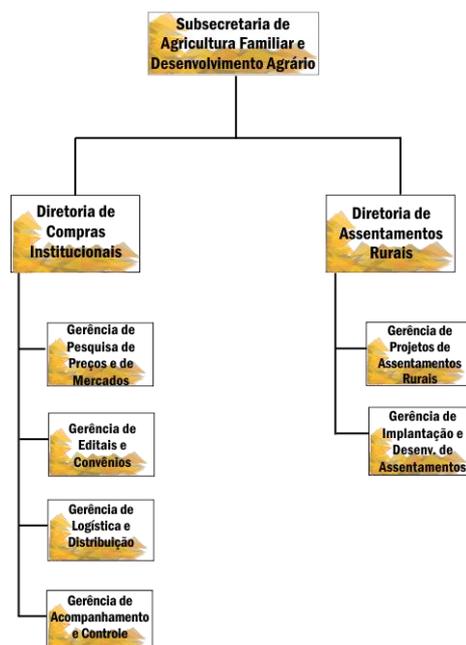
Art. 26. Ao Núcleo de Mecânica e Manutenção – NUM, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Manutenção, compete:

Art. 27. Ao Núcleo de Usinagem e Implementos – NUI, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Manutenção, compete:

Art. 28. Ao Núcleo de Carpintaria – NCA, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Manutenção, compete:

**CAPÍTULO III - DA SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

**SAF**



Art. 29. À Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SDA, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, compete:

Art. 30. À Coordenação de Compras Institucionais - CCI, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Subsecretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, compete:

Art. 31. À Gerência de Mercado – GME, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Coordenação de Compras Institucionais, compete:

Art. 32. À Gerência de Comercialização – GCO, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Coordenação de Compras Institucionais, compete:

Art. 33. À Gerência de Distribuição – GDI, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Coordenação de Compras Institucionais, compete:

Art. 34. À Diretoria de Desenvolvimento Agrário – DDA, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, compete:

Art. 35. À Gerência de Apoio aos Assentamentos Rurais – GAR, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Agrário, compete:

Art. 36. À Gerência de Articulação Institucional – GAI, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Agrário, compete:

Art. 37. À Gerência de Educação no Campo e Cidadania – GEC, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Agrário, compete:

Art. 38. À Gerência de Apoio às Organizações Sociais e ao Cooperativismo – GOS, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Agrário, compete:

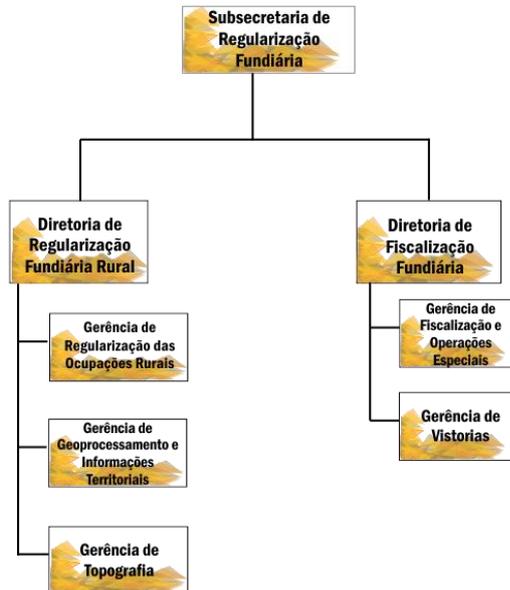
Art. 39. À Gerência de Fomento à Agricultura Familiar – GFA, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Agrário, compete:

Art. 40. Ao Núcleo de Fomento à Agroindústria Familiar – NUF, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Fomento à Agricultura familiar, compete:

Art. 41. Ao Núcleo de Apoio à Certificação e Valorização da Produção da Agricultura Familiar – NCV, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Fomento à Agricultura familiar, compete:

**CAPÍTULO IV - DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**SRF**



Art. 42. À Subsecretaria de Administração e Fiscalização Fundiária - SAF, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, compete:

Art. 43. À Diretoria de Regularização e Administração Fundiária - DRF, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração e Fiscalização Fundiária, compete:

Art. 44. À Gerência de Regularização Fundiária - GRF, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Regularização e Administração Fundiária, compete:

Art. 45. À Gerência de Contratos e Arrecadação - GCA, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Regularização e Administração Fundiária, compete:

Art. 46. Ao Núcleo de Arrecadação - NAR, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Contratos e Arrecadação, compete:

Art. 47. À Gerência de Fiscalização Fundiária - GFF, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Regularização e Administração Fundiária, compete:

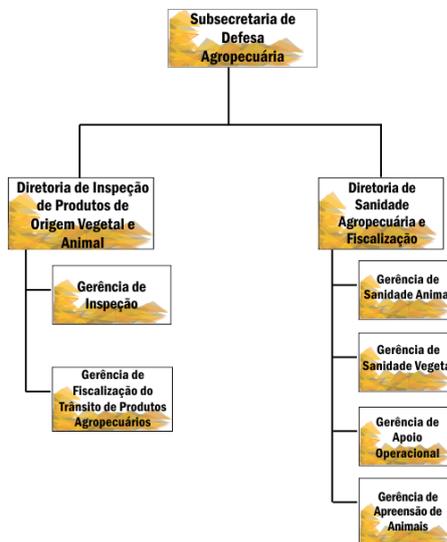
Art. 48. À Diretoria de Geoprocessamento e Topografia - DGT, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração e Fiscalização Fundiária, compete:

Art. 49. À Gerência de Topografia - GETOP, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Geoprocessamento, compete:

Art. 50. À Gerência de Geoprocessamento - GEO, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Geoprocessamento, compete:

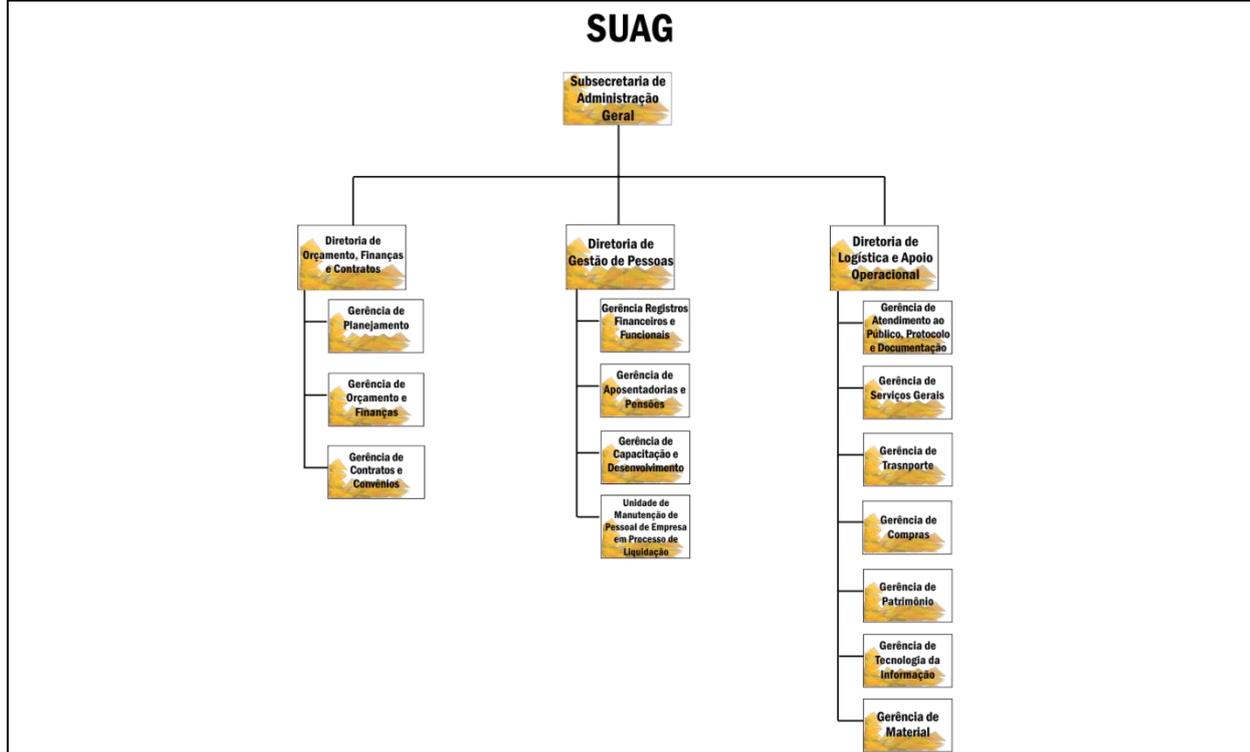
**CAPÍTULO V - DA SUBSECRETARIA DE DEFESA E VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA**

**SDA**



|   |
|---|
| Art. 51. À Subsecretaria de Defesa e Vigilância Agropecuária - SDV, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, compete:  |
| Art. 52. À Assessoria de Instrução Processual - AIP, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada à Subsecretaria de Defesa e Vigilância Agropecuária, compete:  |
| Art. 53. À Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal - DIPOVA, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Defesa e Vigilância Agropecuária, compete:  |
| Art. 54. À Gerência Operacional de Inspeção - GOI, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal, compete:  |
| Art. 55. Ao Núcleo de Inspeção de Produtos de Origem Animal – NIP, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência Operacional de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal, compete:  |
| Art. 56. Ao Núcleo de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - NIV, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência Operacional de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal, compete:   |
| Art. 57. Ao Núcleo de Fiscalização de Trânsito de Produtos de Origem Vegetal e Animal - NFT, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência Operacional de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal, compete:                        |
| Art. 58. À Gerência do Laboratório Físico-Químico - GFQ, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal e Vegetal, compete:  |
| Art. 59. À Gerência do Laboratório de Microbiologia - GLM, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal, compete:   |
| Art. 60. À Diretoria de Defesa e Vigilância Agropecuária - DDV, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Defesa e Vigilância Agropecuária, compete:  |
| Art. 61. À Gerência de Defesa e Sanidade Animal - GSA, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Defesa e Vigilância Agropecuária, compete:   |
| Art. 62. Ao Núcleo de Sanidade Animal – NSA, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Defesa e Sanidade Animal, compete:   |
| Art. 63. Ao Núcleo de Laboratório e Hospital Veterinário – NLV, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Defesa Sanitária Animal, compete:   |
| Art. 64. À Gerência Operacional de Defesa Agropecuária - GOD, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Defesa e Vigilância Agropecuária, compete:  |
| Art. 65. Ao Núcleo de Apreensão de Animais - NAA, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência Operacional de Defesa Agropecuária, compete:   |
| Art. 66. Aos Núcleos de Base Operacionais do Gama (NOG); de Planaltina (NOP); de Brazlândia (NOB); do Rio Preto (NOR) e de Sobradinho (NOS), unidades orgânicas de execução, diretamente subordinadas à Gerência Operacional de Defesa Agropecuária, compete: |
| Art. 67. À Gerência de Defesa e Sanidade Vegetal – GSV, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Defesa e Vigilância Agropecuária, compete:  |
| Art. 68. Ao Núcleo de Sanidade Vegetal – NSV, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Defesa e Sanidade Vegetal, compete:   |
| Art. 69. Ao Núcleo de Fiscalização de Insumos Agrícolas – NFI, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Defesa e Sanidade Vegetal, compete:  |

**CAPÍTULO VI - DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**



|  |
|--|
| Art. 70. À Subsecretaria de Administração Geral - SUAG, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, compete: |
| Art. 71. À Diretoria de Gestão de Fundos - DIFUNDOS, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração Geral, compete:   |
| Art. 72. À Gerência de Crédito - GECRED, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Gestão de Fundos, compete:   |
| Art. 73. À Gerência de Acompanhamento - GEAC, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Gestão de Fundos compete:   |
| Art. 74. À Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração Geral – UAG, compete:                                     |
| Art. 75. À Gerência de Pessoal Ativo, Cadastro e Pagamento - GEPAG, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Gestão de Pessoas, compete:                                |
| Art. 76. Ao Núcleo de Pagamento - NUPAG, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Pessoal Ativo, Cadastro e Pagamento, compete:   |
| Art. 77. À Gerência de Aposentadorias e Pensões - GEAPE, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Gestão de Pessoas, compete:  |
| Art. 78. À Gerência de Saúde, Benefícios Sociais e Meio Ambiente - GESAMA, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Gestão de Pessoas, compete:                        |
| Art. 79. À Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - DIPLAN, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração Geral, compete:                         |
| Art. 80. À Gerência de Planejamento – GEPLAN, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, compete:                                    |
| Art. 81. À Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEOFIN, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, compete:               |
| Art. 82. Ao Núcleo de Liquidação e Pagamento – NULIP, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência Orçamentária e Finanças, compete:   |
| Art. 83. À Gerência de Contratos e Convênios - GECONV, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, compete:                           |
| Art. 84. À Diretoria de Logística - DILOG, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração Geral, compete:   |
| Art. 85. À Gerência de Material - GEMAT, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Logística, compete:   |
| Art. 86. Ao Núcleo de Compras - NUCOM, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Material, compete:  |
| Art. 87. À Gerência de Patrimônio - GEPAT, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Logística, compete:  |
| Art. 88. À Gerência de Almoxarifado - GEALM, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Logística, compete:  |
| Art. 89. À Gerência de Serviços Gerais - GESEG, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Logística, compete:  |
| Art. 90. Ao Núcleo de Documentação e Protocolo - PROTOCOLO, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Serviços Gerais, compete:  |
| Art. 91. À Gerência de Transporte - GETRANS, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Logística, compete:  |
| Art. 92. À Gerência de Informática - GINFO, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Logística, compete:  |
| Art. 93. Ao Núcleo de Manutenção - NUMEN, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Informática, compete:  |
| Art. 94. Ao Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas - NUSIS, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Informática, compete:   |

|  |
|--|
| <b>TÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NATUREZA POLÍTICA, ESPECIAL E EM COMISSÃO</b>          |
| <b>CAPÍTULO I - DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE NATUREZA POLÍTICA</b>                                    |
| Art. 95. Ao Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal compete: |
| <b>CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL</b>                                 |
| Art. 96. Ao Secretário Adjunto compete:  |
| Art. 97. Aos Subsecretários compete:   |
| Art. 98. Ao Coordenador de Compras Institucionais compete:   |
| Art. 99. Ao Chefe da Unidade de Controle Interno compete:  |
| Art. 100. Ao Ouvidor compete:  |
| Art. 101. Aos Diretores compete:   |
| Art. 102. Aos Assessores Especiais compete:  |
| Art. 103. Aos Chefes de Assessorias compete:   |
| <b>CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO</b>   |
| Art. 104. Aos Assessores compete:  |
| Art. 105. Aos Assessores Técnicos compete:   |
| Art. 106. Aos Gerentes compete:  |
| Art. 107. Aos Chefes de Núcleos compete:   |
| <b>TÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES DETENTORES DE GRATIFICAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO</b> |
| Art. 108. Aos servidores efetivos detentores de gratificação de apoio administrativo compete:        |

## 9. ESPECIFICAR O ESCOPO PRINCIPAL E OS OBJETIVOS PARA A GESTÃO DE RISCOS, AS CONDIÇÕES LIMITATIVAS E OS RESULTADOS NECESSÁRIOS

O objetivo da Gestão de Riscos é a incorporação da análise de riscos à tomada de decisão, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público, à formação de uma matriz de riscos da SEAGRI e à adoção de ações para tratamento dos riscos identificados.

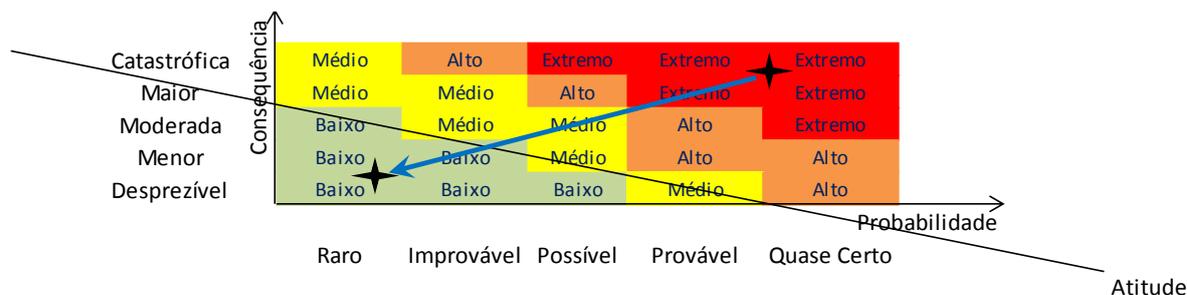
Conforme definido pelo Comitê, o escopo inicial da gestão de riscos terá foco nos macroprocessos desenvolvidos pela **Diretoria de Compras Institucionais**, setor vinculado à Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, embora riscos em outros processos possam ser identificados devido à transversalidade de muitas das ações estratégicas da SEAGRI para o exercício de 2016.

Podem vir a ser condições limitativas aos trabalhos iniciais a indisponibilidade integral de recursos humanos da Secretaria para realização do trabalho de levantamento de informações necessárias para a composição da matriz de risco e a ausência de uma equipe especializada e dedicada à realização permanente da gestão de riscos.

## 10. IDENTIFICAR UM CONJUNTO DE CRITÉRIOS COM BASE NOS QUAIS OS RISCOS SERÃO MENSURADOS

| Aspectos Base de Consequência | Definição   |
|-------------------------------|---|
| <b>Desprezível</b>            | Impacto do evento é mínimo, adstrito a procedimentos de determinado setor ou unidade sem grandes impactos nos resultados.               |
| <b>Menor</b>                  | Impacto do evento é de pequena expressão, que afetam os procedimentos de determinada área ou setor influenciando os resultados obtidos. |
| <b>Moderada</b>               | Impacto do evento tem capacidade de afetar áreas ou unidades isoladas.  |
| <b>Maior</b>                  | Impacto do evento sobre a organização é de gravidade elevada, envolvendo áreas inteiras do órgão e/ou seu conjunto.                     |
| <b>Catastrófica</b>           | Impacto do evento sobre a organização tem potencial desestruturante sobre todo o órgão.   |

| ANÁLISE QUALITATIVA DE RISCOS - NÍVEL DE RISCO |             |       |          |         |              |
|--|-------------|-------|----------|---------|--------------|
| Consequência x Probabilidade                   | Desprezível | Menor | Moderada | Maior   | Catastrófica |
| <b>Quase Certo</b>                             | Médio       | Alto  | Extremo  | Extremo | Extremo      |
| <b>Provável</b>                                | Médio       | Médio | Alto     | Extremo | Extremo      |
| <b>Possível</b>                                | Baixo       | Médio | Médio    | Alto    | Extremo      |
| <b>Improvável</b>                              | Baixo       | Baixo | Médio    | Alto    | Alto         |
| <b>Raro</b>                                    | Baixo       | Baixo | Baixo    | Médio   | Alto         |



- Risco extremo => ação imediata
- Risco alto => ação da alta gerência
- Risco médio => definir responsabilidade gerencial
- Risco baixo => manter práticas e procedimentos

## 11. DEFINIÇÃO DO CONJUNTO DE ELEMENTOS PRINCIPAIS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS.

Os elementos principais para a estruturação do processo de avaliação de riscos serão os procedimentos descritos a seguir:

- Entrevistas.
- Levantamento de dados
- Acompanhamento de procedimento.
- Mapeamento de processos.

## 12. INFORMAÇÕES DE RELATÓRIOS ANTERIORES DE AUDITORIA DA CGDF E/OU DE FONTES EXTERNAS

| Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural - SEAGRI   |           |   |  |
|--|-----------|---|--|
| Tomada de Contas Anual do Ordenador  | Exercício | Falhas Graves   | Pronunciamento do Comitê de Certificação   |
| Relatório de Auditoria nº 19/2013 - DIRAP/CONAE/CONT/STC - Processo nº: 040.001.049/2012 - Volumes I, II e III | 2011      | 3.1 - Acompanhamento Incipiente de Contrato Gerando Liquidação Inconsistente da Despesa no Programa Nosso Leite.  | O Comitê de Certificação, mediante as ressalvas nos subitens 1.1, 2.1, 2.2, 3.2. 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 5.1 e 6.1, e a <b>irregularidade apontada no subitem 3.1</b> , contidas no Relatório de Auditoria nº 19/2013 - DIRAP/CONAE/CONT/STC, emite o <b>Certificado de Auditoria de Regularidade com Ressalvas</b> . Em 30/10/2013.                         |
| Relatório de Auditoria nº 11/2014 - DIRAP/CONAE/CONT/STC Processo nº: 040.001.096/2013                         | 2012      | 2.2 - Servidor em Situação Ilegal na Unidade.<br><br>3.10 - Não cumprimento de decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal referente a terras públicas rurais.<br><br>3.11 - Não atendimento a recomendações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal referente à Granja do Torto. | O Comitê de Certificação, mediante as falhas formais 1.1, 3.2 e 3.4, as falhas médias 2.3, 3.1, 3.5, 3.6, 3.7, 3.9, 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 e as <b>falhas graves 2.2, 3.10 e 3.11</b> , contidas no Relatório de Auditoria nº 11/2014/DIRAP/CONAE/CONT/STC, emite o <b>Certificado de Auditoria de Regularidade com Ressalvas</b> . Em 25 de junho de 2014. |
| Relatório de Auditoria nº 17/2014 - DIRAP/CONAE/CONT/STC Processo nº: 040.001.359/2014                         | 2013      | 4.2 - Pontos de auditoria pendentes de atendimento.   | O Comitê de Certificação, mediante a falha formal 3.1, as falhas médias 1.1, 2.1, 4.1 e 5.1 e a <b>falha grave 4.2</b> , contidas no Relatório de Auditoria nº 17/2014/DIRAP/CONAE/CONT/STC, emite o <b>Certificado de Auditoria de Regularidade com Ressalvas</b> . Em 09/12/2014.  |

## 13. TÉCNICAS DE DIAGNÓSTICO

### 13.1. Análise SWOT

A análise SWOT é uma técnica que tem a finalidade de facilitar o diagnóstico institucional e serve para identificar variáveis do ambiente interno e externo da entidade/órgão, ou seja, as Forças e Fraquezas, bem como as Oportunidades e Ameaças que terão impacto no estabelecimento do contexto para a gestão de riscos. A sigla é um acrônimo formado pelas palavras inglesas.

- Strengths – forças;
- Weaknesses – fraquezas;
- Opportunities– oportunidades;
- Threats- ameaças

A matriz foi construída a partir do conhecimento da entidade/órgão, especialmente pelo relatório de situação levantado.

| AMBIENTE INTERNO   | AMBIENTE EXTERNO  |
|--|---|
| <b>Forças</b>  | <b>Oportunidades</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Analistas com ótima capacidade técnica.</li><li>✓ Trabalho em equipe e comprometimento.</li><li>✓ Cargos de confiança ocupados por servidores da carreira.</li><li>✓ Facilidade e ofertas da EGOV para treinamento administrativo e de gestão.</li><li>✓ Bom relacionamento com a ASCOM gerando boa publicidade das atividades da diretoria.</li><li>✓ Apoio ao crédito mediante a utilização dos Fundos vinculados à SEAGRI.</li><li>✓ Capacidade de realização de diversos estudos nas diversas áreas de atuação da SEAGRI.</li><li>✓ Apoio à produção/desenvolvimento rural, por meio de diversas atividades específicas realizadas no âmbito da SEAGRI.</li><li>✓ Capacidade de auxiliar no controle de qualidade de alimentos.</li><li>✓ Capacidade de auxiliar no controle da utilização das terras rurais do DF.</li><li>✓ Capacidade de interação com a população rural do DF.</li><li>✓ Capacidade de realizar acordos/convênios com órgãos públicos e entidades privadas.</li><li>✓ Capacidade de incentivar e apoiar o processo de comercialização de produtos agropecuários gerados pelos produtores rurais do DF.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Aquisição de materiais por meio de Convênios.</li><li>✓ Aquisição de equipamentos por meio de Convênios.</li><li>✓ Aquisição de máquinas agrícolas por meio de Convênios.</li><li>✓ Proximidade com os públicos beneficiários fornecedor e consumidor.</li><li>✓ Conhecimento das demandas dirigidas aos diversos programas.</li><li>✓ Suporte ao estudo de isenção fiscal.</li><li>✓ Suporte ao planejamento de novas metas de execução.</li><li>✓ Fomento à economia local.</li><li>✓ Geração de emprego e renda.</li><li>✓ Incremento na qualidade de alimentos.</li><li>✓ Favorecimento aos arranjos produtivos locais.</li></ul> |

| <b>AMBIENTE INTERNO</b>   | <b>AMBIENTE EXTERNO</b>  |
|---|--|
| <b>Fraquezas</b>  | <b>Ameaças</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Insuficiência de recursos financeiros.</li> <li>✓ Insuficiência de recursos humanos.</li> <li>✓ Ausência de capacitação para as Áreas Técnicas.</li> <li>✓ Ausência de manutenção de próprios da Unidade (reforma de instalações e de rede elétrica/hidráulica/etc)</li> <li>✓ Ausência de materiais de campo.</li> <li>✓ Má qualidade de materiais adquiridos.</li> <li>✓ Morosidade dos processos de compras.</li> <li>✓ Morosidade dos processos de contratação de serviços.</li> <li>✓ Ausência de sistemas informatizados e específicos para todos os Setores da Unidade</li> <li>✓ Ausência de equipamentos e suprimentos de informática.</li> <li>✓ Ausência de meios de comunicação adequados.</li> <li>✓ Insuficiência no apoio logístico, relativo a: motoristas, veículos, manutenção e outros.</li> <li>✓ Fragilidade no controle da execução dos recursos arrecadados, por meio de convênios e outros.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Legislações inadequadas, ausentes ou não regulamentadas.</li> <li>✓ Atividades de inspeção/fiscalização que necessitam ser exercidas em horários pós-comercial e fins de semana gerando horário especial de servidores.</li> <li>✓ Aumento do número de estabelecimentos a serem inspecionados e/ou fiscalizados.</li> <li>✓ Aumento do número de propriedades rurais a serem inspecionadas e/ou fiscalizadas.</li> <li>✓ Filas para recebimento e/ou entrega de documentos</li> <li>✓ Descontentamento dos públicos-alvo da SEAGRI.</li> <li>✓ Descrédito da Unidade perante a população do Distrito Federal.</li> <li>✓ Grande número de eventos que demandam escala especial de trabalho para o serviço.</li> <li>✓ Dificuldade de captação de recursos financeiros provenientes de outros órgãos públicos e/ou entidades privadas.</li> </ul> |

### **13.2. Verificação dos Riscos**

A verificação de risco é uma ferramenta de diagnóstico que ajuda a avaliar a capacidade da Entidade de identificar e gerir seus riscos e serve para auxiliar quando da identificação dos riscos. As fontes de riscos podem estar relacionadas a processos, pessoas, legislação, tecnologia ou a fatores externos.

## ANÁLISE PRELIMINAR DE PERIGOS – SEAGRI

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |  |  |   |                             |  |
|--|--|--|---|-----------------------------|--|
| Nº                                     | Perigo   | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
| 1.                                     | Insuficiência de Recursos Humanos  | Saída de servidores (Aposentadoria, cessões, aprovações em outros concursos, término de contrato dos menores aprendizes e óbitos.)   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta do pleno cumprimento das atribuições da unidade;</li> <li>- Demora na realização das tarefas administrativas e especializadas demandadas, bem como no atendimento ao público, gerando filas (ex. recepção das declarações de vacina em época específica, registro de indústrias, avaliação de processos de rotulagem, dentre outros);</li> <li>- Escala especial de trabalho (ex. atividades de licenciamento sanitário para eventos no DF e recepção vacinas contra a febre aftosa (Lei Federal) em horários não comerciais e fins de semana.</li> <li>- Dificuldade na fiscalização do uso de agrotóxicos e comercialização de sementes/mudas;</li> <li>- Sobrecarga de serviços para os servidores do setor;</li> <li>- Algumas atividades feitas de imediato às pressas, e outras sem condições de serem atendidas;</li> <li>- Demora no atendimento de demandas imediatas.</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de processos de seleção por meio de concurso público;</li> <li>- Captação de servidores de outras Unidades Administrativas dentro do GDF;</li> <li>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade;</li> <li>- Contratação de estagiários para serviços administrativos e/ou de atendimento ao público;</li> <li>- Contratação de menores aprendizes para realização de tarefas mais simples, mas que demandam tempo;</li> </ul> |
| 2.                                     | Falta de Padronização no atendimento de demandas em geral (área meio e área fim), recursos, documentos a ser entregue com o pedido | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de uma tabela de temporalidade para melhorar o atendimento das demandas;</li> <li>- Falta de Comunicação entre as Unidades</li> <li>- Ausência de mapeamento e otimização de procedimentos.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- O cidadão fica entre a área o protocolo e o setor;</li> <li>- Demora no atendimento, retrabalho;</li> <li>- Imagem de desorganização do ambiente de trabalho;</li> <li>- Procedimentos falhos, morosos, desnecessários..</li> </ul>  | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição de padronização/mapeamento de processos, exemplo: check list;</li> <li>- Estabelecer rotinas de comunicação interna para alinhamento de informações/alterações necessárias e procedimento de atendimento.</li> </ul>  |
| 3.                                     | Insuficiência de Recursos Físicos/ Materiais /Tecnológicos (Protocolo)   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de espaço físico adequado para armazenagem das documentações da SEAGRI;</li> <li>- Inadequação do Protocolo que tem características de arquivo corrente;</li> <li>- Ausência de contrato de manutenção preventiva e corretiva do protocolador;</li> <li>- Ausência de um Sistema de Gestão de Documentos informatizado.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processos arquivados e acondicionados inadequadamente;</li> <li>- Risco de perda da informação e memória da SEAGRI;</li> <li>- Retrabalho - arquivar / desarquivar processo;</li> <li>- Protocolador com tinta fraca ou sem tinta;</li> <li>- Demora na resposta do cidadão e usuário interno e risco de perda de prazos.</li> </ul>   | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de um arquivo central da SEAGRI e/ou adequação das casinhas (espaço onde são armazenados os arquivos);</li> <li>- Realização de manutenção preventiva e corretiva do protocolador.</li> </ul>  |
| 4.                                     | Falta de renovação do quadro funcional   | Ausência de concursos.<br>(O último foi realizado em 2009 e já tem um estudo em andamento.)  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades da unidade impactadas por férias.</li> <li>- Demora na realização das tarefas administrativas e especializadas demandadas, bem como no atendimento ao público, gerando filas (ex. recepção das declarações de vacina em época específica);</li> <li>- Escala especial de trabalho (ex. atividades de licenciamento sanitário para eventos no DF e recepção vacinas contra a</li> </ul>  | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de processos de seleção por meio de concurso público;</li> <li>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade;</li> <li>- Contratação de estagiários para serviços administrativos e/ou de atendimento ao público.</li> </ul>   |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |  |   |  |                             |   |
|--|--|---|--|-----------------------------|---|
| Nº                                     | Perigo   | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|  |  |   | febre aftosa (Lei Federal) em horários não comerciais e fins de semana;<br>- Dificuldade na fiscalização do uso de agrotóxicos e comercialização de sementes/mudas.  |                             |   |
| 5.                                     | Aumento do desvio de Função                          | Insuficiência de Recursos Humanos;<br>A falta de recursos financeiros e orçamentário;<br>Morosidade na efetivação da contratação de mão de obra por licitação.  | - Profissionais da área técnica desempenhando funções administrativas. (vice - versa);<br>- Desmotivação dos servidores;<br>- Profissionais da área técnica desempenhando funções de motorista, arcando com todos os problemas e despesas advindos desta função. (O decreto 25.937/2005 estabeleceu que a contratação de motorista deve ser objeto – preferencialmente - de execução indireta.<br>No art. 15 do Decreto 32.880/11, parágrafo 1º, estabelece que as infrações de trânsito, multas e outras penalidades, praticadas na condução de veículos oficiais, incluindo-se os veículos locados, serão de inteira responsabilidade do respectivo condutor.) | II                          | - Realização de processos de seleção por meio de concurso público;<br>- Captação de servidores de outras Unidades Administrativas dentro do GDF;<br>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade;<br>- Contratação de estagiários para serviços de atendimento ao público;<br>- Correção dos desvios de função por meio de remanejamento interno, considerando que existem servidores (motoristas) no âmbito da unidade;<br>- Já existe um processo em andamento.  |
| 6.                                     | Não retenção de talentos                             | Falta de políticas de pessoal relativas à identificação, desenvolvimento e retenção de talentos;<br>Insatisfação com o plano de carreira existente.   | Fuga de talentos   | II                          | - Manutenção ou ampliação do percentual do cargos comissionados ocupados por servidores efetivos;<br>- Incentivar a participação, a inovação e o desenvolvimento dos servidores da unidade;<br>- Reformulação do plano de carreira.   |
| 7.                                     | Estrutura insuficiente para realização de atividades | - Veículos inadequados para o tipo de trabalho.<br>- Ausência de recursos próprios. (Fonte de recursos próprios);<br>- Falta de manutenção e/ou reforma de imóveis;<br>- Falta de recurso financeiro para manutenção;<br>- Ausência de telefone em postos externos da SEAGRI;<br>- Delimitação de utilização de celulares – Decreto nº 36.843, de 27/10/2015, que regulamenta a utilização de serviços de telefonia móvel e internet móvel nos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;<br>- Falta do pedido e de recurso financeiro para aquisições;<br>- Quantidade insuficiente de aparelhos telefônicos fixos e móveis e/ou falta de manutenção dos aparelhos fixos;<br>Inviabilidade da manutenção devido o baixo custo do aparelho;<br>- Inadequação das viaturas para atividades de campo;<br>- O processo de aquisição de veículos está amarrado a uma série de dificuldades tanto na estimativa do preço da | - Piora no ambiente laboral;<br>- Baixa otimização e modernização das ações em atividades de campo;<br>- Dificuldade na emissão de documentos demandados pelo público;<br>- Baixa confiabilidade/credibilidade dos serviços prestados;<br>- Morosidade ou impossibilidade prestação dos serviços;<br>- Descontentamento por parte do público-alvo da SEAGRI;<br>- Utilização de celulares particulares de servidores para realização das atividades inerentes da SEAGRI;<br>- Riscos de acidentes de trânsito ou paralisação dos serviços por falta de manutenção preventiva e corretiva de veículos disponíveis na SEAGRI.                                      | III                         | - Levantar juntos aos setores integrantes da unidade suas necessidades e estabelecer prioridades de atendimento;<br>- Apresentação de demandas melhor fundamentada/com justificativas bem elaboradas e com tempo/prazo necessário ao planejamento para atendimento de forma contínua e geral;<br>- Uma melhor comunicação entre os setores para uma a especificação ideal do veículo ideal à demanda.<br>Realização de manutenções/reformas paliativas;<br>- Estudo de viabilidade da necessidade de atendimento e uso de telefones e/ou radio-transmissores nas unidades externas da SEAGRI. |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |  |   |  |                             |   |
|--|--|---|--|-----------------------------|---|
| Nº                                     | Perigo   | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|  |  | <p>aquisição como cumprimento de normas gerais feitas pela SEPLAG;</p> <p>(O Decreto 32.880/11 dispõe sobre uso, aquisição e locação de veículos junto ao GDF. Em seu art. 23, é proibido a locação e a aquisição de veículos de representação e serviços por outras unidades do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal. Qualquer outra solicitação da SEAGRI fica condicionada à aprovação pela SEPLAG (Parágrafo único do mencionado art. 23 do Decreto 32.880/11.);</p> <p>- Quantidade de veículos e motoristas insuficientes para atender a demanda de trabalho;</p> <p>- Em razão do vencimento dos três contrato de locação (contrato n° 17/2010; 28/2011 e 16/ 2012). Foram devolvidos – referentes a esses contratos – <u>24 veículos</u> no total;</p> <p>- Falta de comunicação da área fim com os Transportes na adequação e quantificação de aquisição de novas compras de veículos;</p> <p>- A quantidade de motoristas no quadro é insuficiente, barrando em disponibilidade financeira e na indicação da SEPLAG de que serviços de motoristas no GDF devem por execução indireta - Decreto 25.937/2005.</p> |  |                             |   |
| 8.                                     | Estrutura insuficiente para realização de atividades | <p>- Ausência de contrato de manutenção preventiva e corretiva de veículos;</p> <p>- Falta ou inadequação de sistemas de monitoramento e fiscalização;</p> <p>- Quantidade insuficiente de carros;</p> <p>- Falta de conscientização do condutor que solicita o veículo. (Após a retirada da garagem da GETRANS, por muitas vezes retarda a sua saída atrapalhando o atendimento a outras demandas imediatas e urgentes.);</p> <p>- Laboratório com iluminação precária;</p> <p>- O fornecimento do material muitas fica prejudicado pelo não cumprimento do contrato pela empresa fornecedora, gerando o esgotamento da reserva de estoque;</p> <p>- Ausência de materiais básicos para a realização dos trabalhos de campo;</p> <p>- Quantidade de jalecos e botas insuficientes para o tipo de uso (diário);</p> <p>-Falta de planejamento da necessidade de materiais e</p>   | <p>- Pagamento de multas de trânsito e consertos por colisões a cargo dos servidores no exercício de atividades finalísticas da Unidade, tendo em vista a insuficiência de motoristas. (No art. 15 do Decreto 32.880/11, parágrafo 1°, estabelece que as infrações de trânsito, multas e outras penalidades, praticadas na condução de veículos oficiais, incluindo-se os veículos locados, serão de inteira reponsabilidade do respectivo condutor.);</p> <p>- Atividade de fiscalização comprometida em virtude da ausência de manutenção periódica e higienização do único veículo com instalações frigoríficas e da única câmara fria para armazenamento dos produtos apreendidos;</p> <p>- Veículos parados por saídas retardadas impossibilitados de atender às demandas imediatas e urgentes.</p> | III                         | <p>- Melhor comunicação com a SEPLAG para viabilizar os pedidos de aquisição de novos veículos (Haja vista a vedação do art. 23 do Decreto 32.880/11);</p> <p>- Verificar a lista dos veículos que não estão inclusos no Tick Car - Contrato SEPLAG n° 02/2015 – que permite a regularidade das manutenções de caráter preventivo e, principalmente, corretiva;</p> <p>- Realizar o levantamento de ausência de materiais e serviços para um planejamento de compras no atendimento às demandas em geral.</p> |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |  |   |   |                             |  |
|--|--|---|---|-----------------------------|--|
| Nº                                     | Perigo   | Causa   | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|  |  | serviços no âmbito da SEAGRI;<br>- Não foi apresentando às compras até o presente momento um resultado de um levantamento dos EPIs necessários para a compra completa.  |   |                             |  |
| 9.                                     | Estrutura insuficiente para realização de atividades | - Dificuldade de acesso a Internet ou oscilações de sinais;<br>- A falta de recursos para aquisição de Firewall com mais recursos que possa dar solução de segurança baseada em hardware ou software (mais comum) que, a partir de um conjunto de regras ou instruções, analisa o tráfego de rede para determinar quais operações de transmissão ou recepção de dados podem ser executadas;<br>- A falta de recursos para contratação de uma Solução de filtragem de conteúdo Web, o que possibilitaria a gestão e redução do tráfego de internet;<br>- Problemas em algumas unidades que se utilizam da comunicação via rádio não licenciado monitorada pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC;<br>- Prioridade do Governo do Distrito Federal em interligar as unidades da Secretaria de Saúde com sinal exclusivo da SEPLAG. Ainda não há um cronograma dessa implantação das unidades da SEAGRI;<br>- Dificuldade na aquisição, manutenção e/ou adequação de equipamentos de informática.<br>Falta de disponibilidade orçamentaria para que se possa efetuar um planejamento e priorização de demanda nas aquisições e manutenções e/ou adequação de equipamentos de informática. | Dependência de pontos de internet de outras entidades.          | III                         | - Foi solicitado recursos para essa demanda no orçamento financeiro para o exercício de 2017;<br>- Encontra-se em fase de implantação a interligação dessas unidades ao Data Center através de fibra ótica.  |
| 10.                                    | Estrutura insuficiente para realização de atividades | - Email institucional com acesso difícil e capacidade de espaço inadequada às necessidades dos serviços realizados;<br>- Alguns usuários utilizam-se do e-mail institucional da SEAGRI como forma de comunicação pessoal.<br>- Falta ou inadequação de sistemas de monitoramento e fiscalização;<br>- Ausência de softwares/programas específicos para a área de fiscalização, que auxilie no trabalho e facilite o fluxo de informações entre o serviço de inspeção e a população;<br>- Insuficiência de computadores e outros equipamentos de   | Dificuldade de comunicação entre os colaboradores e servidores. | III                         | - Deve-se institucionalizar na SEAGRI o e-mail @seagri.gov.df.br como sendo uma das formas de comunicação oficial do órgão para a partir daí verificar-se, após a utilização, as demandas dos usuários, identificando-se portanto quais são as dificuldades de acesso e utilização referidas, e com isso possibilitar a elaboração de treinamentos em relação ao manuseio dos documentos armazenados no e-mail;<br>- Reforçar a necessidade da aproximação das unidades finalísticas ao setor de informática, para realização de um trabalho mais direcionado ao atendimento e total |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |   |  |   |                             |   |
|--|---|--|---|-----------------------------|---|
| Nº                                     | Perigo  | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|  |   | informática (ex tablets, impressoras portáteis, notebooks, scanners, dentre outros);<br>- Atualmente não possuímos insuficiência de computadores em nenhuma das nossas unidades, com relação outros equipamentos de informática conforme exemplificado, tais demandas não estão sendo atendidas por falta de recursos financeiros.   |   |                             | adequação dos sistemas às necessidades das unidades de monitoramento e fiscalização;<br>- Há o SISTEMA DE DEFESA AGROPECUÁRIA aplicativo voltado para atender as demandas de automação das atividades da defesa agropecuária da SEAGRI, onde o <b>Módulo de Inspeção</b> encontra-se em desenvolvimento.  |
| 11.                                    | Responsabilidade objetiva nos casos de acidente de trânsito com veículos oficiais | A polícia civil tem dificultado a realização de perícia nos casos de acidente sem vítima.  | O carro fica parado, aguardando o laudo pericial com a indicação do responsável pelo acidente.  | III                         | Uma maior parceria entre a Polícia Civil e a SEAGRI na agilidade da responsabilização relativo a esse tipo de situação.   |
| 12.                                    | Movimentação de bens patrimoniais sem devido registro.                            | Dentro da mesma unidade, onde há diferentes gestores, ocorre indevidamente a troca de materiais (propositalmente ou não).  | - Falta de material já adquirido e tombado para uso em exercício;<br>- Dificuldade de controle sobre os bens e até eventual perda destes;<br>- Prejuízo de recursos financeiros, materiais e de tempo na realização de tarefas;<br>- Dificuldade na reposição de bens extraviados, pois depende de devido processo legal;<br>- Tomadas de contas para ressarcimento ao erário sob o bem perdido ou danificado.  | III                         | - Maior nível de distribuição de bens entre os servidores das Unidades e, conseqüentemente, mais responsabilização sobre estes;<br>- Divulgação das atividades da Gerência de Patrimônio entre os servidores das demais Unidades para que estes assimilem a responsabilização sobre o patrimônio público disponível;<br>- Realização de inventário trimestral a ser declarado ao gestor da Subsecretaria e este continua respondendo anualmente à Gerência de patrimônio. |
| 13.                                    | Falta de realização de vistorias imobiliárias.                                    | Ocupadores irregulares não permitem a realização de vistoria ou até mesmo oferecem risco ao servidor vistoriador.  | - Descontrole sobre o patrimônio da Pasta;<br>- Demora na utilização do bem imóvel em sua devida finalidade;<br>- Responsabilização da Secretaria em eventuais ocorrências alheias;<br>- Destinação diferente daquela objeto de aquisição e manutenção do bem imóvel;<br>- Falta de recursos humanos no desenvolvimento da atividade, sendo uma atividade preterida pelos servidores em risco;<br>- Dificuldade na fiscalização sobre o uso de imóveis de importância estratégica ao desenvolvimento rural. | III                         | - Realização de determinadas vistorias com acompanhamento policial;<br>- Criação de obrigações aos ocupantes inerentes ao uso e finalidade do imóvel;<br>- Criação de penalidade (multa) ao ocupante que, sem fundamentação, negar entrada ao vistoriador.  |
| 14.                                    | Morosidade dos Processos de Aquisição   | - Falta de estrutura geral no Órgão competente para realizar os procedimentos licitatórios, que seja suficiente para o atendimento de todos os Órgãos de Governo;<br>- Inexistência de prazo legal para que o Órgão Gestor do procedimento licitatório conclua seus procedimentos;<br>- Forma inadequada e excesso de formalidades exigido no procedimento de pesquisas de preços para composição de custos em termos de referência;<br>- Excesso de documentos exigidos para realizar | - Inexecução de serviços por falta de materiais;<br>- Execução inadequada de serviços por falta de materiais;<br>- Constante falta de materiais e equipamentos indispensáveis, como medicamentos, materiais de análise laboratorial, equipamentos de proteção individual, ração para animais, itens básicos de manutenção dos próprios, entre outros.   | III                         | - Que o Órgão passe a executar seus próprios procedimentos licitatórios, participando do regime centralizado apenas no que se refere ao sistema de registro de preços.  |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |  |  |   |                             |   |
|--|--|--|---|-----------------------------|---|
| Nº                                     | Perigo   | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|  |  | <p>procedimentos de adesão a registro de preços;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alto índice de retorno de autos para correções solicitadas pelo Órgão Gestor do Processo Licitatório, em razão do receio de eventuais impactos negativos de quaisquer aquisições no âmbito da mídia ou dos Órgãos de Controle;</li> <li>- Interpretações errôneas que extrapolam o texto legal por parte da assessoria jurídica do Órgão Gestor das Licitações;</li> <li>- Elaboração de processos de aquisição sem o conhecimento prévio da disponibilidade orçamentária, o que gera a interrupção do procedimento na etapa de informação orçamentária;</li> <li>- Subutilização de suprimento de fundos;</li> </ul>  |   |                             |   |
| 15.                                    | Excesso de ocorrência de licitações desertas e fracassadas | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Viés do Órgão Gestor dos procedimentos licitatórios pela utilização de preços públicos para realização de pesquisas de preços.</li> </ul> <p><b>(Os preços públicos em geral são inexequíveis, por não serem atuais e por se referirem a aquisições em grandes quantidades nos sistemas de registro de preços – além de em geral se referirem a aquisições de empresas especializadas nos processos licitatórios, que cotam valores abaixo do mercado na expectativa de vencer o procedimento e posteriormente entregar materiais em condições diversas daquelas especificadas em Edital.)</b></p>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Morosidade ainda maior no procedimento de aquisição, que terá de ser refeito;</li> <li>- Aumento de custos para a Administração, posto que há um custo de aquisição gerado em cada procedimento;</li> <li>- Falta de materiais, conforme item anterior.</li> </ul>   | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Que o Órgão passe a executar seus próprios procedimentos licitatórios, participando do regime centralizado apenas no que se refere ao sistema de registro de preços;</li> <li>- Que continuemos buscando a interlocução com o Órgão Gestor para demonstrar os efeitos nocivos da prática determinada quanto às pesquisas de preços.</li> </ul>   |
| 16.                                    | Excesso de inadimplementos por parte de fornecedores;      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de fornecedores especializados nos procedimentos licitatórios, os quais não possuem materiais em seu estoque, bem como contam com a benevolência dos gestores em admitir atrasos na entrega e o fornecimento de materiais com especificações inferiores às licitadas;</li> <li>- Dificuldade em afastar estes mesmos fornecedores dos procedimentos licitatórios, por falta de compreensão geral do problema por parte da Administração, que tem por hábito evitar a aplicação das punições adequadas;</li> <li>- Aquisições por meio do sistema de registro de preços, que necessita da manutenção de preços pelo período de até 12 meses, o que gera a rápida defasagem dos preços em período inflacionário; sendo que, mesmo os fornecedores tendo conhecimento de suas obrigações, não ajustam seus preços adequadamente de forma que possam ser mantidos</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Frustração dos processos de aquisição, e consequente falta de materiais;</li> <li>- Aumento da demanda de serviço em decorrência da necessidade de realização dos procedimentos necessários à aplicação de penalidades (cálculo de multas, relatórios dos fatos, análise de recursos);</li> <li>- Aumento do prazo e dos custos de aquisição.</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- É necessária a construção de uma conjuntura favorável ao afastamento destas empresas dos procedimentos licitatórios, tomando-se medias como:</li> <li>- Aplicação das sanções hábeis ao afastamento de fornecedores recorrentes em inadimplementos;</li> <li>- Melhor regulamentação da aplicabilidade destas mesmas penas, a fim de dar efetividade ao seu cumprimento;</li> <li>- Fiscalização dos contratos de fornecimento, a fim de punir gestores que permitem que fornecedores inidôneos causem prejuízos à Administração sem sofrer qualquer tipo de punição;</li> <li>- Fiscalização de fornecedores habituais da Administração, a fim de evitar que um mesmo proprietário possua diversas empresas de fachada para participar de licitações e garantindo que todas as</li> </ul> |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |   |  |   |                             |   |
|--|---|--|---|-----------------------------|---|
| Nº                                     | Perigo  | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|  |   | no período;<br>- Inadequada elaboração dos editais e termos de referência para a realização de registro de preços, pois não são definidos quantitativos mínimos por aquisição (parcelas mínimas de fornecimento), de forma que não é possível aos fornecedores realizar um adequado dimensionamento dos custos, e os Órgãos são obrigados a se utilizarem do registro de preços e os fornecedores a realizarem o fornecimento, mesmo quando a parcela a ser adquirida não cobre sequer os custos de entrega.   |   |                             | empresas de um mesmo dono sejam suspensa, declaradas inidôneas, ou impedidas de participar de licitações, quando uma delas seja atingida com esta pena.   |
| 17.                                    | Restrição aos pedidos de transferência de material                        | - Bloqueou-se a ferramenta de PTM, a partir do exercício de 2015, sem regulamentação que lhe respalde que todos os PTMs teriam que ser previamente autorizados pelo gestor do sistema;<br><b>(Os Pedidos de Transferência de Material (PTM) entre Órgãos é ferramenta do Sigma.net utilizada para redistribuir materiais entre almoxarifados, de forma que é possível ceder materiais que não mais são necessários e requisitar materiais que faltam em estoque e estão disponíveis em outros almoxarifados, causando economia para a Administração.)</b>  | - Aumento de custos para a Administração, pois passou a ser obrigatória a aquisição onerosa de materiais que poderiam ser obtidos gratuitamente em outros estoques;<br>- As transferências entre almoxarifados, que antes eram uma ferramenta de celeridade, passaram a ser morosas e ineficientes;<br>- Os gestores de almoxarifados passaram a não mais disponibilizar e solicitar PTMs, pois desconhecem a legislação a respeito, e temem as reprimendas que possam sofrer do gestor do sistema ao solicitarem autorização para PTM;<br>- Aumento da ociosidade dos estoques, pois, quando os materiais deixam de ser necessários no Órgão, passou a ser mais difícil disponibilizá-los para uso em outros Órgãos. | II                          | - É necessário continuar insistindo para que o gestor do Sigma.net adote outra postura em relação aos pedidos de transferência de material;<br>- Questionar a posição tomada pela SEPLAG quanto à restrição dos PTMs. Ao invés de solicitar os materiais de outros almoxarifados, a SEPLAG tem indicado que a aquisição dos materiais sejam feitas por sistema de registro de preços. |
| 18.                                    | Impossibilidade de aquisição de materiais de manutenção corretiva predial | - Falta de serviços de manutenção predial e de pessoal especializado;<br>- Insuficiência de recursos orçamentários para a contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva dos próprios;<br>- Morosidade dos processos de aquisição;<br>- Impossibilidade de previsão de demanda da maior parte dos materiais, por serem inúmeros os materiais, eventual e improvável o uso e em ocasiões emergenciais (exemplo: conexões, tubos de pvc, fusíveis, parafusos e porcas, materiais de vedação);<br>- Impossibilidade de submeter este tipo de demanda ao processo licitatório, por ser antieconômica a aquisição, em razão do grande número de itens cuja necessidade é possível, bem como em razão das demandas surgirem em momentos de necessidade urgente; | - Falta de materiais críticos à solução de emergências como goteiras, vazamentos de água, quebra de equipamentos prediais em geral;<br>- Necessidade de desembolso de recursos de funcionários para o atendimento deste tipo de demanda;<br>- Histórico de formação de estoques ociosos e obsoletos, e que acabam por não atender as demandas com efetividade, em razão das frustradas tentativas de previsão deste tipo de demanda e solução da necessidade com a formação de estoques;<br>- Prejuízos ao patrimônio público e à segurança dos funcionários, em razão da inadequada e inconstante solução dos problemas de manutenção predial.   | III                         | Contratação de empresa especializada na manutenção predial preventiva e corretiva, que forneça a mão de obra e os materiais necessários. Sendo necessária a dotação de recursos suficientes para tal.   |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |   |   |  |                             |   |
|--|---|---|--|-----------------------------|---|
| Nº                                     | Perigo  | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|  |   | - Inexistência de suprimento de fundos para aquisição dos materiais que não podem se submeter ao procedimento licitatório.  |  |                             |   |
| 19.                                    | Falta de programação para aquisição de materiais da atividade fim | As áreas técnicas de fiscalização apenas comunicam as suas necessidades de material quando não há tempo hábil para a aquisição, ainda que seja de conhecimento geral que os procedimentos de aquisição duram, em média, 9 meses para serem concluídos.  | - Falta de materiais necessários à realização de procedimentos de fiscalização e sanidade agropecuária;<br>- Aumento dos custos de aquisição, por serem realizados diversos procedimentos para aquisição de itens similares.   | II                          | - É necessário que, juntamente com a programação anual das atividades da área fim, sejam programados quais materiais serão necessários a estas atividades;<br>- É necessária a realização de registro de preços anual, para que haja sempre a possibilidade de aquisição em curto espaço de tempo daqueles materiais eventualmente necessários ao atendimento de ocorrências possíveis, mas não suscetíveis de programação ou previsão com razoável nível de certeza. |
| 20.                                    | Aquisição de materiais sem previsão adequada de uso               | Em razão da demora no procedimento licitatório, as áreas demandantes tendem, quando solicitam a aquisição de materiais, a solicitar materiais em quantitativo excessivo, desproporcional ao uso esperado, provavelmente para que não tenham que esperar por novas aquisições em exercícios futuros.<br><b>(Para que não haja inexecução de recursos de convênio, muitas vezes são adquiridos materiais em quantitativo maior que o necessário);</b><br>Aparentemente, há também despreparo das áreas demandantes para estabelecer critérios hábeis para prever o uso de materiais, o que leva ao hiperdimensionamento da demanda. | - Desperdício de recursos escassos com materiais desnecessários, e conseqüente falta de recursos para aquisição de materiais necessários à prestação dos serviços públicos;<br>- Formação de estoques ociosos e obsoletos;<br>- Necessidade de baixa de materiais por decurso do prazo de validade, ou por se tomarem estoques ociosos e obsoletos;<br>- Conseqüentemente, utilização de materiais em finalidades diferentes daquelas para as quais foram adquiridos;<br>- Utilização antieconômica dos materiais, como conseqüência natural do excesso de estoques. | II                          | - É necessário que as aquisições de materiais de consumo sejam programadas em conjunto com a Gerência de Material; inclusive quando tratar-se de materiais programados em planos de trabalho com vistas à celebração de convênios e contratos de repasse com Órgãos da União;<br>- Autonomia de aquisição de materiais de uso específicos por meio de licitação na própria SEAGRI.  |
| 21.                                    | Sistema ineficiente e inadequado às atividades (SIGMA)            | O Sistema Integrado de Gestão de Materiais não possui ferramentas adequadas para a análise de estoques e a previsão de demandas. Nem assim ferramentas para a consecução de procedimentos básicos, como a devolução de pedidos internos de material.  | - Alto nível de dificuldade e ineficiência na execução de procedimentos de rotina, como a obtenção de médias mensais de consumo efetivas;<br>- A devolução ao almoxarifado de materiais não utilizados, e análises básicas dos estoques da instituição (como classificações "abc" ou "xyz", estabelecimento de padrões de consumo, etc.).  | III                         | - É necessário que o sistema SIGMA seja repensado e atualizado, em conjunto com os usuários; e que a gestão do sistema seja mais aberta à compreender as dificuldades dos usuários, pois a postura tem sido historicamente defensiva em relação aos usuários do sistema; negando-se os problemas existentes.  |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |  |   |  |                             |  |
|--|--|---|--|-----------------------------|--|
| Nº                                     | Perigo   | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
| 22.                                    | Dificuldade de solucionar problemas básicos junto à gestão do Sigma.net                  | Os gestores do sistema não possuem experiência razoável na gestão de almoxarifados, compras e materiais, e nem assim especialização adequada na área.<br><i>(Assim, além da notória ineficiência do Sigma.net, a todo momento há decisões por parte da gestão do sistema totalmente desconectadas das necessidades da logística de suprimentos nos Órgãos, que geram ainda maiores dificuldades para a administração de situações aparentemente simples.)</i> | - Ineficiência, retrabalho e morosidade nos procedimentos.<br>Exemplos de situações práticas ocorridas no presente exercício: para que o sistema de registro de preços tenha uma melhor aparência de eficiência, foram limitados os PTMs, a fim de que os Órgãos adquiram materiais no sistema de registro de preços, mesmo havendo disponibilidade gratuita em outros almoxarifados;<br>- Foi bloqueado o registro de entrada de mais de uma nota fiscal por Empenho Ordinário, sob a alegação de que empenho ordinário é para entrega em uma única parcela. Como se isto fosse impedimento para que seja gerada mais de uma nota fiscal para a entrega – o que impediu o registro de entrega de tubos ocorrida na modalidade ordinário, mas em vários caminhões, por ser de grande volume, o que gerou a necessidade da emissão de várias notas fiscais.<br>Nos casos em que há divergências de classificação econômica de despesa entre o empenho e o código constante no sistema, é determinado o cancelamento do empenho, ainda que ambas as classificações estejam de acordo com a norma.<br>- Os códigos utilizados nos almoxarifados são frequentemente bloqueados, sem consulta, o que gera a necessidade constante de troca de códigos para materiais idênticos, prejudicando a pesquisa de histórico de consumo e a organização do inventário. Entre outras diversas situações. | II                          | - É necessário buscar cada vez mais uma maior e melhor comunicação com os gestores do sistema, a fim de que compreendam as reais dificuldades enfrentadas na gestão de materiais, percebam os erros cometidos e suas consequências, e abandonem a postura autocrática e defensiva perante os gestores de materiais em cada Órgão.  |
| 23.                                    | Dificuldades de os usuários operarem e compreenderem o Sigma.net e a gestão de materiais | O Sigma.net não possui ferramentas autoexplicativas, e há necessidade de constante treinamento e auxílio dos usuários para utilização do sistema.<br><i>(Assim também, a gestão de materiais possui ampla gama de normas a serem observadas, sendo difícil aos usuários compreenderem as normas que devem ser cumpridas.)</i>   | - Aumento da demanda de trabalho, pois é constante o atendimento dos requisitantes para que consigam utilizar as ferramentas do sistema;<br>- Desconhecimento dos procedimentos adequados para solicitar materiais no almoxarifado ou solicitar materiais para aquisição, quando não existem em estoque;<br>- Frequentemente conflito dos usuários com os servidores do almoxarifado, por acreditarem que fatores negativos como as demoras nas aquisições e a impossibilidade do atendimento de demandas decorram de má vontade dos servidores da unidade.  | I                           | - Divulgação dos materiais didáticos elaborados pela Gerência de Material; para que conheçam os procedimentos, seus deveres e a forma mais adequada de realizar cada operação com materiais;<br>- Realização de mais eventos de capacitação para os usuários;<br>- Atuar junto à Administração para o aprimoramento das normas e do Sigma.net, de forma que se tomem mais efetivos para atendimento das necessidades dos usuários. |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |  |  |   |                             |   |
|--|--|--|---|-----------------------------|---|
| Nº                                     | Perigo   | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
| 24.                                    | Morosidade nos processos de compras                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Centralização dos procedimentos licitatórios na SEPLAG/DF. (A lei nº 2.340/99 – lei que criou a central de compras e que determinou que compras do GDF devem ser centralizadas.</li> <li>- Em geral, a média os processos demoram - caso não haja correções - de duas a três semanas pelo excesso de setores que o processo passa para conferência das exigências impostas pela central, desde de o setor jurídico até a elaboração do edital.</li> <li>- As maiores dificuldades enfrentadas no processo interno é quanto à pesquisa de preço e a disponibilidade financeira. Essas situações são as responsáveis pela extensão do prazo de demanda.</li> <li>- A demora na central de compras se dá, principalmente, na conferência do Termo de Referência e Pesquisa de Preço, protelando ainda mais o prazo caso haja correções a serem feitas.)</li> </ul> | - Desabastecimento  | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Buscar junto ao órgão responsável pelas contratações alternativas para torna mais ágil a contratação;</li> <li>- Reforça-se a necessidade de que a SEAGRI tenha uma unidade para licitação e um pregoeiro dos seus próprios processos de Compras. Assim, haveria uma comprovação da eficiência, eficácia e efetividade nas compras ao se dar autonomia à SEAGRI, tendo suas compras estabelecidas no órgão.</li> </ul> |
| 25.                                    | Problemas com a comunicação interna e externa na Unidade | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade na comunicação interna com gestores mais distantes da equipe de fiscalização;</li> <li>- Insuficiência na divulgação das ações da SEAGRI para o público externo.</li> </ul>   | - Ausência de apoio técnico e administrativo às equipes externas da SEAGRI  | II                          | Promover uma maior interação entre os setores da SEAGRI.  |
| 26.                                    | Procedimentos básicos desestruturados                    | Ausência de mapeamento e otimização de procedimentos   | - Procedimentos não uniformes, falhos e/ou desnecessários.  | III                         | Realizar mapeamento de processos, com o intuito de otimizá-los.   |
| 27.                                    | Capacitação insuficiente na área administrativa          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de recursos;</li> <li>- Ausência de incentivos para promoção de capacitações.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Perda da eficiência no atendimento às demandas do setor;</li> <li>- Apresentação de informações imprecisas.</li> </ul> | III                         | Disponibilizar recursos orçamentário-financeiro para capacitação continuada dos servidores.   |
| 28.                                    | Capacitação insuficiente nas áreas técnicas              | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de recursos;</li> <li>- Dificuldade na contratação de treinamentos e aquisição de material adequado para organização do treinamento;</li> <li>- Dificuldade em conseguir capacitação técnica para a atividade de inspeção;</li> <li>- Ausência de realização de cursos de capacitação específicos da área laboratório;</li> <li>- Excesso de burocracia e entraves para capacitação nas atividades de fiscalização agropecuária, por ausência de planejamento nas áreas interessadas;</li> <li>- Pouca de participação em congressos e seminários reconhecidos nacional e internacionalmente.</li> </ul>  | - Servidores desatualizados e/ ou não capacitados para a execução das atividades finalísticas específicas.  | III                         | Aprimorar a política de capacitação técnica no âmbito da unidade.   |

| PLANILHA 01 - ÁREA MEIO – SEAGRI /SUAG |   |  |   |                             |  |
|--|---|--|---|-----------------------------|--|
| Nº                                     | Perigo  | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
| 29.                                    | Possibilidade de execução deficiente de objetos de convênios e instrumentos congêneres em que a SEAGRI atue como convenente | <p>- Falta de pessoal e/ou estrutura administrativa. (A Gerência de Contratos e Convênios, GECONV, foi fortalecida a partir de abril/2013, com a nomeação de 7 (sete) servidores conforme DODF nº 76, página 29, de 15/04/2013, DODF nº 158, página 16 de 02/08/2013 e DODF nº 218, página 22 de 18/10/2013. <b>(Tais nomeações, somado ao Gerente do setor, formavam uma equipe com 8 (oito) servidores; quadro que começou a sofrer redução com a saída de servidores nomeados em outros concursos, redundando atualmente numa equipe com 4 (quatro) servidores.);</b></p> <p>- Morosidade nos processos de compras (A lei nº 2.340/99 – lei que criou a central de compras e que determinou que compras do GDF devem ser centralizadas. <b>(Em geral, a média os processos demoram - caso não haja correções - de duas a três semanas pelo excesso de setores que o processo passa para conferência das exigências impostas pela central, desde de o setor jurídico até a elaboração do edital.);</b></p> <p>- As maiores dificuldades enfrentadas no processo interno é quanto à pesquisa de preço e a disponibilidade financeira. Essas situações são as responsáveis pela extensão do prazo de demanda;</p> <p>- A demora na central de compras se dá, principalmente, na conferência do Termo de Referência e Pesquisa de Preço, protelando ainda mais o prazo caso haja correções a serem feitas.)</p> | - Possibilidade de perda de recursos advindo de convênio e instrumentos congêneres.           | II                          | <p>- Estabelecer rotinas para tornar mais eficiente a execução de convênios e avaliar a capacidade física da Secretaria em arcar com os compromissos assumidos;</p> <p>- Quanto a necessidade de recomposição do quadro de pessoal da GECONV, tramita no RH desta pasta Processo Administrativo, nº 070.001.410/2016, a fim de subsidiar a realização de estudos para deflagração de concurso público.</p> |
| 30.                                    | Possibilidade de falhas no acompanhamento de convênio e instrumento em que a SEAGRI atue como concedente.                   | <p>- Insuficiência de recursos humanos e veículos;</p> <p>- Dificuldade em manter controles consistentes para mensuração da ação dos conveniados.</p>  | - Possibilidade de má aplicação de recursos públicos e não cumprimento do objeto do convênio. | III                         | Dar o todo o suporte ao atendimento às necessidades dos executores de contratos/convênios no âmbito da SEAGRI.   |

Observação: os textos em vermelho são explicações dos comentários.

**PLANILHA 02 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIPOVA/DISAF)**

| Nº | Perigo  | Causa   | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|----|---|---|---|-----------------------------|---|
| 1. | Lacunas na regulamentação de normas de fiscalização.  | Regulamentação falha e/ou inexistente   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de fiscalização do uso de agrotóxicos e afins.</li> <li>- Legislação rígida para a emissão do Certificado do RENASEM para comercialização de semente e mudas, apresentando o mesmo nível de cobrança para diferentes tipos de revendedores.</li> <li>- Deficiência na legislação do registro de agroindústrias de produto de origem animal, vegetal e artesanal.</li> <li>- Dificuldades na atuação de inspeções e fiscalizações de um modo geral na DIPOVA e DISAF.</li> <li>- Inexistência de instrumento formal para inutilização de produtos apreendidos.</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar levantamento das lacunas existentes e propor o aprimoramento da regulamentação.</li> <li>- Estabelecer rotina de constante revisão dos normativos tendo em vista situações concretas e hipotéticas</li> </ul> |
| 2. | Dificuldade no cadastramento de propriedades com exploração agropecuária.                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de documentos que comprovem a posse de Terra.</li> <li>- Legislação sobre o cadastro vinculada ao documento de posse de terra.</li> <li>- Falta de padronização nos endereços das áreas rurais</li> </ul>                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade no cadastramento e fiscalização das propriedades com exploração agropecuária no DF.</li> <li>- Ambiguidade no preenchimento dos dados e dificuldade para envio de correspondências</li> </ul>  | III                         | Realizar levantamento das lacunas existentes e propor o aprimoramento da regulamentação   |
| 3. | Demora na realização do registro para comercialização de produtos (ex. agrotóxicos).                | Morosidade na expedição de documentos por outros órgãos governamentais (ex. IBRAM).   | - Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.  | III                         | Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a aceleração do processo junto aos órgãos envolvidos.   |
| 4. | Dificuldade de controle do comércio de agrotóxicos e afins  | Inexistência de sistema informatizado ou outro eficiente que permita o monitoramento de todos os produtos comercializados   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados inconsistentes e por vezes inexistentes.</li> <li>- Dificuldade no direcionamento de ações de fiscalização e educação sanitária</li> </ul>   | III                         | Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando à aceleração dos processos internos na Unidade.   |
| 5. | Dificuldade na fiscalização do comércio e uso de insumos agrícolas (agrotóxicos e sementes e mudas) | - Insuficiência de recursos humanos   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sobrecarga dos servidores</li> <li>- Demora na revisão das normas</li> <li>- Serviço prestado aquém do necessário</li> </ul>   | III                         | Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos processos internos na Unidade.   |
| 6. | Impossibilidade de emissão eletrônica de documentos (ex. PTV – Permissão de trânsito de vegetais).  | Ausência de sistemas adaptados.   | Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.  | III                         | Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando à aceleração dos processos internos na Unidade.   |
| 7. | Insuficiência de técnicos habilitados para emissão de certificado fitossanitário de origem          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de realização de cursos de habilitação de responsáveis técnicos para emissão de certificado fitossanitário de origem (Exigência legal, com validade de 5 anos).</li> <li>- Falta de recursos financeiros.</li> </ul> | <p>Número de técnicos habilitados insuficiente no mercado</p> <p>Morosidade na emissão do certificado fitossanitário de origem.</p>   | II                          | Aprimorar a política de capacitação técnica no âmbito da unidade.   |

**PLANILHA 02 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIPOVA/DISAF)**

| Nº  | Perigo  | Causa   | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|-----|---|---|---|-----------------------------|--|
| 8.  | Impossibilidade de armazenamento de produtos apreendidos  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de recursos.</li> <li>--Inexistência de espaço apropriado para produtos apreendidos (produtos de origem animal e vegetal, agrotóxicos, mudas).</li> </ul>  | Dificuldade e/ou até impossibilidade de fiscalização de trânsito de produtos de origem vegetal e animal no âmbito do Distrito Federal.<br>Dificuldade na fiscalização do trânsito de produtos vegetais e insumos agrícolas. | III                         | Levantar junto aos setores integrantes da unidade suas necessidades e estabelecer prioridades de atendimento   |
| 9.  | Inspeções e fiscalizações tecnicamente inadequadas  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de equipamentos calibrados pelos órgãos competentes para realizar as ações fiscais com termômetros e pHâmetros.</li> <li>- Equipamentos antigos e sem manutenção.</li> <li>- Falta de reagentes e vidrarias para realização de análises</li> </ul>  | Falhas em análises executadas durante inspeções e fiscalizações.  | III                         | Levantar junto aos setores integrantes da unidade suas necessidades e estabelecer prioridades de atendimento   |
| 10. | Ausência de conferência <i>in loco</i> da destinação dos animais, informada na Guia de Trânsito de Animais – GTA. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fragilidade no controle/ fiscalização das GTAs.</li> <li>- Recursos humanos insuficientes.</li> <li>- Veículos insuficientes.</li> <li>- Os animais não são conferidos no embarque.</li> <li>- Demora na realização da conferência dos animais no momento do embarque.</li> <li>- Muitas guias emitidas no mês sem que ocorra a conferência da chegada dos animais ao destino programado.</li> </ul> | O documento pode ser burlado, quando mal utilizado pelos usuários.  | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos processos internos na Unidade.</li> <li>- Na verificação da autenticidade deveria haver um campo mostrando se a guia é válida ou não; não apenas que foi emitida.</li> </ul> |
| 11. | Inconsistências na Declaração de Vacinação  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nem todos os boletins sanitários são enviados.</li> <li>- Alguns enviados não constam todas as informações necessárias.</li> <li>- Alguns enviados constam informações falsas.</li> </ul>  | Ausência de Controle Efetivo da Vacinação de animais (Vacinação contra Febre Aftosa e/ou outras).   | III                         | Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos processos internos na Unidade.  |

**PLANILHA 02 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIPOVA/DISAF)**

| Nº  | Perigo   | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|-----|--|---|--|-----------------------------|---|
| 12. | Morosidade e possibilidade de falhas em Registros de Agroindústrias de origem animal, vegetal e artesanal.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de veículos e/ou inadequação dos mesmos às atividades executadas.</li> <li>- Aumento considerável de solicitações de registros, por parte das agroindústrias.</li> <li>- Escassez de recursos humanos para realização de vistorias dos estabelecimentos, análise de rótulos e plantas.</li> <li>- Ausência e/ ou insuficiência de profissional agrônomo e veterinário na DIPOVA para desempenho das atividades inerentes ao registro de agroindústrias de produtos de origem vegetal.</li> <li>- Legislação Distrital extensa, desatualizada, precária e/ou falha; dificultando as ações fiscais sanitárias.</li> <li>- Ausência de Legislação Federal.</li> <li>- Interferência política no processo.</li> <li>- Desconhecimento dos consumidores e dos produtores quanto às exigências sanitárias legais e os serviços prestados pela DIPOVA/SEAGRI.</li> <li>- Pouco reconhecimento, apoio a valorização dos serviços desempenhados pela DIPOVA por parte da SEAGRI.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.</li> <li>- Necessidade de longo período para a efetivação de Registros de Agroindústrias de origem animal, vegetal e artesanal.</li> <li>- Risco de emissão de registros em desacordo com as normas vigentes, por falta de clareza ou omissão das normas.</li> <li>- Obtenção de registro por parte de agroindústrias que não se enquadram no perfil, em virtude da falta de clareza das normas vigentes.</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de processos de seleção por meio de concurso público.</li> <li>- Captação de servidores cedidos a outras Unidades Administrativas dentro do GDF.</li> <li>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade.</li> <li>- Realizar levantamento das lacunas existentes e propor o aprimoramento da regulamentação.</li> <li>- Estabelecer rotina de constante revisão dos normativos tendo em vista situações concretas e hipotéticas.</li> <li>- Realizar levantamento dos problemas e propor o aprimoramento visando a a solução dos problemas e a melhoria dos procedimentos e dos controles internos e externos existentes.</li> <li>- Revisão e publicação das normas relativas ao registro de agroindústrias de origem animal, vegetal e artesanal.</li> <li>- Implantação de sistema informatizado para acompanhamento pelos usuários do andamento dos processos de registros e de emissão de documentos no âmbito da SEAGRI.</li> </ul> |
| 13. | Risco na manutenção, por parte dos estabelecimentos, da documentação necessária para o Registro de Agroindústrias de origem animal, vegetal e artesanal, após o seu recebimento. | Ausência de manutenção da regularidade da documentação ambiental e de funcionamento.  | Existência de estabelecimentos com registro, que se encontram irregulares com a documentação ambiental e de funcionamento.   | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar levantamento dos problemas e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos procedimentos e dos controles internos e externos existentes.</li> <li>- Proceder a revisão dos processos de liberação de registros (em especial os mais antigos), em virtude da necessidade de readequação à legislação atual.</li> </ul>   |

**PLANILHA 02 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIPOVA/DISAF)**

| Nº  | Perigo   | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|-----|--|--|---|-----------------------------|---|
| 14. | Dificuldade na fiscalização de trânsito de produtos de origem vegetal e animal       | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de recursos humanos.</li> <li>- Falta de capacitação direcionada para esse tipo de fiscalização.</li> <li>- Falta de recursos financeiros para aquisição de câmaras frias, veículos e outros.</li> <li>- Falta de veículos adequados ao exercício da fiscalização de trânsito.</li> <li>- Sucateamento dos veículos, da câmara fria e outros objetos e aparatos de fiscalização disponíveis.</li> <li>- Falta de contratos de manutenção periódica e emergencial para os equipamentos e veículos.</li> <li>- Ausência de formalização de contratos e/ou mesmo convênios para a destinação de produtos que devem ser inutilizados.</li> <li>- Falta de instrumentos legais e físicos que tragam segurança às ações e integridade física dos agentes de fiscalização.</li> <li>- Ausência de recursos financeiros para sanar problemas emergenciais que muitas vezes paralisam, dificultam ou retardam as ações.</li> <li>- Definições não específicas das penalidades.</li> <li>- Penalidades com valores desatualizados.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não cobertura ou fiscalização de todos os acessos.</li> <li>- Servidores não capacitados para a execução das atividades de fiscalização.</li> <li>- Perda de material apreendido por falta de condições de armazenagem e/ou falta de destinação formalizada em contratos e convênios.</li> <li>- Falhas nos procedimentos de fiscalização por falta de material adequado e/ou em pleno funcionamento.</li> <li>- Riscos à integridade física dos agentes de fiscalização, devido à ausência de segurança na execução dos serviços e na abordagem fiscal realizada pelos servidores.</li> <li>- Paralisação das ações de fiscalização.</li> </ul> | III                         | <p>Realizar levantamento dos problemas e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos procedimentos e dos controles internos e externos existentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar procedimentos (capacitação, aquisições, etc.) que visem o aumento o nível de segurança no trabalho.</li> <li>- Aquisição de veículos em número suficiente e adequados às atividades executadas.</li> </ul> |
| 15. | Ausência ou erro de registro de produtos de origem vegetal, animal e microrganismos. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não é feita nenhuma ação impeditiva para os estabelecimentos que comercializam produtos sem registro ou com erros de rotulagem</li> <li>- Insuficiência de analistas para avaliar os rótulos.</li> <li>- Impossibilidade de estabelecer prazo para conclusão das análises.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Morosidade na liberação de registros de produtos de origem vegetal, animal e microrganismos.</li> <li>- Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.</li> <li>- Necessidade de longo período para a efetivação de registros de produtos de origem vegetal, animal e microrganismos.</li> <li>- Avaliação negativa do serviço prestado.</li> <li>- Não atingimento das metas propostas.</li> </ul>  | III                         | <p>Realizar levantamento dos problemas e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos procedimentos e dos controles internos e externos existentes.</p>  |

**PLANILHA 02 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIPOVA/DISAF)**

| Nº  | Perigo  | Causa  | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|-----|---|--|--|-----------------------------|---|
| 16. | Insuficiência e falhas na realização de análises laboratoriais (físico-químicas e microbiológicas). | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de recursos humanos para a realização da atividade.</li> <li>- Materiais de apoio e equipamentos de laboratório insuficientes, antigos/sucateados ou sem a adequada manutenção e reposição.</li> <li>- Insuficiência de reagentes químicos e meio de cultura para as análises laboratoriais necessárias.</li> <li>- Laboratório com estrutura física e elétrica inadequada, mal conservada e insuficiente à demanda da fiscalização sanitária/agropecuária.</li> <li>- Metodologias antiquadas.</li> <li>- Ausência de realização de cursos de capacitação específicos para a área laboratorial.</li> <li>- Processo de compras de materiais, reagentes e equipamentos burocrático, moroso e muitas vezes mal sucedido.</li> <li>- Ausência de um sistema eletrônico de controle de análises laboratoriais.</li> <li>- Falta de incentivo para o crescimento do setor.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Paralisação da realização de análises laboratoriais.</li> <li>- Erro no resultado das análises.</li> <li>- Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.</li> <li>- Registro e conseqüente comercialização de produtos de baixa qualidade.</li> <li>- Problemas de saúde da população.</li> <li>- Ausência de laboratório confiável e essencial ao serviço.</li> <li>- Possibilidade de terceirização dos serviços de análises laboratoriais a laboratórios particulares não confiáveis.</li> <li>- Possibilidade de baixo custo/benefício ao se transferir o serviço a um particular; uma vez que os valores contratuais apurados e processos licitatórios poderiam cobrir os custos do laboratório e permitir a capacitação e a compra de equipamentos.</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar levantamento dos problemas e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos procedimentos e dos controles internos e externos existentes.</li> <li>- Modernização e sustentabilidade do laboratório de análises da SEAGRI (estrutura física, elétrica, equipamentos, reagentes, meio de cultura e outros).</li> <li>- Investir em programa de gestão de qualidade no laboratório.</li> <li>- Realizar procedimentos (capacitação, aquisições, etc.) que visem o aumento o nível de segurança no trabalho.</li> </ul> |
| 17. | Baixo desempenho nas atividades de inspeção e fiscalização de agroindústrias registradas.           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de veículos e/ou inadequação dos mesmos às atividades executadas.</li> <li>- Deficiência de estrutura de apoio às ações realizadas.</li> <li>- Número insuficiente de servidores para a demanda do serviço.</li> <li>- Ausência e/ ou insuficiência de profissional agrônomo e veterinário na DIPOVA para desempenho das atividades relativas à inspeção de agroindústrias de produtos de origem vegetal</li> <li>- Legislação Distrital deficiente e desatualizada.</li> <li>- Ausência de Legislação Federal, em algumas situações.</li> <li>- Desconhecimento dos consumidores e dos produtores quanto às exigências sanitárias legais e os serviços prestados pela DIPOVA/SEAGRI</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo da SEAGRI.</li> <li>- Risco de emissão de registros em desacordo com as normas vigentes, por falta de clareza ou omissão das normas.</li> <li>- Obtenção de registro por parte de agroindústrias que não se enquadram no perfil, em virtude da falta de clareza das normas vigentes.</li> </ul>   | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar levantamento dos problemas e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos procedimentos e dos controles internos e externos existentes</li> <li>- Revisão e publicação das normas relativas ao registro de agroindústrias de origem animal, vegetal e artesanal.</li> <li>- Aquisição de veículos em número suficiente e adequados às atividades executadas.</li> </ul>  |
| 18. | Ausência de registro de produtos no Serviço de Inspeção Distrital (rotulagem de produtos)           | - Ausência de um sistema eletrônico de registro de produtos no Sistema de Inspeção Distrital.  | Não realização de inspeções em produtos registrados pela SEAGRI  | III                         | Providenciar a integração dos sistemas de registros e de inspeção no âmbito do Distrito Federal.  |

**PLANILHA 03 - ÁREA FIM – SEAGRI / DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS**

| Nº | Perigo  | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|----|---|---|--|-----------------------------|--|
| 1. | Não adaptação dos servidores oriundos da Fundação Zoobotânica do DF ( transpostos para a carreira de Auxiliar) nas atividades de desenvolvimento e fiscalização agropecuária. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os servidores oriundos da FZDF atuavam no apoio aos profissionais especializados (mecânica, manutenção de máquinas, funilaria, solda, etc).</li> <li>- Os servidores em sua maioria não têm qualquer formação, o que dificulta o seu aproveitamento nas atividades atuais das Diretorias vinculadas à Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural.</li> <li>- As últimas contratações, realizadas por meio de concursos públicos, não captaram servidores com formação profissional compatível com as necessidades operacionais das Diretorias.</li> </ul>  | Presença de servidores não adaptados às atividades inerentes ao setor.   | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proposição de remanejamento de pessoal no âmbito da SEAGRI</li> <li>- Realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para terceirização dos serviços.</li> <li>- Realização de processos de seleção por meio de concurso público.</li> <li>- Captação de servidores cedidos a outras Unidades Administrativas dentro do GDF.</li> <li>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade.</li> <li>- Avaliar a possibilidade de adaptação dos servidores em outras áreas ou outras Unidades do GDF.</li> </ul> |
| 2. | Falta de efetividade na realização das atividades inerentes às Diretorias da SDR/SEAGRI.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Carência de softwares e equipamentos para as áreas de Engenharia, Topografia e Geoprocessamento.</li> <li>- Avaliação do direito ao adicional de insalubridade, restringe a execução de determinadas ações, como o transporte de adubos orgânicos e a operação do caminhão de abastecimento.</li> <li>- Insuficiência no quantitativo de veículos disponíveis para as tarefas diárias, como: transporte de operadores, transporte dos técnicos responsáveis pelas vistorias, acompanhamento dos serviços, equipes de manutenção de máquinas, dentre outros.</li> <li>- Burocracia e morosidade na manutenção dos veículos e equipamentos, objeto do contrato de manutenção existente.</li> </ul> | Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.   | III                         | Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas (recursos humanos, materiais e procedimentos) e a melhoria dos processos internos na Unidade.  |
| 3. | Morosidade nas ações de recuperação, manutenção e adequação de estradas.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Frota de máquinas e veículos de apoio insuficientes.</li> <li>- Grande extensão de estradas de terra no Distrito Federal. Sendo cerca de 800 km no Sistema Rodoviário (SRDF) e aproximadamente 1.500 km de estradas de terra de pequeno porte que também necessitam de manutenção e adequação.</li> <li>- A administração centralizada das compras públicas pela SULIC.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento de acidentes, dificuldades no transporte da produção.</li> <li>- Baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.</li> </ul> | III                         | Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas (logística, materiais e procedimentos) e a melhoria dos processos internos na Unidade.   |

**PLANILHA 03 - ÁREA FIM – SEAGRI / DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS**

| Nº | Perigo  | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|----|---|---|--|-----------------------------|--|
| 4. | Execução inadequada de contratos/convênios                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerável número de convênios em execução, visando o atendimento a produtores rurais, por meio de cessão de conjuntos motomecanizados para preparo de solos (atualmente 16).</li> <li>- Baixo acompanhamento dos contratos/convênios, em virtude da insuficiência de recursos disponíveis para todas as atividades desenvolvidas.</li> <li>- Baixa frequência de visitas aos equipamentos disponibilizados por meio de contratos/convênios.</li> <li>- Ausência de setor com atribuições específicas para acompanhamento de contratos/convênios na SEAGRI.</li> <li>- Outros convênios em execução para cessão de máquinas e equipamentos na Diretoria de Fundos – FDR e na Subsecretaria de Agricultura Familiar.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de falhas no controle/acompanhamento de contratos e convênios</li> <li>- Inconsistências/falhas na Prestação de contas de Convênios.</li> <li>- Rejeição da Prestação de Contas de Convênios pelas entidades/órgãos Concedentes.</li> <li>- Má administração de máquinas agrícolas fornecidas à Associação/Cooperativa via convênio.</li> <li>- Má utilização dos recursos públicos e falta de apoio ao produtor</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de setor bem estruturado para a execução do acompanhamento de contratos/convênios no âmbito da SEAGRI.</li> <li>- Avaliar a estrutura de gerenciamento de Associações/Cooperativas e realizar cronograma de acompanhamento do uso do maquinário concedido.</li> </ul> |
| 5. | Morosidade na recuperação e manutenção de canais de distribuição de água. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos materiais insuficientes, onde existem apenas dois equipamentos retroescavadeira.</li> <li>- Existência de aproximadamente 60 canais, com um comprimento total de 180 km.</li> <li>- A linha de ação atualmente é a da revitalização dos canais de irrigação, que visa melhorar os parâmetros de condução de canais, na busca da eliminação total das perdas de água por essas estruturas.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não recuperação de grande parte dos canais de distribuição de água.</li> <li>- Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.</li> </ul>  | III                         | Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos processos internos na Unidade.  |

**PLANILHA 04 - ÁREA FIM – SEAGRI / DIRETORIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS**

| Nº | Perigo   | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|----|--|--|---|-----------------------------|---|
| 1. | Dificuldade na implantação e assentamento de famílias nos projetos de assentamentos rurais regularizados e sustentáveis ambientalmente, no âmbito do Distrito Federal e entorno. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de servidores.</li> <li>- Falta de cursos e/ou recursos para especialização para áreas fins deste setor.</li> <li>- Impossibilidade de servidores comissionados não participarem de cursos oferecidos pela EGOV.</li> <li>- Ausência de matérias de campo (botas, luvas, chapéu, pemeira, GPS, Rádio).</li> <li>- Ausência de sistema informatizado equipamentos e suprimentos de informática.</li> <li>- Falta telefone funcional para os servidores.</li> <li>- Falta de carro, seguro para os veículos e motoristas.</li> <li>- Falta de flexibilidade no horário dos motoristas fora do horário de expediente.</li> <li>- Impossibilidade de recebimento de materiais essenciais fora da data do pedido.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuidade da ocupação desordenada.</li> <li>- Continuidade da grilagem de terras públicas no Distrito Federal.</li> <li>- Dificuldades para a SEAGRI realizar o levantamento e o cadastro dos ocupantes dessas áreas.</li> <li>- Não atingimento de metas relativas ao aumento da segurança e da qualidade dos alimentos no âmbito do Distrito Federal</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de providenciar capacitação direcionada para área específicas deste setor.</li> <li>- Disponibilizar/organizar visitas técnicas / intercâmbio de casos de sucesso relativos à reforma agrária.</li> <li>- Verificar a possibilidade técnica e legal de disponibilizar materiais essenciais mesmo fora da data do pedido, mediante justificativa do setor requerente e aceite pela autoridade competente, em datas não previstas no cronograma da Unidade.</li> <li>- Realizar levantamento dos problemas existentes (recursos humanos, materiais, necessidade de contratos com terceiros, dentre outros) e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos processos internos na Unidade.</li> </ul> |

**PLANILHA 04 - ÁREA FIM – SEAGRI / DIRETORIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS**

| Nº | Perigo  | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|----|---|--|---|-----------------------------|--|
| 2. | Dificuldade em propor, elaborar e lançar políticas de assentamento rural no DF. | - Aumento da quantidade de tarefas no setor.<br>- Insuficiência de servidores. | - Dificuldade em se atingir o nível de autonomia desejada pela SEAGRI.<br>- Ausência de controle e transparência no processo de seleção dos beneficiários.<br>- Impossibilidade de se conseguir maior agilidade no processo de criação dos assentamentos<br>- Impossibilidade de tornar o processo menos burocrático. | II                          | - Proposição de remanejamento de pessoal no âmbito da SEAGRI<br>- Realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para terceirização dos serviços.<br>- Realização de processos de seleção por meio de concurso público.<br>- Captação de servidores cedidos a outras Unidades Administrativas dentro do GDF.<br>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade. |

**PLANILHA 05 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIRETORIA DE COMPRAS INSTITUCIONAIS)**

| Nº | Perigo   | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|----|--|---|--|-----------------------------|--|
| 1. | Barreiras na ampliação do programa de compras governamentais diretamente do produtor rural, no âmbito da agricultura familiar. | - Ausência de internet e telefones móveis e/ou fixos nas URDAS (Unidades de Recebimento e Distribuição de Alimentos); condição <i>sine qua non</i> para a execução dos programas de compras nestas unidades.<br>- Não apropriação da totalidade dos recursos destinados à alimentação escolar, no âmbito do PNAE, onde 30% devem ser adquiridos da Agricultura Familiar, algo superior a 10 milhões de reais.<br>- Problemas para a manutenção dos equipamentos/materiais e aquisição de suprimentos de informática.<br>- Falta de recursos financeiros.<br>- Equipe subdimensionada. | - A equipe atual não suportaria um eventual aumento das atividades.<br>- Morosidade no fomento à economia local; e conseqüente geração de emprego e renda.<br>- Não atingimento de metas relativas aumento da qualidade de alimentos.<br>- Falta de apoio aos produtores na agricultura familiar.<br>- Dificuldade em lançar o modelo de compras diretas da Agricultura Familiar nas Regionais de Ensino do DF.<br>- Ausência de estímulo ao aumento do número de produtores rurais participantes de compras diretas da agricultura familiar | III                         | - Elaborar Modelo de Compras Diretas da AF para alimentação escolar visando a ampliação do programa de compras governamentais diretamente do produtor rural.<br>- Elaborar minuta de decreto estabelecendo percentual mínimo para aquisição de produção do DF e do entorno pelos órgãos públicos que compram produtos agropecuários.<br>- Implantar e lançar modelo de compras diretas da AF nas Regionais de Ensino do DF, permitindo à AF do DF escolher qual regional está mais adequada à sua capacidade logística e de produção.<br>- Avaliar o remanejamento de pessoal no âmbito da SEAGRI<br>- Realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para terceirização dos serviços.<br>- Realização de processos de seleção por meio de concurso público.<br>- Captação de servidores cedidos a outras Unidades Administrativas dentro do GDF.<br>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade.<br>- Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas (recursos humanos, materiais e procedimentos) e a melhoria dos processos internos na Unidade. |

**PLANILHA 05 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIRETORIA DE COMPRAS INSTITUCIONAIS)**

| Nº | Perigo   | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas   |
|----|--|--|---|-----------------------------|---|
| 2. | Não sustentabilidade do modelo atualmente implantado de Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos – URDA's. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldades com estrutura básica para operação dos programas de compras institucionais (ex internet).</li> <li>- As equipes de trabalho são centralizadas na Sede da SEAGRI/DF, o que implica em custo de locomoção e dificuldades com cumprimento de horário no ponto de recebimento regional.</li> <li>- Nem todas as unidades de recebimentos tem um mix de produto satisfatório ao atendimento do público beneficiário consumidor.</li> <li>- Possibilidade de variação das condições iniciais que definiram a criação e a localização das atuais URDA's.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade na manutenção dos benefícios advindos de uma maior proximidade com os públicos (fornecedor e consumidor).</li> <li>- Ausência de suporte e redução do auxílio nos custos com transportes para o público-alvo beneficiado (fornecedor e consumidor).</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter constante avaliação do custo/benefício para que se defina a continuidade do atendimento aos dois públicos-alvo do programa, fornecedores e consumidores; apenas um deles, ou ainda se as URDA's devem ser movidas para outros pontos.</li> <li>- Realizar levantamento dos problemas existentes e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas (recursos humanos, materiais e procedimentos) e a melhoria dos processos internos na Unidade.</li> </ul> |

**PLANILHA 06 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA)**

| Nº | Perigo  | Causa  | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|----|---|--|--|-----------------------------|--|
| 1. | Ausência monitoramento adequado (vistorias) para o cumprimento do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU das áreas com contratos firmados. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de servidores.</li> <li>- Desinteresse por parte dos servidores.</li> <li>- Falta de sistema informatizado.</li> <li>- Insuficiência de veículos.</li> <li>- Meios de comunicação inexistentes.</li> <li>- Dificuldade na realização de vistorias às propriedades rurais.</li> <li>- Falta de Tablets para os fiscais levarem à campo, para acesso ao Sistema Implantado (Quantum Giz)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade na contenção de construções irregulares e no adensamento populacional no Distrito Federal.</li> <li>- Não cumprimento do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU das áreas com contratos firmados.</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de processos de seleção por meio de concurso público.</li> <li>- Captação de servidores cedidos a outras Unidades Administrativas dentro do GDF.</li> <li>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade e/ou no setor.</li> <li>- Realizar levantamento das lacunas existentes e propor o aprimoramento da regulamentação.</li> <li>- Estabelecer rotina de constante revisão dos normativos tendo em vista situações concretas e hipotéticas.</li> <li>- Realizar levantamento dos problemas (ex. pessoal, comunicação, sistemas, veículos, dentre outros) e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos procedimentos e dos controles internos e externos existentes.</li> </ul> |
| 2. | Aumento de invasões de terras públicas rurais no Distrito Federal   | Grande quantitativo de terras públicas rurais improdutivas.  | Apropriação de terras públicas rurais por terceiros  | III                         | Fiscalizar o conjunto de terras públicas rurais evitando invasões.   |
| 3. | Grilagem de terras públicas rurais  | Falta de fiscalização.   | Aumento de invasão de terras públicas rurais   | III                         | Atuar em conjunto com a AGEFIS, PCDF e órgãos correlatos para coação à grilagem.   |
| 4. | Perda de capacidade produtiva   | Retirada de produtores em situação fundiária irregular.  | Necessidade de compra de produtos agrícolas em outras unidades da federação  | II                          | Posicionar-se sobre a situação dos produtores rurais irregulares com o intuito de sua regularização.   |

**PLANILHA 07 - ÁREA FIM – SEAGRI (DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA)**

| Nº | Perigo  | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|----|---|---|--|-----------------------------|--|
| 1. | Não efetivação da regularização das Áreas Públicas Rurais do DF | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de servidores.</li> <li>- Desinteresse por parte dos servidores.</li> <li>- Não há sistema informatizado.</li> <li>- Insuficiência de veículos.</li> <li>- Meios de comunicação inexistentes.</li> <li>- Inércia do requerente.</li> <li>- Ausência de política de regularização das áreas públicas rurais do DF.</li> <li>- Ausência de Sistema Integrado de Informações sobre Regularização e Arrecadação.</li> <li>- Legislação extensa, desatualizada/falha, e/ou ausente; dificultando as ações de fiscalização e regularização das terras rurais públicas do DF.</li> <li>- Possibilidade de não aprovação do Projeto de Lei da Nova Regulamentação.</li> <li>- Não há respostas pela TERRACAP às consultas de anuência prévia, relativas às áreas inseridas na Macrozona Urbana.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Descontentamento e baixa credibilidade da Unidade junto ao público-alvo.</li> <li>- Morosidade do processo de Entrega de documento comprobatório da legítima ocupação. (Subsecretaria).</li> <li>- Morosidade do processo de Entrega do CDRU ou Escrituração a produtores rurais das unidades de produção.(TERRACAP).</li> <li>- Morosidade na entrega do CDRU/Contrato de Concessão aos ocupantes de áreas inseridas na Macrozona Urbana. (TERRACAP).</li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de processos de seleção por meio de concurso público.</li> <li>- Captação de servidores cedidos a outras Unidades Administrativas dentro do GDF.</li> <li>- Criação de políticas de incentivo à continuidade na atividade e/ou no setor.</li> <li>- Realizar levantamento das lacunas existentes e propor o aprimoramento da regulamentação.</li> <li>- Estabelecer rotina de constante revisão dos normativos tendo em vista situações concretas e hipotéticas.</li> <li>- Remodelar fluxo da entrega de Contrato de Concessão aos ocupantes de áreas inseridas na Macrozona Urbana.</li> <li>- Realizar levantamento dos problemas (ex. pessoal, comunicação, sistemas, veículos, dentre outros) e propor o aprimoramento visando a solução dos problemas e a melhoria dos procedimentos e dos controles internos e externos existentes.</li> <li>- Aprimorar o Sistema Integrado de Informações sobre Regularização e Arrecadação. (DIRF)</li> <li>- Efetivar ações voltadas à alteração e/ou revisão de normas vigentes. (SRF)</li> <li>- Elaborar e lançar a Política de Regularização das Áreas Públicas rurais do DF. (SRF)</li> <li>- Promover o acesso de mais produtores rurais à consulta online sobre os processos de regularização fundiária. (DIRF)</li> <li>- Mapear e aperfeiçoar o processo de fiscalização das terras públicas rurais do DF. (DIFIF)</li> <li>- Mapear e aperfeiçoar o processo de regularização das terras públicas rurais do DF. (DIRF)</li> </ul> |

**PLANILHA 08 - FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL**

LEI Nº 2.652, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 (DODF - 28 DE DEZEMBRO DE 2000), Alterada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2012 que Cria o Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF.

Art. 2º Constituem fontes de recursos do FADF:

I – valores decorrentes da cobrança de taxas para concessão de aval por meio do FADF;

II – receitas decorrentes da aplicação do saldo existente no mercado financeiro;

III – recursos provenientes de repasses de instituições de fomento de caráter interno e externo, observada a legislação pertinente;

IV – recuperação de recursos de avais honrados;

V – dotações orçamentárias específicas;

VI – repasses do Governo do Distrito Federal;

VII – repasses do Governo Federal, mediante convênios ou outros ajustes firmados;

VIII – recursos de outras fontes que legalmente se destinem a receitas regulares do Fundo ou se constituam em receitas regulares do Fundo;

IX – trinta por cento da receita arrecadada com as taxas de ocupação, concessão de uso e outras, referentes à utilização das terras públicas rurais do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 4.726, de 28.12.2011).

| Perigo  | Causa  | Efeito  | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|---|--|---|-----------------------------|--|
| Diminuição das garantias concedidas pelo FADF, para projetos agropecuários. | <p>- Diminuição de oferta das garantias complementares (Cartas de Aval).</p> <p>- Não captação da fonte de recursos provenientes do inciso IX, do art. 2º da Lei Nº 4.726, de 28/12/2011 que determina que 30% da receita arrecadada com a concessão de uso ou o arrendamento de imóveis rurais pertencentes ao Distrito Federal, deve ser repassada ao FADF.</p> <p>- Os novos contratos de arrendamentos encontram-se sob a responsabilidade da TERRACAP cujos valores destinados ao FADF, até a presente data não foi repassado.</p> <p>- A TERRACAP, por meio do Processo nº 370.000.093/2015, propôs alteração nos percentuais das transferências dos recursos para o FADF, que se encontra sob a análise da Secretaria de Agricultura.</p> | <p>- Impacto negativo no desenvolvimento agropecuário do DF, especialmente na agricultura familiar.</p> | III                         | <p>- Aprovar em tempo hábil o superávit do FADF, anualmente.</p> <p>- Efetuar medidas que visem o aumento da procura pelas garantias concedidas pelo FADF.</p> <p>- Fomentar ações para que os produtores utilizem-se mais desta ferramenta tão importante que é a Garantia Complementar (divulgação).</p> <p>- Fortalecer as parcerias junto a Emater/DF, FDR/DF e ao Banco de Brasília e buscar outras instituições financeiras e Fundos Governamentais, no sentido de divulgar, ampliar e ofertar a Garantia Complementar do Fundo de Aval, como mais uma ferramenta de financiamento agropecuário, especialmente à agricultura familiar.</p> |

**PLANILHA 09 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL**

LEI Nº 5.024, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

(...)

Art. 3º Constituem fontes de recursos do FDR:

- I – dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Distrito Federal;
- II – repasses e transferências do Governo Federal, mediante convênios ou outros ajustes firmados;
- III – receitas decorrentes da aplicação financeira;
- IV – receitas decorrentes do pagamento das prestações dos financiamentos de projetos privados contratados com recursos do FDR;
- V – recursos provenientes de repasses de instituições de fomento de caráter nacional e internacional;
- VI – 70% (setenta por cento) da receita arrecadada com a concessão de uso ou o arrendamento de imóveis rurais pertencentes ao Distrito Federal;
- VII – 50% (cinquenta por cento) da receita arrecadada com a venda dos imóveis rurais pertencentes ao Distrito Federal.

| Perigo  | Causa   | Efeito   | Categoria de Perigo (Nível) | Medidas Preventivas e/ou Corretivas  |
|---|---|--|-----------------------------|--|
| Diminuição dos recursos oriundos do FDR-Crédito e FDR-Social para aplicação em projetos agropecuários aprovados e projetos selecionados no âmbito dos nove Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CRDRS em atendimento as demandas dos produtores rurais do Distrito Federal. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não captação da fonte de recursos provenientes o inciso VI, do art. 3º da Lei 5.024, de 25/02/2013, que determina que 70% da receita arrecadada com a concessão de uso ou o arrendamento de imóveis rurais pertencentes ao Distrito Federal, deve ser repassada ao FDR.</li> <li>- Os novos contratos de arrendamentos encontram-se sob a responsabilidade da TERRACAP cujos valores destinados ao FDR, até a presente data não foi repassado.</li> <li>- A Terracap, por meio do Processo nº 370.000.093/2015, propôs alteração nos percentuais das transferências dos recursos para o FDR/DF, que se encontra sob a análise da Secretaria de Agricultura.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Impacto negativo no desenvolvimento agropecuário do DF, especialmente na agricultura familiar.</li> <li>- Diminuição dos recursos a serem destinados a novos projetos nas modalidades FDR-Crédito ou Social.</li> <li>- Não financiamento de projetos de investimentos e custeios cujas atividades e sistemas de produções sejam realizados em cultivo protegido: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cultivo orgânico de olericultura;</li> <li>✓ Floricultura,</li> <li>✓ Fruticultura;</li> <li>✓ Piscicultura;</li> <li>✓ Produção de mudas;</li> <li>✓ Implantação, ampliação e adequação de sistemas agroflorestais;</li> <li>✓ Integração Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF;</li> <li>✓ Sistema de irrigação localizada;</li> <li>✓ Agroindustrialização</li> <li>✓ Aquisição de tratores, microtratores, implementos agrícolas e veículos utilitários.</li> <li>✓ Implantação, ampliação e adequação de sistemas de energia renováveis.</li> </ul> </li> </ul> | III                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter ações que melhoram o relacionamento com os produtores, aumentando a demanda e mantendo o baixo índice de inadimplência.</li> <li>- Efetuar medidas que visem o aumento da procura pelos recursos provenientes do FDR (divulgação, reuniões, palestras).</li> <li>- Fomentar ações para que os produtores utilizem-se mais desta ferramenta importante para o Desenvolvimento Agropecuário do DF.</li> <li>- Fortalecer as parcerias junto a Emater/DF e ao Banco de Brasília e buscar outras instituições financeiras e Fundos Governamentais, no sentido de divulgar, ampliar e ofertar a ferramenta de financiamento agropecuário, especialmente à agricultura familiar.</li> <li>- Desburocratizar os procedimentos para aprovação e liberação dos financiamentos.</li> </ul> |
| Dificuldade em o FDR monitorar a implantação dos projetos e o ressarcimento dos valores financiados.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de veículo, equipamentos (máquina fotográfica e tablets) e servidor.</li> <li>- Falta de sistema informatizado para acompanhamento dos registros financeiros (entradas/saídas) em tempo real.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não fiscalizar com mais brevidade a aplicação dos recursos do FDR-Crédito e os convênios do FDR-Social.</li> <li>- Não acompanhar junto ao BRB, via on line, os lançamentos financeiros efetivados na conta do FDR, para em tempo hábil promover a cobrança dos contratos inadimplentes.</li> </ul>   | II                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adquirir veículo, equipamentos e lotar na Unidade de Gestão de Fundos servidor (técnico em agropecuária) para a fiscalização e acompanhamento as implantação dos projetos.</li> <li>- Adquirir ou desenvolver junto a Gerência de informática sistema informatizado para o acompanhamento dos registros financeiros pertinentes as ações do FDR.</li> </ul>   |

**PLANILHA 10 - FUNDO DE SANIDADE DO DISTRITO FEDERAL**

Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008

Decreto nº 33.785, de 13 de setembro de 2012.

[...]

Art. 2º O Fundo Distrital de Sanidade Animal – FDS destina-se a:

I. Indenizar pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário no âmbito do Distrito Federal;

II. Suplementar recurso para atender ao desenvolvimento de ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.

[...]

| <b>Perigo</b>   | <b>Causa</b>  | <b>Efeito</b>  | <b>Categoria de Perigo (Nível)</b> | <b>Medidas Preventivas e/ou Corretivas</b>  |
|---|---|--|------------------------------------|---|
| - Aumento de animais acometidos por doenças infectocontagiosas. | - Falta de desenvolvimento de ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.<br>- Demora no pagamento de indenizações aos produtores de animais diagnosticados com doenças infectocontagiosas. | - Não acompanhamento em tempo hábil da evolução do rebanho acometido por doenças infectocontagiosas no âmbito do Distrito Federal.<br>- O não abate ou sacrifício de animais diagnosticados com doenças infectocontagiosas com a maior brevidade possível (resolução do FDS prevê em até 30 dias).<br>- A não procura da indenização por parte dos produtores. | III                                | - Desenvolver ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.<br>- Aprimorar a legislação visando agilizar as ações desenvolvidas no âmbito do FDS. |

## 14. VALIDAÇÃO DO CONTEXTO

---

**José Guilherme Tollstadius Leal**  
Secretário de Estado da Agricultura,  
Abastecimento e Desenvolvimento Rural

---

**José Faustino dos Santos Filho**  
Chefe da Assessoria de Gestão  
Estratégica e Projetos

---

**Roberto Gomes**  
Subsecretário de Administração Geral

---

**Hector Carlos Barreto**  
Subsecretario de Agricultura Familiar  
e Desenvolvimento Agrário

---

**Dilson Resende de Almeida**  
Subsecretario de Regularização  
e Fiscalização Fundiária

---

**Lucílio Antonio Ribeiro**  
Subsecretario de Defesa Agropecuária

---

**José Voltaire Brito Peixoto**  
Subsecretario de Abastecimento  
e Desenvolvimento Rural – Substituto

---

**Fernanda Carolina de Azevedo Oliveira**  
Ouvidor

---

Chefe da Unidade de Controle Interno  
**Humberto Pereira de Matos**

# ANEXO I – DIRETORIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA E FISCALIZAÇÃO

## QUESTIONÁRIO PARA ÁREA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEAGRI

### PROJETO GESTÃO DE RISCOS A SER IMPLANTADO

| ÁREA DE FISCALIZAÇÃO - DEFESA AGROPECUÁRIA  |  |   |   |
|---|--|---|---|
| DIRETORIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA E FISCALIZAÇÃO - DISAF                                   |  |   |   |
| Percepção sobre o Ambiente/Estrutura Operacional na execução das atividades de Fiscalização |  |   |   |
| Itens Analisados  | Pontos Positivos/Fortes  | Pontos Negativos/Fracos   | Comentários (opcional)  |
| Recursos humanos  | Analistas veterinários em número suficiente.<br>Analistas com ótima capacidade técnica.<br>Trabalho em equipe e comprometimento.<br>Cargos de confiança ocupados por servidores da carreira. | Analistas agrônomos em quantidade insuficiente.<br>Técnicos agrícolas em quantidade insuficientes.<br>Técnicos administrativos insuficientes para a realização da demanda administrativa básica e especializada além de atendimento ao público. | A insuficiência de administrativos leva os analistas a desempenharem funções administrativas em detrimento das obrigações técnicas. |
| Capacitação   | Proatividade na realização de capacitação interna pelos servidores da diretoria.<br>Facilidade e ofertas da Egov para treinamento administrativo e de gestão.                                | Dificuldade para capacitações externas principalmente para área técnica.<br>Dificuldade na contratação de treinamentos por meio de convênio.<br>Ausência de material adequado para organização de treinamento.                                  | _____   |
| Materiais de campo  | Material de campo adquirido em número suficiente por meio de convênio com MAPA.  | Dificuldade de aquisição de material por meio de recursos próprios.   | _____   |
| Equipamento e suprimentos de Informática  | Número suficiente de computadores em todas as unidades operacionais.<br>Aquisição de sistema de gestão de informação – SIDAGRO – de acordo com nossas necessidades.                          | Dificuldade de acesso à Internet ou oscilações de sinal em algumas unidades operacionais.<br>Utilização de pontos de internet de outras entidades.<br>Dificuldade na manutenção de equipamentos.  | _____   |

**ÁREA DE FISCALIZAÇÃO - DEFESA AGROPECUÁRIA**

**DIRETORIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA E FISCALIZAÇÃO - DISAF**

|  |   |  |       |
|--|---|--|-------|
| Materiais de Expediente  | Em número suficiente.   | Qualidade inferior de alguns materiais.  | _____ |
| Meios de comunicação   | Bom relacionamento com a ASCOM gerando boa publicidade das atividades da diretoria.<br>Aparelhos telefônicos em quase todas as unidades | Não há telefone na barreira da BR 020.   | _____ |
| Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros) | Viaturas em número suficientes.<br>Manutenção de qualidade pela ticket car.<br>Combustível suficiente para realização do trabalho.      | Inadequação das viaturas para atividades de campo e transporte de resíduos biológicos e químicos. Motoristas em número insuficiente. | _____ |
| Outros (especificar)   |   |  |       |

**Percepção sobre as Atividades de Fiscalização executadas sobre os Certificados, Registros, Licenciamentos, Cadastros e outros documentos emitidos pela SEAGRI.**

| Documento                         | Pontos Positivos   | Pontos Negativos   | Comentários |
|-----------------------------------|--|--|-------------|
| Guia de Trânsito Animal – GTA     | Sistema informatizado de qualidade para emissão do documento.<br>Emissão on-line de GTA implantada e sistema em evolução. Capilaridade de escritórios para emissão de GTA.                         | Dificuldade de administrativos em algumas unidades para emissão de GTA.<br>Instabilidade no sinal de internet em algumas unidades dificultando a emissão do documento. | _____       |
| Licenciamento Sanitário           | Legislação adequada.<br>Respeito à legislação pelos organizadores de eventos.  | Grande número de eventos que demandam escala especial de trabalho para o serviço.  | _____       |
| Cadastros de Médicos Veterinários | Número expressivo de médicos veterinários cadastrados.   | _____  | _____       |
| Declaração de Vacinação           | Funcionando de acordo com o esperado.<br>Sistema de declaração on-line funcionamento.<br>Acesso dos lojistas ao sistema informatizado para registro de venda de vacinas e consulta de cadastro dos | Insuficiência de administrativos para recepção das declarações em época de entrega.  | _____       |

**ÁREA DE FISCALIZAÇÃO - DEFESA AGROPECUÁRIA**

**DIRETORIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA E FISCALIZAÇÃO - DISAF**

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
|   | produtores.  |   |   |
| Cadastro de Lojas para venda de vacinas contra febre aftosa     | Lojas cadastradas em número suficiente e distribuídas uniformemente no DF.   | Recepção de vacinas em horários pós comercial e fins de semana gerando horário especial de servidores.  | _____   |
| Cadastro de propriedades com exploração agropecuária            | Número expressivo de propriedades rurais cadastradas no sistema.   | Falta de documentos que comprovam a posse da terra.   | _____   |
| Registro para comercialização de agrotóxicos                    | Serviço organizado e em andamento. Número de servidores suficientes para o número de lojas registradas.                                | Morosidade na expedição de documentos por outros órgãos governamentais.   | Esta morosidade traz desconfiança e reclamações ao nosso serviço mesmo que não esteja em nossas mãos a resolução. |
| Fiscalização do comércio de agrotóxicos e afins                 | Para o número de lojas registradas o número de servidores é suficiente. Lojistas mais conscientes e instruídos facilitando o trabalho. | Inadequação dos equipamentos de TI para a fiscalização e monitoramento da utilização de agrotóxicos no DF.  | Tentamos adquirir um sistema de monitoramento do comércio há 5 anos por falta de recurso.                         |
| Fiscalização do uso de agrotóxicos e afins                      | Alto nível técnico dos servidores. Estrutura material adequada. Planejamento das ações.  | Legislação distrital não regulamentada. Para o número de propriedades rurais o número de servidores é insuficiente. Falta de recursos financeiros inviabiliza análise de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais | A legislação está em fase de atualização e regulamentação.  |
| Certificado do RENASEM para comercialização de sementes e mudas | Sistema facilitado para inscrição do comerciante no RENASEM.   | Número elevado de revendedores para o número de servidores que fazem a fiscalização. Mesmo nível de cobrança para diferentes tipos de revendedores.   | _____   |

**Percepção sobre as Atividades de Fiscalização executadas sobre os Certificados, Registros, Licenciamentos, Cadastros e outros documentos emitidos pela SEAGRI.**

| <b>Documento</b>  | <b>Pontos Positivos</b>   | <b>Pontos Negativos</b>   | <b>Comentários</b>  |
|---|---|---|---|
| Emissão de permissão de trânsito de vegetais  | Serviço estabelecido, conhecido pelo usuário e dinâmico na atuação dos técnicos.            | Ainda não é possível a emissão eletrônica do PTV e nem a emissão on line.                   | A emissão eletrônica está em fase de homologação.               |
| Habilitação de responsáveis técnicos para emissão de certificado fitossanitário de origem | Já foram feitos dois cursos para habilitação e responde à demanda de técnicos para o setor. | A habilitação tem custo que não é facilmente coberto pela nossa disponibilidade financeira. | A nova norma obriga cursos de habilitação de três em três anos. |

# ANEXO II- DIRETORIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL

## QUESTIONÁRIO PARA ÁREA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEAGRI

### PROJETO GESTÃO DE RISCOS A SER IMPLANTADO

| ÁREA DE FISCALIZAÇÃO - DEFESA AGROPECUÁRIA  |  |   |                        |
|---|--|---|------------------------|
| DIRETORIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL - DIPOVA                       |  |   |                        |
| Percepção sobre o Ambiente/Estrutura Operacional na execução das atividades de Fiscalização |  |   |                        |
| Itens Analisados  | Pontos Positivos/Fortes  | Pontos Negativos/Fracos   | Comentários (opcional) |
| Recursos humanos  | Profissionais com boa formação e bom comprometimento com a atividade.                            | Quantidade insuficiente para a demanda crescente do setor.  | -----                  |
| Capacitação   | Recentemente houve um aumento de propostas de capacitação sendo trabalhadas no âmbito da SEAGRI. | Dificuldade em conseguir capacitações específicas para a atividade de inspeção.   | -----                  |
| Materiais de campo  | Realizamos uma compra volumosa de materiais no passado garantindo um estoque razoável.           | Dificuldade em adquirir novas matérias atualmente por falta de recursos.  | -----                  |
| Equipamento e suprimentos de Informática  | Quantidade de computadores adequada.   | Lentidão e obstáculos para a aquisição de itens importantes para a otimização e modernização das ações da Diretoria, principalmente em atividades de campo. Ex: impressora portátil, notebooks e tablets. | -----                  |
| Materiais de Expediente   | Em quantidade adequada.  | -----   | -----                  |
| Meios de comunicação  | A Intranet proporcionou um avanço importante na comunicação interna da SEAGRI.                   | -----   | -----                  |
| Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)                    | Adoção do Ticket car agilizou o processo de manutenção de veículos.                              | Veículos insuficientes para atender a demanda de trabalho.  | -----                  |

**ÁREA DE FISCALIZAÇÃO - DEFESA AGROPECUÁRIA****DIRETORIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL - DIPOVA**

|                             |  |  |  |
|-----------------------------|--|--|--|
| <b>Outros (especificar)</b> |  |  |  |
|-----------------------------|--|--|--|

**Percepção sobre as Atividades de Fiscalização executadas sobre os Certificados, Registros, Licenciamentos, Cadastros e outros documentos emitidos pela SEAGRI.**

| <b>Documento</b>                  | <b>Pontos Positivos</b> | <b>Pontos Negativos</b> | <b>Comentários</b> |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------|
| Guia de Trânsito Animal – GTA     |                         |                         | Pertinente à DISAF |
| Licenciamento Sanitário           |                         |                         | Pertinente à DISAF |
| Cadastros de Médicos Veterinários |                         |                         | Pertinente à DISAF |
| Declaração de Vacinação           |                         |                         | Pertinente à DISAF |

**Percepção sobre as Atividades de Fiscalização executadas sobre os Certificados, Registros, Licenciamentos, Cadastros e outros documentos emitidos pela SEAGRI.**

| <b>Documento</b>  | <b>Pontos Positivos</b>   | <b>Pontos Negativos</b>  | <b>Comentários</b> |
|---|---|--|--------------------|
| Cadastro de Lojas para venda de vacinas contra febre aftosa                               |   |  | Pertinente à DISAF |
| Cadastro de propriedades com exploração agropecuária                                      |   |  | Pertinente à DISAF |
| Registro para comercialização de agrotóxicos  |   |  | Pertinente à DISAF |
| Fiscalização do comércio de agrotóxicos e afins   |   |  | Pertinente à DISAF |
| Fiscalização do uso de agrotóxicos e afins  |   |  | Pertinente à DISAF |
| Certificado do RENSEM para comercialização de sementes e mudas                            |   |  | Pertinente à DISAF |
| Emissão de permissão de trânsito de vegetais  |   |  | Pertinente à DISAF |
| Habilitação de responsáveis técnicos para emissão de certificado fitossanitário de origem |   |  | Pertinente à DISAF |
| Registro de agroindústrias de produtos de origem animal                                   | Demanda de registro crescente. Avanço gradativo da melhoria das condições sanitárias dos estabelecimentos já registrados, por meio das ações da inspeção. | Deficiência na legislação atual dificulta a atuação da inspeção. | -----              |

| <b>ÁREA DE FISCALIZAÇÃO - DEFESA AGROPECUÁRIA</b>                            |  |  |       |
|--|--|--|-------|
| <b>DIRETORIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL - DIPOVA</b> |  |  |       |
| Registro de agroindústrias de produtos de origem vegetal                     | Estabelecimentos em geral com boa qualidade em nível sanitário.                        | Necessidade de captações específicas para as novas demandas do setor. Deficiência na legislação atual dificulta a atuação da inspeção. | ----- |
| Registro de agroindústrias artesanais  | Reestabelecimento de canal de comunicação com a EMATER buscando a parceria na atuação. | Necessidade de reforma da legislação.  | ----- |
| Fiscalização de trânsito de produtos de origem vegetal e animal              | Possibilidade de aquisição de câmara fria por meio do convênio com o MAPA.             | Inexistência de instrumento formal para inutilização de produtos apreendidos.  | ----- |
| <b>Outros (especificar)</b>  |  |  |       |

## ANEXO III-A – PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES (DISAF/DIPOVA)

| PONTOS POSITIVOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |   |   |  |   |   |  |  |                                |
|--|---|---|--|---|---|--|--|--------------------------------|
| Questionário   | Recursos humanos  | Capacitação   | Materiais de campo   | Equipamento e suprimentos de Informática  | Materiais de Expediente   | Meios de comunicação   | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)   | Outros (especificar)           |
| Q1   | Eficiência  | Alguns técnicos possuem qualificação específica da área                                     | Existem  | Existem   | Existem   | Divulgação externa   | Inadequados  | -                              |
| Q2   | Capacitação técnica; comprometimento                              | -   | Não há pontos fortes   | Não há pontos fortes  | O básico é suprido  | Comunicação interna  | Não há pontos fortes   | Revisão do Decreto 19.341/1998 |
| Q3   | -   | Servidores ingressaram no serviço público muito bem capacitados.                            | Existência de câmeras fotográficas.  | Nenhum.   | -   | -  | -  | -                              |
| Q4   | União, empatia, entusiasmo, respeito.                             | -   | -  | Suficiente  | Quantidade e qualidade suficientes  | Acessível  | -  | -                              |
| Q5   | Existe um departamento de recursos humanos.                       | -   | -  | Funcionam.  | Satisfatório.   | Existem canais de comunicação.                                   | -  | -                              |
| Q6   | Interação com os colegas  | Atualmente boa grade de cursos  | -  | -   | -   | -  | -  | -                              |
| Q7   | Equipe bastante qualificada, procurando sempre o aperfeiçoamento. | -   | -  | Aumento do número de computadores disponíveis.  | -   | -  | -  | -                              |
| Q8   | -   | Neste segundo semestre de 2016, vários cursos gerais de capacitação estão sendo realizados. | -  | Satisfatório.   | Satisfatório.   | -  | -  | -                              |
| Q9   | Dedicação e prestatividade dos servidores envolvidos.             | Servidores dispostos e comprometidos a melhorarem e se aperfeiçoarem.                       | Trazem mais segurança nas ações de fiscalização, principalmente em trânsito. | São de extrema importância no armazenamento de dados e nas ações de controles operacionais. | São indispensáveis a qualquer ação administrativa na administração pública. | Há alguns, o que facilita o serviço de fiscalização em trânsito. | Veículos novos sendo adquiridos por meio de convênio com o MAPA, servidores que mesmo sem exercerem o cargo de motorista prestam-se a realizar esse serviço com responsabilidade e dedicação, o contrato do GDF com prestadora de serviço de manutenção dos veículos diminuiu o tempo que esses ficam no pátio aguardando manutenção. A caracterização dos veículos de fiscalização de trânsito com rotolight e sirenes tornou as ações de fiscalização de trânsito mais seguras. Ter caminhão | -                              |

| PONTOS POSITIVOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |   |   |  |  |   |  |  |                      |
|--|---|---|--|--|---|--|--|----------------------|
| Questionário   | Recursos humanos  | Capacitação   | Materiais de campo   | Equipamento e suprimentos de Informática   | Materiais de Expediente                 | Meios de comunicação   | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)   | Outros (especificar) |
|  |   |   |  |  |   |  | dotado de baú com refrigeração é essencial nas ações de apreensão de produtos que estão em desacordo com a legislação sanitária. Também temos como ponto positivo a aquisição de câmaras frias, também por intermédio do convênio com o MAPA, que servirá para armazenar os produtos apreendidos no exercício da fiscalização. |                      |
| Q10  | Agilidade no trabalho executado, união, respeito, entusiasmo.   | -   | -  | -  | -                                       | Acessível  | -  | -                    |
| Q11  | Formação técnica adequada às atividades desempenhadas dos servidores de nível superior e dos técnicos em agropecuária | Servidores de nível superior com elevado grau de instrução (especialização e mestrado)                      | Existência de diversos modelos padronizados de documentos oficiais de inspeção e fiscalização e de procedimentos operacionais elaborados pelos servidores da Defesa Agropecuária | Existência de computadores e impressoras em número adequado às necessidades do serviço | Sistema de pedido de material eficiente | Existência de aparelhos de telefones em número adequado às necessidades do serviço | Existência de uma Gerência específica de transportes na Seagri   | -                    |
| Q12  | Servidores aptos a desenvolver as atividades  | Cursos  | -  | -  | -                                       | -  | -  | -                    |
| Q13  | Servidores com excelente nível técnico; comprometimento com o serviço executado; trabalho em equipe.                  | Os servidores buscam capacitação independentemente da SEAGRI. Criação da gerência de capacitação da SEAGRI. | São fornecidos equipamentos; Convênio com o MAPA.  | Computadores em quantidade suficiente para os servidores; Convênio com o MAPA.         | São fornecidos matérias.                | -  | Convênio com o MAPA  | -                    |
| Q14  | Servidores esforçados para cumprir o serviço  | Não há pontos fortes, pois não há recursos para realizar capacitação dos servidores.                        | Há uniforme – jaleco e botas   | Há computadores com internet   | Há papel                                | email  | Combustível  | -                    |
| Q15  | -   | -   | -  | Melhorou o acesso à internet na SEAGRI.  | -                                       | -  | -  | -                    |

## ANEXO III-B – PERCEÇÃO DOS SERVIDORES (DISAF/DIPOVA)

| PONTOS NEGATIVOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |  |  |  |  |   |   |   |  |
|--|--|--|--|--|---|---|---|--|
| Questionário   | Recursos humanos   | Capacitação  | Materiais de campo   | Equipamento e suprimentos de Informática   | Materiais de Expediente   | Meios de comunicação  | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)  | Outros (especificar)   |
| Q1   | Quantidade insuficiente                                      | Esporadicamente somos inscritos em palestras ou minicursos.  | Quantidade insuficiente  | Quantidade insuficiente  | Quantidade e qualidade insuficientes, principalmente dos materiais de escritório (canetas, pastas suspensas, etc) | Comunicação interna, principalmente com gestores mais distantes da equipe de fiscalização | Faltam motoristas e veículos adequados para a rotina de inspeção de indústrias em áreas rurais (abatedouros e laticínios). Além disso, não há carros disponíveis em quantidade suficiente para o serviço.   | -  |
| Q2   | Escassez de recursos   | Não são oferecidas por parte da Secretaria qualificação e reciclagem na área de atuação de forma sistemática | Escassez de materiais  | Não há softwares voltados para a fiscalização da DIPOVA e não há tablets/ smartphones ou qualquer outro dispositivo que pudesse ser utilizado a campo. | Escassez de materiais   | Não há divulgação suficiente para o público externo                                       | Não há motoristas, veículos suficientes, nem manutenção adequada dos veículos.  | Não há legislações suficientes para embasamento de todas as ações que o serviço de fiscalização exige. Não há interesse em publicar Portarias e atos normativos que já foram elaboradas pela equipe e repassadas aos Gestores externos à DIPOVA. |
| Q3   | Número insuficiente de servidores para executar os serviços. | Não há recursos financeiros disponíveis para capacitação continuada dos servidores.                          | Ausência de equipamentos calibrados pelos órgãos competentes para realizar as ações fiscais, como termômetros e pHímetros.   | Inexistência de um software que auxilie no trabalho e facilite o fluxo de informações entre o serviço de inspeção e a população.                       | -   | -   | Indisponibilidade de motoristas, obrigando os próprios servidores a conduzirem os veículos oficiais, mesmo sem haver uma exigência legal para isso. Alguns veículos estão em péssimo estado de manutenção, podendo colocar em risco a vida de quem os utilizam. | -  |
| Q4   | -  | Pouca variedade  | Insuficiente   | -  | -   | Manutenção  | -   | -  |
| Q5   | Perdem documentos. Não passam informações precisas.          | Há muita dificuldade para realização de cursos de capacitação específicos da área.                           | Equipamentos antigos e sem manutenção. Falta de reagentes e vidrarias para realização de análises. Há muita dificuldade para aquisição de material, equipamentos e reagentes. Iluminação precária. | Faltam pontos de internet. Não tem computadores para todos os servidores. Não tem ponto de acesso à rede para todos os servidores.                     | -   | Não há acesso à intranet.   | Não há veículos suficientes para todos os fiscais realizarem a inspeção, obrigando-os a fazerem rodízio.  | -  |
| Q6   | Falta de pessoal para atuar na área                          | -  | -  | -  | -   | -   | Frota defasada  | -  |

**PONTOS NEGATIVOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Questionário | Recursos humanos  | Capacitação   | Materiais de campo   | Equipamento e suprimentos de Informática   | Materiais de Expediente   | Meios de comunicação  | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)   | Outros (especificar) |
|--------------|---|---|--|--|---|---|--|----------------------|
|              | administrativa  | -   |  |  |   |   |  |                      |
| Q7           | Muitos servidores saíram e não houve reposição. Além disso, o aumento na demanda do serviço acaba comprometendo a qualidade.            | Não há muito incentivo por parte do GDF em promover a capacitação dos servidores.   | -  | Não é incomum a rede cair e ficarmos sem ter como trabalhar.   | -   | -   | Após o término do contrato de locação, alguns veículos foram recolhidos e não repostos, de forma que é necessário realizar rodízio entre os fiscais e todo dia alguém não pode ir à campo. Além disso, os veículos que costumam ser disponibilizados para a fiscalização não são ideais, o terreno predominante que a fiscalização da Dipova atua é o rural, em vias não pavimentadas, sendo que utilizamos veículos baixos de passeio.  | -                    |
| Q8           | Há poucos servidores nas diversas áreas. Há a necessidade de realização de novo concurso público para a contratação de mais servidores. | Não há a realização de cursos de capacitação específicos da área laboratorial. E dificilmente serão realizados cursos realmente importantes para as áreas fins. Diversos cursos foram solicitados, mas nenhum pedido de curso foi atendido. | Equipamentos antigos e sem manutenção. Falta de reagentes para realização de análises. Há muita dificuldade para aquisição de material, equipamentos e reagentes. Iluminação precária. | Não há computadores para todos os servidores. E não há ponto de acesso à rede para todos os servidores | -   | Não há acesso à intranet.   | Não há veículos suficientes para todos os fiscais realizarem a inspeção, obrigando-os a fazerem rodízio.   | -                    |
| Q9           | Poucos servidores e com tendência a diminuir o quadro de ativos uma vez que vários servidores estão se aposentando.                     | Pouca disponibilidade de cursos e capacitações direcionados especificamente a área de fiscalização.   | São poucos e não há uma política de substituição a contento.   | Faltam equipamentos de informática para as ações de campo e de fiscalização em trânsito.               | São algumas vezes de baixa qualidade como canetas que sempre falham e param de funcionar antes de acabar a tinta. | Não há aparelhos suficientes e muito menos um contrato de prestação de serviço de manutenção. | Os veículos destinados a fiscalização de trânsito são poucos e difíceis de adquirir e por falta de veículos suficiente ainda temos que trabalhar com veículos velhos que a todo momento apresentam algum tipo de problema (mecânico, hidráulico e ou elétrico) e por serem muito antigo torna difícil o conserto por meio da prestadora de serviço de manutenção e com isso a fiscalização fica desfalcada por um longo tempo o que acarreta em prejuízo às ações de fiscalização de trânsito, averiguação de denúncia e demais ações desenvolvidas no exercício das nossas atividades. Também há de se observar que os servidores que desempenham as funções de fiscalização no trânsito devido às particularidades dessas ações devem conduzir os veículos e não recebem nada a mais por isso e muitas vezes se deparam com dívidas advindas dessas ações como multas, consertos devido a colisões isso sem contar os riscos que tais atividades trazem. No caso do veículo com instalações frigoríficas, não há um contrato de manutenção preventiva e considerando que só há um veículo nessa modalidade sempre apresentam problemas por falta de manutenção preventiva e a equipe de fiscalização fica com as atividades comprometidas é também importante salientar que não há local para uma adequada higienização do baú que transporta os produtos apreendidos. E no caso da caminhonete com baú isotérmico a mesma é | -                    |

**PONTOS NEGATIVOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Questionário | Recursos humanos  | Capacitação   | Materiais de campo  | Equipamento e suprimentos de Informática   | Materiais de Expediente   | Meios de comunicação   | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)  | Outros (especificar) |
|--------------|---|---|---|--|---|--|---|----------------------|
|              |   |   |   |  |   |  | <p>muito antiga com isso apresentando constantemente problemas mecânicos e de outra natureza e o referido baú encontra-se em mau estado o que possibilita o transporte apenas de produtos impróprios ao consumo humano não sendo assim possível usar em todas as ações desenvolvidas nas atividades de apreensão e doação. Não há também qualquer tipo de convênio ou contrato para manutenção periódica ou higienização da única câmara fria que temos no momento para armazenar produtos apreendido e que nem tem capacidade suficiente para comportar todos os produtos derivados dessas apreensões o que muitas vezes acarreta em deixarmos tais produtos no caminhão frigorífico assim facilitando problemas no aparelho refrigerador por uso constante e falta de manutenção periódica. O GDF também estipulou o uso máximo de combustível por mês para cada carro o que é impossível de manter uma vez que para tomar a fiscalização o mais eficaz possível com a quantidade de veículos que temos há de se rodar por vários quilômetros para verificar o máximo de vias e rodovias.</p> |                      |
| Q10          | -   | Pouca variedade   | Insuficiente  | Insuficiente   | Insuficiente  | Insuficiente   | Ausente ou insuficiente   | Falta de servidores  |
| Q11          | <p>Ausência de competência técnica legal dos servidores de nível fundamental/auxiliares para grande parte das atividades de fiscalização executadas pela Defesa Agropecuária<br/>Número insuficiente de servidores de nível superior com a formação técnica exigida para as atividades de fiscalização agropecuária</p> | <p>Pouca oferta de cursos de capacitação e qualificação por parte do GDF voltados para as atividades de Defesa Agropecuária. Excesso de burocracia e entraves, e indisponibilidade de recursos financeiros para que os servidores sejam capacitados para as atividades de fiscalização agropecuária</p> | <p>Insuficiência de recursos para aquisição de materiais de campo para as atividades de fiscalização agropecuária, e excesso de burocracia e entraves para a aquisição de materiais</p> | <p>Sistema extremamente lento, e acesso à internet lento e que dificulta o acesso a várias páginas. Inexistência de programas adequados para controle de processos de registro sanitário, processos de rotulagem, análises laboratoriais e demais ações fiscalizatórias.</p> | <p>Envio de quantidades de material abaixo do solicitado, por contenção de gastos</p> | <p>Telefones que frequentemente ficam com o funcionamento comprometido/com defeito; Internet frequentemente lenta e sistema fora do ar; Email institucional com acesso difícil e capacidade de espaço totalmente inadequada às necessidades do serviço .</p> | <p>Insuficiência de motoristas para as atividades de fiscalização; Servidores dirigindo sem receber adicional para esta atividade e sem previsão legal para o desempenho da atividade de motorista ou a atribuição prevista de dirigir, caracterizando desvio de função; Insuficiência do número de veículos para as atividades de fiscalização; Veículos velhos, sem manutenção adequada, sem seguro de carro, e inapropriados para as atividades de fiscalização (veículos de passeio para atividades em estradas de terra em áreas rurais)</p>   | -                    |
| Q12          | Número de servidores muito inferior ao necessário   | <p>Ausência de cursos específicos para: (1) análise de planta (sob o ponto de vista sanitário); (2) inspeção ante e post-mortem dos animais de açougue (prática); (3) elaboração de programas de auto controle nas indústrias de alimentos</p>  | <p>Ausência de materiais básicos para a realização dos trabalhos de campo</p>   | -  | -   | -  | <p>Não há motoristas; Os veículos não atendem à demanda da DIPOVA</p>   | -                    |

**PONTOS NEGATIVOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Questionário | Recursos humanos  | Capacitação  | Materiais de campo   | Equipamento e suprimentos de Informática  | Materiais de Expediente  | Meios de comunicação  | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)  | Outros (especificar)   |
|--------------|---|--|--|---|--|---|---|--|
| Q13          | Servidores em número insuficiente para atender a demanda do serviço de inspeção, dificultando o cumprimento do disposto nas legislações vigentes e impedindo o atendimento ágil de serviços como registro de indústrias, avaliação de processos de rotulagem e avaliação de plantas para reforma e registro. Apenas 01 servidor administrativo para atender a Diretoria, Gerência de Inspeção, Gerência de Fiscalização de Trânsito, atendimento ao público para protocolo de documentos e demais demandas administrativas da DIPOVA. Quantidade insuficiente de servidores analistas para realização de análises laboratoriais, limitando o atendimento aos pequenos produtores, programas da SEAGRI e coleta de alimentos para controle microbiológico e físico-químico da produção das indústrias registradas na DIPOVA. | Ausência de cursos adequados para o serviço específico que a DIPOVA presta à população e atualização contínua; Ausência de participação em Congressos e Seminários de reconhecimento nacional e internacional. | Quantidade de jalecos e botas insuficiente para o tipo de uso (diário), demais equipamentos de auxílio ao trabalho de inspeção não podem ser utilizados por não haver calibração contínua. | Ausência de equipamentos que poderiam agilizar a rotina de inspeção e expediente administrativo interno, como tablets e impressoras portáteis, ausência de acesso à internet e rede da DIPOVA para todos os computadores, ausência de equipamento para retroprojeção e notebook exclusivo da DIPOVA para realização de trabalho de campo (diário e realizado por várias equipes). Servidores não tem acesso à intranet. | Quantidade insuficiente de vários materiais, como pastas, dificultando a organização de arquivos internos e diários de trabalho; |   | Veículos inadequados para o tipo de trabalho e em quantidade insuficiente. Ausência de motorista: os servidores dirigem diariamente para realizar o trabalho de inspeção mesmo sem previsão no concurso de ingresso na SEAGRI e sem qualquer tipo de remuneração por dirigibilidade.                            | -  |
| Q14          | Pessoal Insuficiente tanto no serviço de fiscalização como no administrativo  | Não há recurso para capacitação do pessoal para otimizar o serviço, uma vez que servidores melhores capacitados rendem melhor no serviço.  | Não há material suficiente – ausência de carros, ausência de termômetros calibrados, uniformes insuficientes (apenas 1/servidor)   | Não há qualquer programa que dê suporte a execução do serviço – tudo controlado por planilhas de excel e documentos do word. Não há escanner para digitalizar plantas baixas. Necessitamos atualizar as legislações por conta própria.  | Canetas fornecidas começam a falhar antes mesmo da tinta chegar à metade.  | Temos de usar nossos celulares para nos comunicarmos com o serviço em casos de situações não corriqueiras. Se damos nosso número do celular para os responsáveis do estabelecimento, não há horário comercial, já chegaram a mandar whatsapp 23h! | Não há veículo suficiente, alguns carros em estado precário (não tranca, molha dentro do veículo, retrovisor não fica na posição para o motorista); não há motoristas e não havia a necessidade de habilitação para dirigir no concurso; Manutenção dos carros demora e não há controle no setor de transporte. | -  |
| Q15          | Sobre a área de RH da SEAGRI, já tive problemas com enquadramento na tabela de classe/padrão e questões de insalubridade que me levaram a buscar a justiça para resolução. Todas as questões foram causadas por erro do RH.   | Não há um programa para capacitação e/ou atualização na área de laboratório que é uma área muito dinâmica que requer sempre.   | -  | Não há computadores para todos os servidores.   | As canetas fornecidas são de péssima qualidade.  | -   | -   | <p><b>Segurança no Trabalho</b><br/>Não há um programa de prevenção de riscos e acidentes de trabalho no Laboratório. Alguns equipamentos que deveriam ser utilizados em caso de acidentes sequer funcionam.</p> <p><b>Estrutura física</b><br/>O prédio da Laboratório/DIPOVA está em péssimas condições. As lâmpadas vivem queimadas e não há substituição mesmo com a solicitação da chefia</p> |

**PONTOS NEGATIVOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Questionário | Recursos humanos | Capacitação | Materiais de campo | Equipamento e suprimentos de Informática | Materiais de Expediente | Meios de comunicação | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros) | Outros (especificar)   |
|--------------|------------------|-------------|--------------------|--|-------------------------|----------------------|--|--|
|              |                  |             |                    |  |                         |                      |  | imediata. Existem vazamentos de água, goteiras, canos rachados, janelas e portas que não se fecham e/ou estão em péssimo estado. |

## ANEXO III-C – PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES (DISAF/DIPOVA)

| COMENTÁRIOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |   |   |  |   |  |   |  |  |
|---|---|---|--|---|--|---|--|--|
| Questionário  | Recursos humanos  | Capacitação   | Materiais de campo   | Equipamento e suprimentos de Informática                                    | Materiais de Expediente  | Meios de comunicação  | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)   | Outros (especificar)   |
| Q1  | O número de servidores é pequeno demais para a demanda do serviço.                          | Não existe um programa de capacitação técnica implantado para o nivelamento técnico da equipe de fiscalização, e, nem programa de atualização continuada. | Alguns não podem ser utilizados para atividades fiscais por falta de calibragem certificada (termômetros).   | Tablets, notebooks e impressoras portáteis ajudariam nos trabalhos a campo. | Prever a confecção de novos blocos de autos, termos e laudos, utilizados no dia a dia pela equipe de fiscalização. | Sugestão para que haja melhorias na comunicação entre gestores e servidores, principalmente no tocante à originada dos servidores para os gestores. | Devido à natureza do serviço (área rural), há a necessidade de veículos adaptados para este fim, além da implantação de programa de manutenção preventiva eficiente, e não só de manutenção corretiva. | -  |
| Q2  | Não há recursos humanos suficientes para a execução das atividades de fiscalização.         | -   | -  | -   | -  | -   | -  | Além da falta de recursos humanos, tecnológicos e de logística, esse é um dos problemas mais graves enfrentados diariamente pela equipe de fiscalização da DIPOVA. |
| Q3  | -   | -   | -  | -   | -  | -   | -  | -  |
| Q4  | Equipe de trabalho unida e com integrantes muito capacitados e prontos a ajudar os colegas. | Pouca inserção e participação da DIPOVA em Congressos, Simpósios, Palestras, Cursos, Feiras.  | As vezes falta EPI e nos trabalhos em frigoríficos temos de solicitar ao estabelecimento (protetores auriculares, luvas de aço, facas, afiadores)  | -   | Sempre à disposição quando necessitei.   | Sempre à disposição, mas deve-se melhorar a manutenção das linhas telefônicas (rede interna do prédio da DIPOVA).                                   | Não temos motoristas à disposição para realização dos deslocamentos; veículos às vezes não em tão bom estado de manutenção e com muitos anos de uso; gasolina sempre a disposição;                     | -  |
| Q5  | -   | -   | -  | -   | -  | -   | -  | -  |
| Q6  | -   | -   | -  | -   | -  | -   | -  | -  |
| Q7  | -   | -   | -  | -   | -  | -   | -  | -  |
| Q8  | -   | Não acho interessante obrigar as pessoas a fazerem cursos que elas não se interessam e que não são de suas  | Acho horrível quando alguns dirigentes desta Secretaria ficam disseminando a informação que querem acabar com o Laboratório e preferiam terceirizá-lo. Será que isso melhoraria o serviço realizado? | -   | -  | -   | -  | -  |

**COMENTÁRIOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Questionário | Recursos humanos   | Capacitação  | Materiais de campo  | Equipamento e suprimentos de Informática   | Materiais de Expediente  | Meios de comunicação  | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)   | Outros (especificar) |
|--------------|--|--|---|--|--|---|--|----------------------|
|              |  | áreas afins simplesmente para aumentar o número de servidores capacitados. | Por que não se pensa em melhorar o serviço investindo mais no setor?  |  |  |   |  |                      |
| Q9           | Com a quantidade de servidores se aposentando é de suma importância que a SEAGRI programe concurso público para no mínimo suprir as áreas mais prejudicadas. |  | Os processos de compras para materiais destinados ao auxílio nas ações de fiscalização são sempre demorados e deveriam haver mecanismos de substituição imediata. | A aquisição de notebook e impressoras com carregamento de fonte 12vts, como há em outros órgãos de fiscalização deixaria as ações de campo e de fiscalização em trânsito mais ágeis e com isso traria mais segurança e transparência nessas ações. | Os contratos de fornecimento desses materiais deveriam prever que se o material se mostrasse de baixa qualidade e se mostrassem ineficiente em todo ou em parte a empresa fornecedora deveria repor. | Poderia haver mais instrumentos de comunicação para as ações de fiscalização em trânsito (rádios de comunicação de longa distância nos veículos de fiscalização em Trânsito) bem como um contrato de manutenção desses aparelhos. | Deveria-se pensar em uma gratificação para os servidores que desempenham as funções de condutor de veículos oficiais e não foram contratados para esse fim, assim como há em outros órgãos do GDF (como por exemplo a EMATER-DF). A aquisição de veículos para desenvolver a fiscalização de trânsito é de suma importância uma vez que é o principal instrumento desse tipo de fiscalização e que sem o qual se torna impossível desempenhar as mesmas. Mesmo com os veículos adquiridos por meio de convênio com o MAPA ainda sim a fiscalização de trânsito ficará com poucos veículos pois serão apenas três para fiscalizar todas as vias e rodovias do DF o que é irrisório de uma perspectiva de combate a clandestinidade, transporte inadequado de produtos alimentícios, averiguação de denúncia, doação de alimentos próprios ao consumo humano e inutilização ou doação para alimentação animal dos impróprios ao consumo humano além de apoio logístico a inspeção sanitária in loco e outras atividades advindas da natureza dessa atividade, sendo assim o GDF deveria olhar com bons olhos essa atividade que traz segurança alimentar a população do DF e que hoje é tão carente do seu principal instrumento de trabalho. Seria também de extrema importância um contrato de prestação de serviço tanto de manutenção periódica e emergencial quanto de serviço de limpeza e conservação da(s) câmara(s). Nas atividades de fiscalização de trânsito não deveria haver cota para uso de combustível. |                      |

**COMENTÁRIOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Questionário | Recursos humanos   | Capacitação   | Materiais de campo  | Equipamento e suprimentos de Informática   | Materiais de Expediente  | Meios de comunicação   | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros)   | Outros (especificar)   |
|--------------|--|---|---|--|--|--|--|--|
|              |  |   |   |  |  |  | Aquisição de veículo dotado de instalação frigorífica para transporte de produtos apreendidos, para apoio nas ações de doação e apoio logístico a ações de inspeção.   |  |
| Q10          | Trabalho em equipe unidos e com integrantes capacitados e dispostos a buscar conhecimentos e auxiliar os servidores.   | Pouca inserção e participação da DIPOVA em Congressos, Simpósios, Seminários, Fórum, Palestras, Cursos, Feiras.   | Esporadicamente há falta EPI, necessitando que a fiscal peça à agroindústria. Falta de calibração nos termômetros infravermelhos.   | Ausência de computador portátil e projetor para apresentações (Na DIOVA e fora da mesma) e reuniões da DIPOVA. | Esporadicamente há falta de materiais de expediente como pastas, pen-drive e outros.   | Melhorar a manutenção das linhas telefônicas da DIPOVA, bem como aumentar o número de linhas para melhorar o atendimento ao público. |  | Pouco servidores para a realização de fiscalização e inspeção, bem como para realização de análises laboratoriais e na parte administrativa. |
| Q11          | Necessidade de realocação de recursos humanos de outras Subsecretarias para as atividades de fiscalização, especialmente de agrônomos para a inspeção de produtos de origem vegetal.   | Necessidade de criação de mecanismos que facilitem a capacitação dos servidores que executam as atividades fins do órgão, e de dotação orçamentária específica para a capacitação de servidores que executam atividades típicas de Estado | Trata-se muitas vezes de materiais específicos e de elevado grau de especificidade, e a compra centralizada muitas vezes torna a aquisição muito morosa e a compra inadequada às reais necessidades do serviço.   | Necessidade de aquisição de softwares específicos para as necessidades do serviço de Defesa Agropecuária.      | Compreensão por parte do órgão de que alguns materiais solicitados são essenciais para a garantia das ações de fiscalização agropecuária | Criação de um email institucional com fácil acesso e capacidade de espaço maior, adequada às demandas do serviço                     | Aquisição de veículos utilitários adequados para a atividade de fiscalização e em número suficiente, com seguro e manutenção preventiva; Contratação ou realocação de motorista para as atividades de fiscalização e/ou percepção de adicional de dirigibilidade por parte dos servidores que necessitam dirigir veículos para a realização de suas atribuições. |  |
| Q12          | Poucas pessoas com grande volume de serviço para desempenhar; Na fiscalização, o analista realiza: (1) inspeções in loco (lavatura de laudo de inspeção; termo de coleta; notificações, autuações); (2) análise de planta; (3) análise de rótulo; (4) análise de programas de autocontrole; (5) digitalização de documentos; (6)réplicas/trépicas; (7) elaboração de notas técnicas; (8) coleta de material para a realização de análises laboratoriais na DIPOVA; (9)Revisão da legislação; (10) Realização de vistoria prévia; (11) dirigir até as indústrias (não há motoristas) localizadas muitas vezes |   | Em 6 anos, recebi 1(um) par de botas e 2(dois) jalecos. Utilizo bota e jaleco todos os dias durante as inspeções; Ainda, não há EPIs (equipamentos de proteção individual) para todos os fiscais, tais como: juponas; luvas; capas de chuva; Também não possuímos termômetros; Phgâmetros em quantidade suficiente; A autoclave do laboratório quebrou e estamos impossibilitados de realizar análises de água e microbiológicas de alimentos, o que prejudica muito o serviço. |  |  |  | Os fiscais que dirigem até o local da inspeção (geralmente área rural).  |  |

**COMENTÁRIOS ÁREA MEIO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Questionário | Recursos humanos   | Capacitação   | Materiais de campo   | Equipamento e suprimentos de Informática  | Materiais de Expediente | Meios de comunicação | Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros) | Outros (especificar) |
|--------------|--|---|--|---|-------------------------|----------------------|--|----------------------|
|              | em área rural; Eu tenho 13 estabelecimentos para fiscalizar (sem contar os supermercados), sendo 3 abatedouros de suínos. De acordo com a legislação, a fiscalização de abatedouros deve ser permanente (pelo menos 1 veterinário por abatedouro) e isso não é possível atualmente, gerando sobrecarga nos servidores e prejudicando o serviço prestado. |   |  |   |                         |                      |  |                      |
| Q13          | Como sugestão: Realização de concurso público para Agrônomos e técnicos em agropecuária e realocação de veterinários lotados em outras diretorias para diminuir o déficit da DIPOVA.   | Destinação anual de verba específica para a DIPOVA para atualização contínua de todo o corpo técnico (inspeção e laboratório) | Sugestão: Contrato de manutenção e calibração contínuo   | -   | -                       | -                    | -  | -                    |
| Q14          | Servidores sobrecarregados, ou seja, os estabelecimentos ficam sem fiscalização/inspeção sanitária por mais tempo devido a necessidade de resolução de atividades internas.  | Devido a sobrecarga dos servidores, às vezes, fica difícil até atualizar as legislações.                                      | Servidores necessitam alternar entre a fiscalização e elaboração de meios para fiscalizar - check list | Devido a sobrecarga de trabalho, às vezes, não é possível nem atualizar as legislações. | -                       | -                    | -  | -                    |
| Q15          | -  | Fiz apenas uma capacitação em 6 anos de secretaria no ITAL de Campinas.   | -  | -   | -                       | -                    | -  |                      |

## ANEXO III-D – PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES (DISAF/DIPOVA)

| PONTOS POSITIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |    |  |    |   |    |    |    |    |    |     |                   |     |     |              |     |
|---|----|--|----|---|----|----|----|----|----|-----|-------------------|-----|-----|--------------|-----|
| Atividade   | Q1 | Q2                                     | Q3 | Q4  | Q5 | Q6 | Q7 | Q8 | Q9 | Q10 | Q11               | Q12 | Q13 | Q14          | Q15 |
| Guia de Trânsito Animal – GTA                                     | -  | Algumas unidades emitem GTA eletrônica | -  | Criação de sistema informatizado de emissão para prevenir fraudes | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |
| Licenciamento Sanitário   | -  | Não há pontos fortes                   | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | Novo Decreto | -   |
| Cadastros de Médicos Veterinários                                 | -  | Não aplicável                          | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |
| Declaração de Vacinação   | -  | Não aplicável                          | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |
| Cadastro de Lojas para venda de vacinas contra febre aftosa       | -  | Não aplicável                          | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |
| Cadastro de propriedades com exploração agropecuária              | -  | Não aplicável                          | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |
| Registro para comercialização de agrotóxicos                      | -  | Não aplicável                          | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |
| Fiscalização do comércio de agrotóxicos e afins                   | -  | Não aplicável                          | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |
| Fiscalização do uso de agrotóxicos e afins                        | -  | Não aplicável                          | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |
| Certificado do RENASEM para comercialização de sementes e mudas   | -  | Não aplicável                          | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -            | -   |

| PONTOS POSITIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)                         |  |                    |    |    |                                     |    |    |                                     |    |                                       |  |     |   |  |  |
|---|--|--------------------|----|----|-------------------------------------|----|----|-------------------------------------|----|---------------------------------------|--|-----|---|--|--|
| Atividade   | Q1   | Q2                 | Q3 | Q4 | Q5                                  | Q6 | Q7 | Q8                                  | Q9 | Q10                                   | Q11  | Q12 | Q13   | Q14  | Q15  |
| Emissão de permissão de trânsito de vegetais  | -  | Não aplicável      | -  | -  | -                                   | -  | -  | -                                   | -  | -                                     | Não sei responder  | -   | -   | -  | -  |
| Habilitação de responsáveis técnicos para emissão de certificado fitossanitário de origem | -  | Não aplicável      | -  | -  | -                                   | -  | -  | -                                   | -  | -                                     | Não sei responder  | -   | -   | -  | -  |
| Registro de agroindústrias de produtos de origem animal                                   | Pelo esforço da equipe de fiscalização, o processo está se tornando mais célere. | Tem previsão legal | -  | -  | -                                   | -  | -  | -                                   | -  | Legislação em processo de atualização | Recursos humanos de nível superior com formação profissional adequada à competência técnica legal exigida para as atividades desempenhadas;  | -   | Comprometimento dos servidores em viabilizar e agilizar o registro.                                     | Alimento de melhor qualidade e fiscalizado | Mesmo possuindo uma equipe pequena, a DIPOVA tem feito um ótimo trabalho na fiscalização e inspeção de produtos de origem animal.  |
| Registro de agroindústrias de produtos de origem vegetal                                  | -  | -                  | -  | -  | Existe legislação específica no DF. | -  | -  | Existe legislação específica no DF. | -  | Legislação em processo de atualização | Os atuais servidores que atuam nesta atividade possuem formação profissional adequada às atividades desempenhadas e a competência legal prevista, e extremo comprometimento com o serviço prestado | -   | Comprometimento dos servidores em viabilizar e agilizar o registro. Existência de legislação distrital. | -  | Mesmo possuindo uma equipe pequena, a DIPOVA tem feito um ótimo trabalho na fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal. |

PONTOS POSITIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)

| Atividade   | Q1  | Q2   | Q3 | Q4 | Q5  | Q6 | Q7 | Q8   | Q9  | Q10                                   | Q11  | Q12 | Q13  | Q14                               | Q15   |
|---|---|--|----|----|---|----|----|--|---|---------------------------------------|--|-----|--|-----------------------------------|---|
| Registro de agroindústrias artesanais                           | Os estabelecimentos já registrados de produtos de origem animal estão sendo acompanhados por técnicos da área animal. | Legislação específica                        | -  | -  | Existe legislação específica no DF.   | -  | -  | Existe legislação específica no DF.  | -   | Legislação em processo de atualização | Os atuais servidores que atuam nesta atividade possuem formação profissional adequada às atividades desempenhadas e a competência legal prevista, e extremo comprometimento com o serviço prestado | -   | Comprometimento dos servidores em viabilizar e agilizar o registro. Existência de legislação distrital | -                                 | Mesmo possuindo uma equipe pequena, a DIPOVA tem feito um ótimo trabalho na fiscalização e inspeção de produtos artesanais. |
| Fiscalização de trânsito de produtos de origem vegetal e animal | -   | Equipe com capacidade técnica e comprometida | -  | -  | Importante para minimizar a entrada de produtos clandestinos no Distrito Federal. | -  | -  | Extremamente importante para minimizar a entrada de produtos clandestinos no Distrito Federal. | Dedicação dos servidores lotados na Gerência de Fiscalização do Trânsito de Produtos Agropecuários (GEFIT), da chefia imediata e resolver com todas as limitações econômicas e de pessoal que vem passando a administração pública do GDF, o apoio dos demais servidores ligados de forma direta ou indireta as atividades desempenhadas pela GEFIT e a recente | Legislação em processo de atualização | Equipe extremamente comprometida com as atividades desempenhadas   | -   | Comprometimento dos servidores. Previsão legal distrital para fiscalização do trânsito.                | Combate aos produtos clandestinos |   |

| PONTOS POSITIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |    |    |    |    |   |    |    |  |   |     |   |     |     |   |   |
|---|----|----|----|----|---|----|----|--|---|-----|---|-----|-----|---|---|
| Atividade   | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5  | Q6 | Q7 | Q8   | Q9  | Q10 | Q11   | Q12 | Q13 | Q14   | Q15   |
|   |    |    |    |    |   |    |    |  | inclusão da DIPOVA ao convênio estabelecido com o MAPA. |     |   |     |     |   |   |
| Outros (especificar)  | -  | -  | -  | -  | Registro de Produtos de origem vegetal, animal e microrganismos   | -  | -  | Registro de Produtos de origem vegetal, animal e microrganismos  | -   | -   | Inspeção e Fiscalização de Agroindústrias Registradas   | -   | -   | Laboratório de Análise de Alimentos   | Análises microbiológicas e físico-químicas de alimentos   |
|   | -  | -  | -  | -  | Permite um melhor controle sobre o que está sendo produzido pelos estabelecimentos  | -  | -  | Permite um melhor controle sobre o que está sendo produzido pelos estabelecimentos.  | -   | -   | Os atuais servidores que atuam nesta atividade possuem formação profissional adequada às atividades desempenhadas e a competência legal prevista.                   | -   | -   | Realização das análises microbiológicas e físico-químicas de água e alimentos permitindo um controle dos alimentos e tipo de manipulação realizado pelas indústrias | Equipe bem preparada.<br><br>Aumento no número de análises realizadas, mesmo com as dificuldades encontradas. |
| Outros (especificar)  | -  | -  | -  | -  | Realização de Análises Laboratoriais (Físico-Químicas e Microbiológicas)  | -  | -  | Realização de Análises Laboratoriais (Físico-Químicas e Microbiológicas)   | -   | -   | Realização de Análises Laboratoriais  | -   | -   | -   |   |
|   | -  | -  | -  | -  | A Seagri-DF é uma das poucas no Brasil que possui laboratório próprio. Única opção para muitos produtores que precisam realizar análises de água e de seus produtos e não | -  | -  | O nosso Laboratório é a única opção para muitos produtores que precisam realizar análises de água e de seus produtos e não têm condições financeiras para realizá-las em | -   | -   | Existência de laboratório próprio e nas dependências da Dipova para a realização de análises laboratoriais de alimentos e de água dos estabelecimentos que produzem | -   | -   | -   |   |

| PONTOS POSITIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |    |    |    |    |  |    |    |  |    |     |   |     |     |     |     |
|---|----|----|----|----|--|----|----|--|----|-----|---|-----|-----|-----|-----|
| Atividade   | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5   | Q6 | Q7 | Q8   | Q9 | Q10 | Q11   | Q12 | Q13 | Q14 | Q15 |
|   |    |    |    |    | tem condições financeiras para realizá-las em laboratórios particulares. Importante suporte às ações de fiscalização da DIPOVA |    |    | laboratórios particulares. O Laboratório fornece importante suporte às ações de fiscalização da DIPOVA |    |     | alimentos de origem vegetal e animal  |     |     |     |     |
| Outros<br>(especificar)   | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Registro de Produtos no Serviço de Inspeção Distrital (rotulagem de produtos) | -   | -   | -   |     |
|   | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -   | Profissionais capacitados para a realização desta atividade                   | -   | -   | -   |     |

## ANEXO III-E – PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES (DISAF/DIPOVA)

| PONTOS NEGATIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |    |                                |    |   |    |   |    |    |    |     |                   |     |     |   |     |
|---|----|--------------------------------|----|---|----|---|----|----|----|-----|-------------------|-----|-----|---|-----|
| Atividade   | Q1 | Q2                             | Q3 | Q4  | Q5 | Q6  | Q7 | Q8 | Q9 | Q10 | Q11               | Q12 | Q13 | Q14   | Q15 |
| Guia de Trânsito Animal – GTA                                     | -  | Isenção de taxas para emissão. | -  | Permite ser burlado quando mal utilizado pelos usuários | -  | Permite ser burlado quando mal utilizado pelos usuários | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | Os animais não são conferidos no embarque, demora para que seja realizada a conferência; Muitas guias emitidas no mês sem que ocorra a conferência se os animais chegaram à propriedade | -   |
| Licenciamento Sanitário   | -  | Taxa cobrada é muito irrisória | -  | -   | -  | -   | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | Demorado, ausência de legislação mais explicativa e regulatória   | -   |
| Cadastrros de Médicos Veterinários                                | -  | -                              | -  | -   | -  | -   | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | Não há cadastro dos Médicos Veterinários  | -   |
| Declaração de Vacinação   | -  | -                              | -  | -   | -  | -   | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | Nem todos os boletins sanitários são enviados, alguns que são enviados não constam todas as informações necessárias ou as informações são falsas  | -   |
| Cadastro de Lojas para venda de vacinas contra febre aftosa       | -  | -                              | -  | -   | -  | -   | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -   | -   |
| Cadastro de propriedades com exploração agropecuária              | -  | -                              | -  | -   | -  | -   | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -   | -   |
| Registro para comercialização de agrotóxicos                      | -  | -                              | -  | -   | -  | -   | -  | -  | -  | -   | Não sei responder | -   | -   | -   | -   |

| PONTOS NEGATIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)                         |  |                                  |  |    |   |    |  |  |    |     |   |     |  |   |   |
|---|--|----------------------------------|--|----|---|----|--|--|----|-----|---|-----|--|---|---|
| Atividade   | Q1   | Q2                               | Q3   | Q4 | Q5  | Q6 | Q7   | Q8   | Q9 | Q10 | Q11   | Q12 | Q13  | Q14   | Q15   |
| Fiscalização do comércio de agrotóxicos e afins   | -  | -                                | -  | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder   | -   | -  | -   | -   |
| Fiscalização do uso de agrotóxicos e afins  | -  | -                                | -  | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder   | -   | -  | -   | -   |
| Certificado do RENAEM para comercialização de sementes e mudas                            | -  | -                                | -  | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder   | -   | -  | -   | -   |
| Emissão de permissão de trânsito de vegetais  | -  | -                                | -  | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder   | -   | -  | -   | -   |
| Habilitação de responsáveis técnicos para emissão de certificado fitossanitário de origem | -  | -                                | -  | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -   | Não sei responder   | -   | -  | -   | -   |
| Registro de agroindústrias de produtos de origem animal                                   | Existem inúmeros estabelecimentos que, embora tenham registro, possuem várias irregularidades documentais como ausência de licença ambiental e de funcionamento. | Legislação desatualizada e falha | O processo poderia ser mais célere se houvessem mais servidores disponíveis para realizar as vistorias, análises de rótulos e plantas. | -  | Efetivo insuficiente para fiscalizar de maneira adequada todos os estabelecimentos. Interferência política no processo. | -  | O número de servidores reduzido acaba por sobrecarregar, de forma que a fiscalização dos estabelecimentos já registrados não pode parar e o número de estabelecimentos que procuram o registro vem aumentando. | Número insuficiente de servidor para fiscalizar todos os estabelecimentos. | -  | -   | Legislação distrital deficiente e desatualizada; Ausência de legislação federal; Número insuficiente de servidores para a demanda do serviço; Desconhecimento dos consumidores e dos produtores quanto às exigências sanitárias legais e aos serviços prestados pela Dipova/Seagri; Pouco reconhecimento, apoio e valorização dos serviços desempenhados pela Dipova por parte da Seagri. | -   | Legislação distrital muito precária, dificultando as ações fiscais sanitárias. | Legislação fraca e deficiente (muito ampla) | Muitos processos demoram muito tempo para serem concluídos, pois há uma escassez de pessoal para atender uma demanda muito grande. Um exemplo são as análises de rótulos de produtos em que o número de solicitações aumentou consideravelmente e apenas 3 servidores fazem todo o trabalho. Falta de |

PONTOS NEGATIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)

| Atividade  | Q1  | Q2   | Q3   | Q4 | Q5  | Q6 | Q7   | Q8   | Q9 | Q10 | Q11   | Q12 | Q13  | Q14 | Q15              |
|--|---|--|--|----|---|----|--|--|----|-----|---|-----|--|-----|------------------|
|  |   |  |  |    |   |    |  |  |    |     |   |     |  |     | peçoal.          |
| Registro de agroindústrias de produtos de origem vegetal | -   | -  | O processo poderia ser mais célere se houvessem mais servidores disponíveis para realizar as vistorias, análises de rótulos e plantas. | -  | Efetivo insuficiente para fiscalizar de maneira adequada todos os estabelecimentos. Interferência política no processo.                         | -  | O número de servidores reduzido acaba por sobrecarregar, de forma que a fiscalização dos estabelecimentos já registrados não pode parar e o número de estabelecimentos que procuram o registro vem aumentando. | Número insuficiente de servidor para fiscalizar todos os estabelecimentos. | -  | -   | Legislação distrital deficiente e desatualizada; Ausência de legislação federal; Número insuficiente de servidores para a demanda do serviço; Ausência do profissional agrônomo na Dipova para o desempenho das atividades necessárias para o registro de agroindústrias de produtos de origem vegetal; Desconhecimento dos consumidores e dos produtores quanto às exigências sanitárias legais e aos serviços prestados pela Dipova/Seagri; Pouco reconhecimento, apoio e valorização dos serviços desempenhados pela Dipova por parte da Seagri. | -   | Legislação distrital desatualizada.                  | -   | Falta de pessoal |
| Registro de agroindústrias artesanais                    | Alguns estabelecimentos necessitam se adequar à legislação sanitária vigente. | Legislação tem muitas falhas e está incompleta | O processo poderia ser mais célere se houvessem mais servidores disponíveis para realizar as vistorias, análises de rótulos e plantas. | -  | Legislação que trata do assunto é vaga e permite o acesso de agroindústrias que não se enquadram no perfil. Interferência política no processo. | -  | -  | -  | -  | -   | Legislação distrital deficiente e desatualizada; Ausência de legislação federal; Número insuficiente de servidores para a demanda do serviço; Desconhecimento dos consumidores e dos produtores quanto às exigências sanitárias legais e  | -   | Legislação distrital não atende à necessidade atual. | -   | -                |

PONTOS NEGATIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)

| Atividade   | Q1 | Q2  | Q3 | Q4 | Q5   | Q6 | Q7 | Q8  | Q9   | Q10 | Q11  | Q12 | Q13   | Q14   | Q15 |  |
|---|----|---|----|----|--|----|----|---|--|-----|--|-----|---|---|-----|--|
|   |    |   |    |    |  |    |    |   |  |     | aos serviços prestados pela Dipova/Seagri; Pouco reconhecimento, apoio e valorização dos serviços desempenhados pela Dipova por parte da Seagri.   |     |   |   |     |  |
| Fiscalização de trânsito de produtos de origem vegetal e animal | -  | Falta de recursos humanos e financeiros (veículos, câmaras frias, etc). | -  | -  | Efetivo pequeno. Não consegue cobrir todos os acessos. | -  | -  | Número insuficiente de servidor para fiscalizar todos os acessos. | Há sucateamento dos veículos, da câmara fria, dos objetos e aparatos de fiscalização disponíveis a GEFIT, por tempo de serviço ou falta de manutenção periódica e dificuldade de manutenção emergencial. falta de contratos ou convênios no tocante a conservação, higienização de materiais e equipamentos lotados na GEFIT. Contrato ou convênio formal para destinação de produtos que devem ser inutilizados. Falta de veículos adequados ao exercício da fiscalização de trânsito. Falta de pessoal e treinamentos direcionado a esse tipo de fiscalização. Falta de instrumentos legais e físicos que tragam mais segurança às ações e a integridade física dos agentes de fiscalização. Direcionamento de verbas para sanar problemas emergenciais que muitas vezes | -   | Legislação distrital deficiente e desatualizada; Número insuficiente de servidores e veículos para a demanda do serviço; Desconhecimento dos consumidores e dos produtores quanto às exigências sanitárias legais e aos serviços prestados pela Dipova/Seagri; Pouco reconhecimento, apoio e valorização dos serviços desempenhados pela Dipova por parte da Seagri. | -   | Quantidade de servidores, veículos, materiais de apoio para blitz, local para armazenamento dos produtos apreendidos e treinamento insuficientes. | Pouco pessoal, poucos veículos, falta de equipamentos de comunicação, ausência de segurança para o serviço e servidores | -   |  |

| PONTOS NEGATIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |    |    |    |    |   |    |    |   |   |     |  |     |     |   |  |
|---|----|----|----|----|---|----|----|---|---|-----|--|-----|-----|---|--|
| Atividade   | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5  | Q6 | Q7 | Q8  | Q9  | Q10 | Q11  | Q12 | Q13 | Q14   | Q15  |
|   |    |    |    |    |   |    |    |   | paralisam, dificultam ou retardam as ações. |     |  |     |     |   |  |
|   | -  | -  | -  | -  | Registro de Produtos de origem vegetal, animal e microorganismos  | -  | -  | Realização de Análises Laboratoriais (Físico-Químicas e Microbiológicas)  | -   | -   | <b>Inspecção e Fiscalização de Agroindústrias Registradas</b>  | -   | -   | Laboratório de Análise de Alimentos   | <b>Análises microbiológicas e físico-químicas de alimentos</b>   |
| <b>Outros (especificar)</b>                                       | -  | -  | -  | -  | Não é feita nenhuma ação impeditiva para os estabelecimentos que comercializam produtos sem registro ou com erros de rotulagem. Como existem poucos analistas para avaliar os rótulos dos estabelecimentos, o estabelecimento de prazo para conclusão da análise torna-se inadequado. |    |    | Poucos funcionários, equipamentos antigos. Falta de cursos de capacitação específicos para a área laboratorial. |   |     | Número insuficiente de veículos e de estrutura de apoio às ações realizadas; Legislação distrital deficiente e desatualizada; Ausência de legislação federal em algumas situações; Número insuficiente de servidores para a demanda do serviço; Ausência do profissional agrônomo na Dipova para o desempenho das atividades necessárias para a inspecção de agroindústrias de produtos de origem vegetal; Desconhecimento dos consumidores e dos produtores quanto às exigências sanitárias legais e aos serviços prestados pela Dipova/Seagri; Desconhecimento dos consumidores e dos produtores quanto às exigências sanitárias legais e aos serviços prestados pela Dipova/Seagri; Pouco reconhecimento, apoio e valorização dos serviços desempenhados pela Dipova por parte da Seagri; Falta de apoio/respaldo legal e |     |     | Falta de incentivo para o crescimento do setor, na tentativa até de acabar com este setor que é o apoio "mor" nas ações de fiscalização, relacionado diretamente à qualidade dos produtos e saúde da população. Falta de reagentes para realizar as análises devido à falta de verba; falta de equipamentos mais modernos e de manutenção para os existentes; instalação inadequada para realizar mais análises (elétrica e A maioria dos servidores estarão se aposentando nos próximos 5 anos e não terá pessoal suficiente para realização das atividades. O laboratório é essencial ao serviço e a terceirização do serviço não deveria ser uma | Falta de investimento no Laboratório. Equipamentos antigos e que apresentam problemas com frequência. Falta de reagentes e meios de cultura que interrompem o trabalho. Falta pessoal. |

**PONTOS NEGATIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Atividade | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5  | Q6 | Q7 | Q8 | Q9 | Q10 | Q11   | Q12 | Q13 | Q14   | Q15 |
|-----------|----|----|----|----|---|----|----|----|----|-----|---|-----|-----|---|-----|
|           |    |    |    |    |   |    |    |    |    |     | jurídico para as ações de fiscalização desempenhadas pelos atuais servidores.   |     |     | opção, uma vez que os laboratórios particulares no DF não são confiáveis, já que por diversas vezes confirmamos até fraudes realizada por eles. Além disso, o custo de transferir o serviço a um particular cobriria os custos do laboratório, permitiria capacitação e compra de hidráulica) |     |
|           |    |    |    |    | Realização de Análises Laboratoriais (Físico-Químicas e Microbiológicas)                    |    |    |    |    |     | Realização de Análises Laboratoriais  |     |     |   |     |
|           | -  | -  | -  | -  | Poucos funcionários; Equipamentos antigos e muitos sem manutenção; Metodologias antiquadas; | -  | -  | -  | -  |     | Laboratório com estrutura física inadequada, mal conservada e insuficiente à demanda da fiscalização sanitária/agropecuária; Materiais de apoio e equipamentos sucateados e sem a adequada manutenção e reposição; Insuficiência de reagentes e equipamentos adequados para realização das análises laboratoriais necessárias; Processo de compra | -   | -   | -   | -   |

**PONTOS NEGATIVOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Atividade | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5 | Q6 | Q7 | Q8 | Q9 | Q10 | Q11  | Q12 | Q13 | Q14 | Q15 |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|--|-----|-----|-----|-----|
|           |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     | de materiais, reagentes e equipamentos burocrático, moroso e muitas vezes mal sucedido; Ausência de um sistema eletrônico de controle de análises laboratoriais. |     |     |     |     |
|           | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | -   | <b>Registro de Produtos no Serviço de Inspeção Distrital (rotulagem de produtos)</b>   | -   | -   | -   | -   |
|           |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     | Ausência de um sistema eletrônico de registro de produtos no Sistema de Inspeção Distrital   |     |     |     |     |

## ANEXO III-F – PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES (DISAF/DIPOVA)

| PONTOS COMENTADOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF) |    |   |    |   |   |    |    |   |    |                            |     |     |     |                                   |     |
|--|----|---|----|---|---|----|----|---|----|----------------------------|-----|-----|-----|-----------------------------------|-----|
| Atividade  | Q1 | Q2  | Q3 | Q4  | Q5                                      | Q6 | Q7 | Q8                                      | Q9 | Q10                        | Q11 | Q12 | Q13 | Q14                               | Q15 |
| Guia de Trânsito Animal – GTA                                      | -  | Geração de recursos para ser investidos na fiscalização |    | Na verificação da autenticidade deveria haver um campo mostrando se a guia é válida ou não, não apenas que foi emitida. | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA. |     |     |     |                                   | -   |
| Licenciamento Sanitário  | -  | Geração de recursos para ser investidos na fiscalização |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA  |     |     |     | O RLE deveria contemplar a DIPOVA | -   |
| Cadastros de Médicos Veterinários                                  | -  |   |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA  |     |     |     |                                   | -   |
| Declaração de Vacinação  | -  |   |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA  |     |     |     |                                   | -   |
| Cadastro de Lojas para venda de vacinas contra febre aftosa        | -  |   |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA  |     |     |     |                                   | -   |
| Cadastro de propriedades com exploração agropecuária               | -  |   |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA  |     |     |     |                                   | -   |
| Registro para comercialização de agrotóxicos                       | -  |   |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA  |     |     |     |                                   | -   |
| Fiscalização do comércio de agrotóxicos e                          | -  |   |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA  |     |     |     |                                   | -   |

**PONTOS COMENTADOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Atividade   | Q1  | Q2 | Q3 | Q4  | Q5                                      | Q6 | Q7 | Q8                                      | Q9 | Q10   | Q11   | Q12 | Q13                                  | Q14 | Q15   |
|---|---|----|----|---|---|----|----|---|----|---|---|-----|--------------------------------------|-----|---|
| afins   |   |    |    |   |   |    |    | assunto.                                |    |   |   |     |                                      |     |   |
| Fiscalização do uso de agrotóxicos e afins  | -   |    |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA   |   |     |                                      |     | -   |
| Certificado do RENASEM para comercialização de sementes e mudas                           | -   |    |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA   |   |     |                                      |     | -   |
| Emissão de permissão de trânsito de vegetais  | -   |    |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA   |   |     |                                      |     | -   |
| Habilitação de responsáveis técnicos para emissão de certificado fitossanitário de origem | -   |    |    | -   | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    |    | Não tenho conhecimento sobre o assunto. |    | Não realizado pela DIPOVA   |   |     |                                      |     | -   |
| Registro de agroindústrias de produtos de origem animal                                   | Ao longo dos anos, muitos estabelecimentos conseguiram o registro. Entretanto, os processos necessitam ser revistos (principalmente os mais antigos) para proceder a adequações à legislação. |    |    | Poderia haver um sistema informatizado para acompanhamento pelos usuários do andamento dos processos, tanto de registro quanto de outros processos e emissão de documentos. |   |    |    |   |    | Necessidade de sistema informatizado para acompanhamento pelos usuários em processo de registro, bem como outros processos e emissão de documentos. | Contratação de veterinários ou realocação de veterinários para a Dipova; Revisão e publicação urgente de uma legislação mais atualizada às necessidades; Aquisição de veículos em número e características adequadas para essas atividades. |     | Sugestão: atualização da legislação. |     | -   |
| Registro de agroindústrias de produtos de origem vegetal                                  | -   |    |    | -   |   |    |    |   |    | Necessidade de sistema informatizado para   | Contratação de veterinários ou realocação de agrônomo para  |     | Sugestão: atualização da legislação  |     | Mesmo com a escassez de pessoal, permitiram que |

PONTOS COMENTADOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)

| Atividade   | Q1   | Q2 | Q3 | Q4 | Q5 | Q6 | Q7 | Q8 | Q9  | Q10   | Q11   | Q12 | Q13                                 | Q14   | Q15   |
|---|--|----|----|----|----|----|----|----|---|---|---|-----|-------------------------------------|---|---|
|   |  |    |    |    |    |    |    |    |   | acompanhamento pelos usuários em processo de registro, bem como outros processos e emissão de documentos. | a Dipova; Revisão e publicação urgente de uma legislação mais atualizada às necessidades; Aquisição de veículos em número e características adequadas para essas atividades.  |     |                                     |   | dois agrônomos fossem trabalhar em outros setores da SEAGRI |
| Registro de agroindústrias artesanais                           | O processo de registro está sendo revisto e as adequações estão sendo realizadas nos estabelecimentos registrados. |    |    | -  |    |    |    |    |   | Documentação ineficaz para abertura de agroindústria de produtos alimentícios.                            | Realocação de mais servidores para desempenho destas atividades; Revisão e publicação urgente de uma legislação mais atualizada às necessidades; Aquisição de veículos em número e características adequadas para essas atividades. |     | Sugestão: atualização da legislação |   | -   |
| Fiscalização de trânsito de produtos de origem vegetal e animal | -  |    |    | -  |    |    |    |    | Aquisição de materiais, câmaras frias, veículos para melhorar e estimular mais as ações desenvolvidas por essa gerência. Disponibilização de pessoas qualificadas e | Definições não específicas para penalidades com e valores desatualizados.                                 | Realocação de mais servidores para desempenho destas atividades; Aquisição de veículos em número e características adequadas para essas   |     |                                     | Deveria ser acompanhado sempre por policiais, já que param veículos em estradas e estão sujeitos a ação de bandidos | -   |

**PONTOS COMENTADOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Atividade            | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5  | Q6 | Q7 | Q8 | Q9  | Q10 | Q11  | Q12 | Q13 | Q14  | Q15   |
|----------------------|----|----|----|----|---|----|----|----|---|-----|--|-----|-----|--|---|
|                      |    |    |    |    |   |    |    |    | <p> cursos para qualificação dos fiscais que atuam no trânsito. Aquisição de mais um veículo dotado de instalações frigoríficas para o apoio as ações de transporte de produtos na fiscalização, apreensão, doação e apoio logístico à inspeção. Convênio e contratos para prestação de serviços de manutenção, higienização e conservação de câmaras e baús, bem como para destinação de produtos impróprios ao consumo.</p> |     | atividades.  |     |     |  |   |
| Outros (especificar) |    |    |    | -  | <b>Registro de Produtos de origem vegetal, animal e microrganismos</b>  |    |    |    |   | -   | <b>Inspeção e Fiscalização de Agroindústrias Registradas</b>   |     |     | <b>Laboratório de Análise de Alimentos</b>   | <b>Análises microbiológicas e físico-químicas de alimentos</b>  |
| Outros (especificar) |    |    |    |    | Existem vários fatores que podem interferir no tempo despendido para a conclusão do processo de análise do rótulo e o atraso pode ser uma avaliação |    |    |    |   |     | Realocação de mais servidores para desempenho destas atividades; Revisão e publicação urgente de uma legislação mais atualizada às |     |     | A maioria dos servidores estarão se aposentando nos próximos 5 anos e não terá pessoal suficiente para realização das atividades. O laboratório é essencial ao serviço e a | - Necessidade de investir no laboratório com modernização de equipamentos e previsão para aquisição de reagentes e meios de cultura com maior facilidade. |

**PONTOS COMENTADOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Atividade            | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5  | Q6 | Q7 | Q8 | Q9 | Q10 | Q11  | Q12 | Q13 | Q14   | Q15  |
|----------------------|----|----|----|----|---|----|----|----|----|-----|--|-----|-----|---|--|
|                      |    |    |    |    | negativa do serviço quando isso é um indicativo de meta a ser atingida. |    |    |    |    |     | necessidades; Aquisição de veículos em número e características adequadas para essas atividades.   |     |     | terceirização do serviço não deveria ser uma opção, uma vez que os laboratórios particulares no DF não são confiáveis, já que por diversas vezes confirmamos até fraudes realizada por eles. Além disso, o custo de transferir o serviço a um particular cobriria os custos do laboratório, permitiria capacitação e compra de hidráulica) equipamentos a longo prazo, podendo até se pensar na criação de um laboratório específico de combate a fraudes e adulterações nos alimentos. | - Investir em um programa de gestão da qualidade no laboratório.<br>- Deveria haver uma maior preocupação com a segurança no trabalho. |
| Outros (especificar) |    |    |    |    |   |    |    |    |    |     | <b>Realização de Análises Laboratoriais</b>  |     |     |   |  |
| Outros (especificar) |    |    |    |    |   |    |    |    |    |     | Melhoria geral das condições estruturais do laboratório; Aquisição e implementação de um sistema eletrônico adequado para o controle de análises laboratoriais |     |     |   |  |
| Outros               |    |    |    |    |   |    |    |    |    |     | <b>Registro de</b>   |     |     |   |  |

**PONTOS COMENTADOS ÁREA FIM – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO (DIPOVA E DISAF)**

| Atividade     | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 | Q5 | Q6 | Q7 | Q8 | Q9 | Q10 | Q11  | Q12 | Q13 | Q14 | Q15 |
|---------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|--|-----|-----|-----|-----|
| (especificar) |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     | Produtos no Serviço de Inspeção Distrital (rotulagem de produtos)  |     |     |     |     |
|               |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     | Aquisição e implementação de um sistema eletrônico adequado para o registro de produtos no Sistema de Inspeção Distrital |     |     |     |     |

## ANEXO IV – DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA

### QUESTIONÁRIO PARA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SEAGRI

#### PROJETO GESTÃO DE RISCOS A SER IMPLANTADO

### ÁREA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SRF

#### Diretoria de Fiscalização Fundiária

#### Percepção sobre o Ambiente/Estrutura Operacional na execução das Atividades voltadas à Regularização e Fiscalização Fundiária

| Itens Analisados  | Pontos Positivos/Fortes  | Pontos Negativos/Fracos         | Comentários (opcional)   |
|---|--|---------------------------------|--|
| Recursos humanos.   | Qualidade da equipe  | Poucos Servidores               | Necessita-se de mais Servidores para o devido desempenho das atividades. |
| Capacitação.  | Disponibilizados pela Escola de Governo e incentivado pelas Chefias                              | Poucos Servidores têm interesse |  |
| Materiais de campo.   | Equipe uniformizada, carros em boas condições, máquinas fotográficas com detector de localidade. | Poucos Veículos                 |  |
| Sistema Informatizado, Equipamentos e Suprimentos de Informática.         | São equipamentos de qualidade.   | Não há                          |  |
| Materiais de Expediente.  | Não há   | De baixa qualidade              |  |
| Meios de comunicação.   | Bons e eficientes  | Não há                          |  |
| Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros). | Atenção disposta pelo setor de transportes   | Pouca quantidade de veículos    |  |
| <b>Outros (especificar)</b>   |  |                                 |  |

# ÁREA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SRF

## Diretoria de Fiscalização Fundiária

### Percepção sobre as Atividades voltadas à Regularização e Fiscalização Fundiária

| Ações Previstas no Planejamento Estratégico – 2015 a 2019   | Pontos Positivos/Fortes  | Pontos Negativos/Fracos                          | Comentários (opcional) |
|---|--|--|------------------------|
| Entrega de documento comprobatório da legítima ocupação. (Subsecretaria)  |  |  |                        |
| Entrega do CDRU ou Escrituração a produtores rurais das unidades de produção.(TERRACAP)   |  |  |                        |
| Monitorar o cumprimento do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU das áreas com contratos firmados, por meio de realização de vistorias. | Conter/Coibir construções irregulares e o adensamento populacional no Distrito Federal | Não há   |                        |
| Entrega do CDRU/Contrato de Concessão aos ocupantes de áreas inseridas na Macrozona Urbana. (TERRACAP)  |  |  |                        |
| Promover o acesso de no mínimo 6000 produtores rurais a consulta online sobre os processos de regularização fundiária. (DIRF)                     |  |  |                        |
| Ações voltadas à alteração e/ou revisão de normas vigentes. (SRF)   |  |  |                        |
| Elaborar e lançar a Política de Regularização das Áreas Públicas rurais do DF. (SRF)  |  |  |                        |
| Implementar o Sistema Integrado de Informações sobre Regularização e Arrecadação. (DIRF)  |  |  |                        |
| Mapear e aperfeiçoar o processo de <b>fiscalização</b> das terras públicas rurais do DF. (DIFIF)  | Novo sistema implantado na fiscalização fundiária (Quantum Giz)                        | Falta de Tablets para os fiscais levarem à campo |                        |
| Mapear e aperfeiçoar o processo de <b>regularização</b> das terras públicas rurais do DF. (DIRF)  |  |  |                        |
| <b>Outros (especificar)</b>   |  |  |                        |

## ANEXO V – DIRETORIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS

### QUESTIONÁRIO PARA ÁREA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SEAGRI

#### PROJETO GESTÃO DE RISCOS A SER IMPLANTADO

| <b>DIRETORIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS</b>   |   |   |  |
|--|---|---|--|
| <b>Percepção sobre o Ambiente/Estrutura Operacional na execução das Atividades voltadas aos Assentamentos Rurais</b> |   |   |  |
| Itens Analisados   | Pontos Positivos/Fortes   | Pontos Negativos/Fracos   | Comentários (opcional)   |
| Recursos humanos.  | Todos os servidores possuem nível superior.   | Poucos servidores.  | 1)Capacitação direcionada para área específicas deste setor.<br>2) Visitas técnicas / intercâmbio de caso de sucesso de reforma agrária. |
| Capacitação.   | 1)Os cursos oferecidos têm aprimorado o conhecimento dos servidores.<br>2)Aumentou o interesse dos servidores em fazer cursos de capacitação. | 1)Falta de curso (que não é oferecido pela EGOV) ou recurso para especialização para áreas fins deste setor.<br>2) Servidores comissionados não podem fazer os cursos oferecidos pela EGOV. | Muitos cursos são oferecidos apenas para servidores efetivos em comissão.  |
| Materiais de campo.  | -   | Ausência de matérias de campo (botas, luvas, chapéu, perneira, GPS, Rádio)  | Não possuímos nenhum material citados. Os servidores precisam adquirir com próprio recurso   |
| Sistema Informatizado, Equipamentos e Suprimentos de Informática.  | -   | Ausência  | -  |
| Materiais de Expediente.   | A demanda é atendida  | -   | Fornecer os materiais essenciais (ex: papel) mesmo fora da data do pedido  |
| Meios de comunicação.  |   | Falta telefone funcional para os servidores   |  |

## DIRETORIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS

|   |                                       |   |                             |
|---|---------------------------------------|---|-----------------------------|
| Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros). | Alguns carros possuem ar condicionado | 1)Falta de carro<br>2) falta de motorista<br>3)Falta de flexibilidade do horário do motorista fora do horário de expediente | Falta de seguro dos carros. |
|---|---------------------------------------|---|-----------------------------|

### Percepção sobre as Atividades voltadas aos Assentamentos Rurais

| Ações Previstas no Planejamento Estratégico – 2015 a 2019   | Pontos Positivos  | Pontos Negativos  | Comentários (opcional) |
|---|---|---|------------------------|
| Implantar projetos de assentamentos rurais, resguardada a capacidade de suporte ambiental, observado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) | Inibição da ocupação desordenada<br>2) diminui a grilagem<br>3)A SEAGRI conhece os ocupantes das áreas<br>4)aumenta a segurança e a qualidade dos alimentos                                   |   |                        |
| Promover o assentamento de famílias, resguardada a capacidade de suporte ambiental, observado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA)        |   |   |                        |
| Elaborar e lançar a política de assentamento rural  | 1)Maior da autonomia da SEAGRI.<br>2)Transparência no processo de seleção dos beneficiários<br>3)Maior agilidade no processo de criação dos assentamentos<br>4) Desburocratização do processo | Aumenta a quantidade de tarefas no setor enquanto o número de servidores continua o mesmo e a estrutura também. |                        |
| <b>Outros (especificar)</b>   |   |   |                        |

## ANEXO VI – DIRETORIA DE COMPRAS INSTITUCIONAIS

### QUESTIONÁRIO PARA ÁREA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SEAGRI

#### PROJETO GESTÃO DE RISCOS A SER IMPLANTADO

### DIRETORIA DE COMPRAS INSTITUCIONAIS

#### Percepção sobre o Ambiente/Estrutura Operacional na execução das Atividades voltadas às Compras Institucionais

| Itens Analisados   | Pontos Positivos/Fortes  | Pontos Negativos/Fracos  | Comentários (opcional)   |
|--|--|--|--|
| Recursos Humanos   | A equipe tem um bom dimensionamento para o que se realiza hoje;<br>Pessoal envolvido nos trabalhos administrativos tem boa qualificação para o trabalho; | -  | Equipe subdimensionada para os desafios apresentados.<br>Num eventual ampliação nas atividades, como por exemplo a compra de 30% da compra de alimentação do DF, a equipe necessitaria de incremento de pessoal.   |
| Capacitação  | -  | -  | -  |
| Materiais de Campo   | Os equipamentos estão atendendo nossa necessidade até momento  | Não temos recursos de custeio, o que nos causa problemas para a manutenção dos equipamentos/materiais. | Os equipamentos utilizados nas operações de compras institucionais no âmbito do PAA-TA foram adquiridos por meio de contrapartida dada ao PAA/convênio 005/2012.<br>Estes equipamentos ainda serão incorporados ao patrimônio da SEAGRI, estando sob sua responsabilidade a guarda e conservação dos mesmos. |
| Sistema de informatizado, Equipamentos e Suprimentos de informática. | Tem atendido nossa necessidade   | Demora nos processos de compra   | Por meio do convênio citado acima conseguimos computadores e impressoras para execução do programa, isso tem dado, até o momento, certa tranquilidade.<br>Demandamos a manutenção de alguns, como é o caso do tonner para as impressoras.  |
| Materiais de Expediente  | Tem atendido a demanda   | -  | -  |

## DIRETORIA DE COMPRAS INSTITUCIONAIS

### Percepção sobre o Ambiente/Estrutura Operacional na execução das Atividades voltadas às Compras Institucionais

| Itens Analisados  | Pontos Positivos/Fortes                              | Pontos Negativos/Fracos  | Comentários (opcional)  |
|---|--|--|---|
| Meios de comunicação  | -  | Sem internet nas URDAS;<br>Sem telefonia                             | A internet nas URDAS é hoje condição <i>sine qua non</i> para a execução dos programas de compras nestas unidades. As RAs têm buscado resolver o problema, mas infelizmente a qualidade das conexões ainda causa alguns problemas. Durante as atividades nas URDAs o telefone móvel é a única possibilidade de comunicação na maioria dos casos, mesmo assim, em virtude da contenção de gastos este recurso foi indisponibilizado. |
| Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros). | Material de convênio tem suprido a necessidade atual | Insegurança quanto a manutenção do contrato de prestação de serviço. | Temos 04 caminhões e 02 carros de passeio que dão suporte às atividades de compras atualmente todos no convênio 005/2012.   |
| <b>Outros (especificar)</b>   | --   | -  | -   |

### Percepção sobre as Atividades voltadas às Compras Institucionais

| Ações Previstas no Planejamento Estratégico – 2015 a 2019  | Pontos Positivos   | Pontos Negativos | Comentários (opcional)  |
|--|--|------------------|---|
| Elaboração do Modelo de Compras Diretas da AF para alimentação escolar visando a ampliação do programa de compras governamentais diretamente do produtor rural | Fomento à economia local;<br>Geração de emprego e renda;<br>Incremento na qualidade de alimentos;<br>Favorecimento aos arranjos produtivos locais. | -                | Dos recursos destinados a alimentação escolar, no âmbito do PNAE, 30% deve ser adquirido da Agricultura Familiar. Estes 30%, no DF, significam mais de 10 milhões de reais. Infelizmente este recurso não vinha sendo apropriado em sua totalidade. |
| Elaborar decreto estabelecendo percentual mínimo para aquisição de produção do DF e do entorno pelos órgãos públicos que compram produtos agropecuários        | Fomento à economia local;<br>Geração de emprego e renda;<br>Incremento na qualidade de alimentos;<br>Favorecimento aos arranjos produtivos         | -                | -   |

| Percepção sobre as Atividades voltadas às Compras Institucionais   |  |  |  |
|--|--|--|--|
| Ações Previstas no Planejamento Estratégico – 2015 a 2019  | Pontos Positivos   | Pontos Negativos   | Comentários (opcional)   |
|  | locais;<br>Não gera novas despesas ao Estado   |  |  |
| Implantar e lançar modelo de compras diretas da AF nas regionais de ensino do DF   | Fomento à economia local;<br>Geração de emprego e renda;<br>Incremento na qualidade de alimentos;<br>Favorecimento aos arranjos produtivos locais; | -  | A demanda com base nas regionais de ensino permitem à AF do DF escolher qual regional está mais adequada à sua capacidade logística e de produção.   |
| Aumentar o número de produtores rurais participantes de compras diretas da agricultura familiar para alimentação escolar | Fomento à economia local;<br>Geração de emprego e renda;<br>Incremento na qualidade de alimentos;<br>Favorecimento aos arranjos produtivos locais. | -  | -  |
| Implantação de unidades de recepção e distribuição de alimentos regionais  | Permite uma maior proximidade com os públicos beneficiários fornecedor e consumidor, reduzindo os custos com transportes para os mesmos.           | Dificuldades com estrutura básica para operação dos programas de compras institucionais, como por exemplo a internet.<br>As equipes de trabalho são centralizadas na Sede da SEAGRI/DF, o que implica em custo de locomoção e dificuldades com cumprimento de horário no ponto de recebimento regional.<br>Nem todas as unidades de recebimentos tem um mix de produto satisfatório ao atendimento do público beneficiário consumidor. | As Unidades de Recebimento e Distribuição de Alimentos – URDAS, foram criadas a partir de 2012 com base nos arranjos produtivos locais. Assim, a capacidade de produção em volume e variedade de produto vs a demanda local do público beneficiário consumidor (creches, casas assistenciais e outros) definiam a criação de uma URDA. Esta condição, no entanto, não é estática variando consideravelmente da necessidade de constante de avaliação para definir se deverão continuar com atendimento aos dois públicos alvo do programa, fornecedores e consumidores, com apenas um deles, ou ainda serem movidas para outros pontos.<br>As estruturas são utilizadas com base em um termo de parceria com as administrações locais. |

| <b>Percepção sobre as Atividades voltadas às Compras Institucionais</b>  |  |                         |                               |
|--|--|-------------------------|-------------------------------|
| <b>Ações Previstas no Planejamento Estratégico – 2015 a 2019</b>   | <b>Pontos Positivos</b>  | <b>Pontos Negativos</b> | <b>Comentários (opcional)</b> |
| Implantar hortas peri urbanas em áreas pública e escolas   | Ação não é desta diretoria   | -                       | -                             |
| Implantação do Centro de Capacitação de produtores rurais na CEASA   | Ação não é desta diretoria   | -                       | -                             |
| Realizar estudo visando à redução/isenção/compensação da carga tributária que incide sobre os produtos comercializados pelo PAPA-DF                            | Fomento ao desenvolvimento da Agricultura Familiar do DF;  | -                       | -                             |
| Realizar estudo visando levantar a demanda de produtos agrícolas do DF que poderiam ser comprados da agricultura familiar no âmbito das compras institucionais | Conhecimento do potencial da demanda dirigida ao programa;<br>Suporte ao estudo de isenção fiscal;<br>Suporte ao planejamento de novas metas de execução | -                       | -                             |
| <b>Outros (especificar)</b>  | -  | -                       | -                             |

## ANEXO VII – DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

### QUESTIONÁRIO PARA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SEAGRI

#### PROJETO GESTÃO DE RISCOS A SER IMPLANTADO

### ÁREA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SRF

#### Diretoria de Regularização Fundiária

#### Percepção sobre o Ambiente/Estrutura Operacional na execução das Atividades voltadas à Regularização e Fiscalização Fundiária

| Itens Analisados  | Pontos Positivos/Fortes  | Pontos Negativos/Fracos                                      | Comentários (opcional)   |
|---|--|--|--|
| Recursos humanos.   | Qualidade da equipe  | Poucos Servidores  | Necessita-se de mais Servidores para o devido desempenho das atividades. |
| Capacitação.  | Disponibilizados pela Escola de Governo e incentivado pelas Chefias                              | Poucos Servidores têm interesse<br>Pouca variedade de cursos | Aumentar a gama de cursos  |
| Materiais de campo.   | Equipe uniformizada, carros em boas condições, máquinas fotográficas com detector de localidade. | Poucos Veículos  | Aumentar a disponibilidade de material                                   |
| Sistema Informatizado, Equipamentos e Suprimentos de Informática.         | São equipamentos de qualidade.   | Não há   |  |
| Materiais de Expediente.  | Não há   | De baixa qualidade e eventualmente falta                     |  |
| Meios de comunicação.   | Bons e eficientes  | Há eventuais falhas  |  |
| Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros). | Atenção disposta pelo setor de transportes   | Pouca quantidade de veículos, disponibilidade insuficiente   |  |
| <b>Outros (especificar)</b>   |  |  |  |

# ÁREA DE REGULARIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SRF

## Diretoria de Regularização Fundiária

### Percepção sobre as Atividades voltadas à Regularização e Fiscalização Fundiária

| Ações Previstas no Planejamento Estratégico – 2015 a 2019   | Pontos Positivos/Fortes  | Pontos Negativos/Fracos                          | Comentários (opcional) |
|---|--|--|------------------------|
| Entrega de documento comprobatório da legítima ocupação. (Subsecretaria)  | Fluxo remodelado   | Inércia do requerente                            |                        |
| Entrega do CDRU ou Escrituração a produtores rurais das unidades de produção.(TERRACAP)   | Projeto de Lei da Nova regularização   | Possibilidade de não aprovação                   |                        |
| Monitorar o cumprimento do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU das áreas com contratos firmados, por meio de realização de vistorias. | Conter/Coibir construções irregulares e o adensamento populacional no Distrito Federal | Atos normativos desatualizados                   |                        |
| Entrega do CDRU/Contrato de Concessão aos ocupantes de áreas inseridas na Macrozona Urbana. (TERRACAP)  |  | Não há respostas às consultas de anuência prévia | Remodelar o fluxo      |
| Promover o acesso de no mínimo 6000 produtores rurais a consulta online sobre os processos de regularização fundiária. (DIRF)                     | Site disponível  | Eventuais falhas de disponibilidade              |                        |
| Ações voltadas à alteração e/ou revisão de normas vigentes. (SRF)   | Ações propostas  | Normas não editadas                              |                        |
| Elaborar e lançar a Política de Regularização das Áreas Públicas rurais do DF. (SRF)  | Projeto de Lei Elaborada   | Possibilidade de não aprovação                   |                        |
| Implementar o Sistema Integrado de Informações sobre Regularização e Arrecadação. (DIRF)  | Sistema implementado   | Necessidade de aprimoramento                     |                        |
| Mapear e aperfeiçoar o processo de <b>fiscalização</b> das terras públicas rurais do DF. (DIFIF)  | Novo sistema implantado na fiscalização fundiária (Quantum Giz)                        | Falta de Tablets para os fiscais levarem à campo |                        |
| Mapear e aperfeiçoar o processo de <b>regularização</b> das terras públicas rurais do DF. (DIRF)  | Processo mapeado   |  |                        |
| <b>Outros (especificar)</b>   |  |  |                        |

# ANEXO VIII – DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS

## QUESTIONÁRIO PARA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SEAGRI

### PROJETO GESTÃO DE RISCOS A SER IMPLANTADO

#### ÁREA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

#### Diretoria de Infraestrutura Rural e Serviços

#### Percepção sobre o Ambiente/Estrutura Operacional na execução das Atividades voltadas ao Desenvolvimento Rural

| Itens Analisados                                     | Pontos Positivos/Fortes   | Pontos Negativos/Fracos   | Comentários (opcional) |
|--|---|---|------------------------|
| Recursos humanos.                                    | Os servidores oriundos da FDZF, transpostos para a carreira de Técnico em Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária são altamente capacitados para as tarefas que desempenham (operadores de máquinas). | Os servidores oriundos da FDZF, transpostos para a carreira de Auxiliar em Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, pelo fato de originalmente terem atuado no apoio aos profissionais especializados (mecânica, manutenção de máquinas, funilaria, solda, etc) em sua maioria, não têm qualquer formação, o que dificulta o seu aproveitamento nas atividades atuais da Diretoria.<br>As novas contratações feitas a partir de concursos públicos, pela abordagem generalista que se aplica a estes, leva à contratação de servidores capacitados porém com formações diversas das necessidades operacionais finalísticas. |                        |
| Capacitação.   |   | A Escola de Governo disponibiliza vagas para treinamento em diversas áreas, porém os temas sempre se relacionam com o desenvolvimento de atividades meio, o que leva à formação de servidores aptos a serviços de escritório.   |                        |
| Materiais de campo.                                  |   |   |                        |
| Sistema Informatizado, Equipamentos e Suprimentos de |   | Carência de softwares e equipamentos para as áreas  |                        |

# ÁREA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

## Diretoria de Infraestrutura Rural e Serviços

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| Informática.  |  | de Engenharia, Topografia e Geoprocessamento.   |  |
| Materiais de Expediente.  | Suficiente.  |   |  |
| Meios de comunicação.   | Suficiente.  |   |  |
| Apoio logístico (motoristas, veículos, combustível, manutenção e outros). | <p>Contrato terceirizado para o fornecimento de motoristas, possibilita a contratação de profissionais capacitados.</p> <p>Os motoristas do quadro de servidores da SEAGRI, e originários dos quadros da então FZDF, são altamente gabaritados.</p> <p>O abastecimento da frota de veículos é feito nos postos em contato do GDF.</p> <p>A manutenção dos veículos e equipamentos é feita no âmbito do contrato do GDF – Ticket Car.</p> | <p>A generalização do tratamento dado ao pagamento (ou não) da insalubridade restringe a execução de determinadas ações como o transporte de adubos orgânicos, a operação do caminhão de abastecimento.</p> <p>O quantitativo de veículos disponíveis na maioria das vezes mostra-se insuficiente para as necessidades diárias (transporte de operadores, transporte dos técnicos responsáveis pelas vistorias, acompanhamento dos serviços, equipe de manutenção de máquinas).</p> <p>A manutenção dos veículos e equipamentos, via de regra, se dá de forma bastante morosa, em decorrência dos procedimentos estabelecidos no contrato GDF – Ticket Car.</p> |  |
| <b>Outros (especificar)</b>   |  |   |  |

## Percepção sobre as Atividades voltadas ao Desenvolvimento Rural

| Ações  | Pontos Positivos                                | Pontos Negativos  | Comentários (opcional) |
|--|---|---|------------------------|
| Recuperação, manutenção e adequação de estradas. | Técnicos com conhecimento e experiência no tema | Frota de máquinas e veículos de apoio insuficiente (o Distrito Federal tem em seu Sistema Rodoviário (SRDF) cerca de 800 Km de estradas de terra, além destas, estima-se uma malha de 1.500 Km de estradas de terra de pequeno porte que também necessitam de manutenção e adequação) |                        |

## ÁREA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

### Diretoria de Infraestrutura Rural e Serviços

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas com recursos próprios, de Fundos e/ou de Convênios. | A SEAGRI tem conseguido adquirir, com recursos oriundos de Emendas de Parlamentares Distritais e Contratos de Repasses Federais, novos equipamentos, possibilitando a renovação paulatinamente da frota de serviço.   | A administração centralizada das compras públicas pela SULIC leva a uma situação de morosidade e por vezes interfere na compra de equipamentos de boa qualidade.  |   |
| Acompanhamento dos convênios cujo objeto é disponibilização de máquinas e equipamentos.            | Atualmente a Diretoria tem sob sua execução 16 convênios para a cessão de conjuntos motomecanizados para o preparo de solos, que vem se mostrando viáveis no que diz respeito ao atendimento a produtores rurais, bem como às condições de manutenção e operação das máquinas propriamente ditas. | Por se tratar de mais uma atividade, consequentemente concorrente no uso dos recursos disponíveis para todas as atividades desenvolvidas por esta Diretoria, o acompanhamento não ocorre a contento, havendo uma baixa frequência na visita aos equipamentos disponibilizados, o que pode acarretar eventuais falhas no controle dos contratos. | A SEAGRI firmou vários convênios para a cessão de máquinas e equipamentos, principalmente através da Diretoria de Fundos (FDR), Diretoria de Infraestrutura Rural e Serviços e a Subsecretaria de Agricultura Familiar. Para o acompanhamento regular destes convênios deve-se pensar na estruturação de setor com atribuições específicas para este fim. |
| Acompanhamento dos serviços mecanizados disponibilizados pela própria SEAGRI.                      |   | A situação apresentada no item – Apoio Logístico – retrata completamente a situação atual do setor  |   |
| Recuperação e manutenção de canais de distribuição de água.  | Existência de técnicos e operadores capacitados para esta ação  | A capacidade instalada para esta ação ainda é baixa, dispomos de apenas dois equipamentos retroescavadeira para atuar em um universo atualmente estimado de 60 canais com um comprimento total de 180 Km  | A linha de ação atualmente adotada pela SEAGRI é a da Revitalização dos canais de irrigação, que visa melhorar os parâmetros de condução de canais, na busca da eliminação total das perdas de água por essas estruturas  |

## ÁREA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

### Diretoria de Infraestrutura Rural e Serviços

|  |  |  |   |
|--|--|--|---|
| Construir, ampliar e adequar os pontos de comercialização dos produtos rurais no DF. |  |  | Por não se tratar de ação desta Diretoria, sugiro que a resposta seja solicitada ao gabinete da SDR |
| Criação de Polos Agroindustriais   |  |  | Por não se tratar de ação desta Diretoria, sugiro que a resposta seja solicitada ao gabinete da SDR |
| <b>Outros (especificar)</b>  |  |  |   |